

Julho 2023

MESTRADO EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

ESCOLHER ACOLHER: História com V(ida)

Representações de hospitalidade e acolhimento/ inclusão de refugiados

TRABALHO DE PROJETO APRESENTADO À
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PAULA FRASSINETTI
PARA A OBTENÇÃO DE
GRAU DE MESTRE EM INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

DE

Sara Alexandra Santos Pinto

ORIENTAÇÃO

Doutor Luís Miguel Prata Alves Gomes



PAULA
FRASSINETTI



Aos que fazem da sua vida uma Casa para aqueles que dela necessitam!

Aos que procuram no refúgio o acolhimento e a dignidade!

E por fim, a todos os que lutam por um Mundo

onde ninguém é deixado para trás!



**SER LUZ NÃO É SOBRE BRILHAR,
É SOBRE ILUMINAR!**

Agradecimentos

Foram tantas as pessoas que iluminaram este meu percurso, que me guiaram, que tornaram o meu olhar mais limpo e crítico ... que se tornaram sol diante de muitas escuridões que enfrentei, que não posso deixar de estar grata.

Grata ao Prof. Miguel pelo crescimento e autonomia!

Grata ao Hussam pela inspiração, exemplo, partilha generosa e coração aberto!

Grata ao Clã 43 S. Rafael por me lembrarem sempre que não há ensino que se compare ao exemplo!

Grata aos meus pais pelo apoio, confiança mesmo de olhos fechados!

Grata aos meus irmãos pela união, empatia, positividade, coração!

Grata ao Pedro pela admiração, paciência, generosidade, parceria incondicional, amor!

Grata à Mariana pela amizade, choros, gargalhadas, rumo, palavras, luz!



Resumo

O acolhimento e inclusão de refugiados têm sido temas de grande importância e destaque nos últimos anos, na medida em que o mundo enfrenta um acréscimo de deslocamentos forçados. Nesse contexto, o acolhimento e inclusão desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos e na promoção do bem-estar desses indivíduos. No entanto, o processo de acolhimento e inclusão não se limita apenas à provisão de abrigo e assistência material. Implica também o envolvimento na comunidade de acolhimento através da garantia de uma participação ativa na comunidade, desenvolvimento de relações sociais, da construção de um sentimento de pertença e que usufruam dos mesmos direitos e oportunidades que os demais membros da sociedade.

Com o presente trabalho pretendemos, observar as representações comunitárias de conceitos ligados à hospitalidade e quais os impactos destes na inclusão de cidadãos refugiados. Face ao exposto, foi realizado um estudo de natureza qualitativa (pela necessidade de compreender um fenómeno social a partir da perspetiva dos próprios intervenientes), com recurso a duas técnicas de diretas de recolha de material empírico: histórias de vida e *focus group* no qual se refletiu sobre as necessidades dos diferentes agentes comunitários na inclusão e acolhimento, para, posteriormente, comparar as representações dessas necessidades em grupos culturais diversos.

Concluindo assim, que os impactos dos conceitos ligados à hospitalidade são positivos por promoverem: cultura de acolhimento, fortalecimento/ construção de redes de suporte informal, aprendizagem mútua, redução de estigmas e preconceitos levando assim a um empoderamento da comunidade.

No seguimento do enquadramento e dos resultados da investigação apresentamos a proposta final de intervenção denominada #APlace4All. Projeto de Intervenção Comunitária que pretende promover o diálogo intercultural e a troca de experiências entre os grupos culturais, visando o fortalecimento da compreensão e cooperação na procura por um acolhimento e inclusão mais efetivos. Onde possa mobilizar os seus conhecimentos, competências e atitudes, promovendo um verdadeiro acolhimento e inclusão, através da intervenção comunitária.

Palavras-chave: Refugiados; Acolhimento; Inclusão; Mediação Intercultural; Hospitalidade; Escutismo; Educação Intercultural; Intervenção Comunitária; História de vida.



Abstract

The host and inclusion of refugees has been a topic of great importance and emphasis in recent years, as the world faces an increase in forced displacement. In this context, host and inclusion play a fundamental role in guaranteeing the rights and promoting the well-being of these individuals. However, the host and inclusion process is not limited to just providing shelter and material assistance; it also involves involvement in the host community by ensuring active participation in the community, developing social relationships, building a sense of belonging and enjoying the same rights and opportunities as other members of society.

With this work we intend to observe the community representations of concepts linked to hospitality and their impacts on the inclusion of refugees citizens. In view of the above, a qualitative study was carried out (due to the need to understand a social phenomenon from the perspective of the participants themselves), using two direct techniques for collecting empirical material: life stories and focus groups in which intended to: reflect on the needs of different community agents in inclusion and reception, to later compare the representations of these needs in different cultural groups.

In conclusion, the impacts of concepts linked to hospitality are positive as they promote: a host culture, strengthening/building informal support networks, mutual learning, reducing stigmas and prejudices, thus leading to community empowerment.

Following the framework and research results, we present the final intervention proposal called #APlace4All. A community intervention project that aims to promote intercultural dialogue and the exchange of experiences between cultural groups, aiming to strengthen understanding and cooperation in the search for more effective host and inclusion. Where you can mobilize your knowledge, skills and attitudes, promoting true host and inclusion, through community intervention.

Keywords: Refugees; Welcoming; Inclusion; Intercultural Mediation; Hospitality; Scouting; Intercultural Education; Community Intervention, Life Storie



Índice

| | |
|--|------------|
| Introdução | 7 |
| PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 9 |
| 1. Intervenção Comunitária como promotora de inclusão no fenómeno das migrações | 9 |
| 2. Fundamentos histórico-políticos das migrações: o estatuto de refugiado | 14 |
| 3. A importância da mediação no caminho para uma educação intercultural | 24 |
| 4. O acolhimento e inclusão de refugiados..... | 32 |
| 4.1 Obstáculos ao acolhimento e inclusão de refugiados | 37 |
| 4.1.1 Obstáculos antes de chegar ao país de acolhimento | 37 |
| 4.1.2 Obstáculos à chegada ao país de acolhimento..... | 39 |
| 4.2 Facilitadores do acolhimento e inclusão de refugiados | 44 |
| 4.2.1 Hospitalidade como ferramenta chave de inclusão..... | 52 |
| 5. As potencialidades do contributo dos jovens do país de acolhimento na inclusão de Refugiados: o Escutismo português e os jovens como agentes construtores de inclusão..... | 54 |
| PARTE II – INVESTIGAÇÃO | 61 |
| 6. Enquadramento metodológico | 61 |
| 6.1 O método de História de Vida – como ferramenta de historicidade e de ressignificações | 62 |
| 6.2 Instrumentos e Técnicas de recolha de dados | 67 |
| 6.2.1 Entrevistas semi-estruturadas – Hussam..... | 68 |
| 6.2.2. <i>Focus Group</i> | 69 |
| 7. Apresentação, análise e discussão de dados | 71 |
| 7.1 “If you dream, it’s ‘meio caminho andado’ to be happy!” – A História de Vida de Hussam. | 71 |
| 7.2 “Deixar o Mundo sempre um pouco melhor!” – <i>Focus Group</i> Jovens do Corpo Nacional de Escutas..... | 94 |
| 7.3 Análise e discussão dos resultados obtidos..... | 103 |
| PARTE III - INTERVENÇÃO | 115 |
| #APlace4All – Projeto Intervenção..... | 115 |
| Considerações finais | 121 |



Bibliografia.....124

Anexos138



Introdução

O presente trabalho pretende procurar um melhor entendimento sobre o acolhimento e inclusão dos refugiados na comunidade, fortalecendo a visão de que é necessário valorizar a intervenção comunitária, numa perspetiva divergente das políticas assistencialistas baseadas apenas na provisão de ajuda humanitária. Acreditamos que esta valorização implica, em primeira instância, um real envolvimento da comunidade de acolhimento e refugiados, criando condições para que possam trabalhar e criar, de forma colaborativa. Tornam-se assim todos (a comunidade, os refugiados, os jovens...) agentes de mudança e participantes mais ativos do seu processo de emancipação e desenvolvimento (tanto pessoal, como coletivo).

O interesse na exploração da presente temática emerge da combinação de três fatores principais: uma sensibilidade e implicação pessoal na temática da migração e refugiados, uma ligação prolongada no tempo com a educação e o escutismo, bem como a noção da potencialidade do movimento escutista no contributo para o desenvolvimento de competências, conhecimentos e atitudes nas crianças e jovens, por partir de uma metodologia de projeto. Considerando interessante fundir estes três vértices mais pessoais ao estudo académico, apoiados na pesquisa e fundamentação científica e assim criar as bases para a proposta de um projeto de intervenção que promova não só a capacitação dos jovens do país de acolhimento, neste caso Portugal, mas, que possa envolver a população refugiada, em programas onde possa mobilizar os seus conhecimentos, competências e atitudes, promovendo um verdadeiro acolhimento e inclusão, através da intervenção comunitária.

Neste seguimento o presente trabalho elegeu como questão de partida:

“De que forma as representações comunitárias de conceitos ligados à hospitalidade (tanto por parte de jovens do país de acolhimento como dos refugiados) podem impactar os processos de inclusão?”

Com os seguintes objetivos:

| Objetivo geral | Objetivo específico |
|---|---|
| Refletir sobre as necessidades dos diferentes agentes | Identificar os principais obstáculos e facilitadores no processo de acolhimento e inclusão (tanto a nível pessoal |

| | |
|---|---|
| comunitários na inclusão e acolhimento; | como social); compreender as experiências e expectativas das pessoas envolvidas no processo de inclusão e acolhimento. |
| Comparar as representações dessas necessidades em grupos culturais diversos; | Conhecer as diferentes percepções e concepções de acolhimento e inclusão em grupos culturais diversos; compreender como essas representações influenciam as abordagens e práticas de acolhimento e inclusão;. |
| Sensibilizar para a valorização do potencial do acolhimento e inclusão a nível comunitário. | Promover o diálogo intercultural e a troca de experiências entre os grupos culturais, visando o fortalecimento da compreensão e cooperação na procura por um acolhimento e inclusão mais efetivos |

Em termos estruturais, na primeira parte deste trabalho é feito o enquadramento teórico, sendo explorada a importância da intervenção comunitária, da mediação e da educação intercultural como impulsionadoras de inclusão, qual o conceito de refugiado e quais os obstáculos e facilitadores para o seu acolhimento e inclusão. Concluindo na relevância do papel dos jovens da comunidade de acolhimento.

A segunda parte é destinada à investigação empírica, nomeadamente a narração da história de Vida de um cidadão sírio, bem como às sessões de *Focus group* realizadas com o grupo de jovens escuteiros. Nesta mesma parte é feita a análise, descrição e interpretação dos dados recolhidos.

A terceira parte é dedicada à intervenção, onde será apresentada a criação de um projeto de intervenção comunitária destinado a refugiados e a jovens da comunidade de acolhimento, tendo em conta e baseado na reflexão e conclusões retiradas da investigação.



PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Intervenção Comunitária como promotora de inclusão no fenómeno das migrações

Conhecer a Comunidade é imprescindível para se poder intervir de uma forma integral, o que implica trabalhar com “o outro” construindo uma rede de relacionamento interpessoal dinamizando / criando redes de suporte informal, utilizando o diálogo intercultural como instrumento para o desenvolvimento de laços afetivos, trazendo assim benefícios no que se refere à inclusão da população refugiada. E é desta forma que decidimos iniciar este capítulo refletindo sobre a importância da intervenção comunitária para a existência de uma inclusão plena no fenómeno das migrações.

Viver em comunidade é uma busca biológica, social e espiritual do ser humano, muitas vezes porque se encontra diante da percepção do nada e do vazio. É inerente ao ser humano buscar conexão, sintonia, combinação, interação, acoplamento, partilha, reconhecimento, viver em coletivo, experimentar o sentir comum, cooperar, confiar, participar, responsabilizar-se, conviver, procurar empatia para consigo e com o outro. Segundo Trevisan (2008, p.3) a comunidade é perspectivada enquanto espaço socializador, de construção de identidades coletivas, mas também locais, de redes sociais e de suporte a indivíduos e grupos sociais, que partilham espaços, valores e formas de convivência. Refere também que “as novas perspectivas sobre o desenvolvimento assumem a necessidade de valorização do local e comunitário como forma de combate às situações de marginalização, exclusão social e desigualdade” (Trevisan, 2008, p.3).

Para melhor entender é importante perceber o que queremos dizer com intervenção comunitária e inclusão. Segundo Trickett (2009) a intervenção comunitária tem como principal objetivo trabalhar em colaboração e parceria com as comunidades para abordar as preocupações locais ou esperanças de melhoria. Uma intervenção socioeducativa que procura dinamizar e rentabilizar as potencialidades e recursos das comunidades, ao empenhar-se em fazer dos indivíduos, dos grupos e das comunidades participantes ativos do seu processo de emancipação e desenvolvimento pessoal/ coletivo. Ornelas (2008) define intervenção comunitária como um domínio onde predomina o enfoque dado à



criação de recursos comunitários em ligações com as ações concretizadas pela própria comunidade com maior ou menor índice de apoio externo. “Partindo-se assim do pressuposto que as comunidades possuem os recursos potenciais para gerarem a dinâmica do desenvolvimento” (Ornelas, 2008, p.382). Ander-Egg refere também que se caracteriza, fundamentalmente, por um conjunto de práticas sociais que procuram estimular a iniciativa, bem como a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento ou seja “pela busca e intencionalidade de gerar processos de participação de pessoas” (Ander-Egg, 2000, p.118). E este estimular à iniciativa e participação das comunidades, podemos referir que tem como base a ideia de participação cívica, isto é, a capacidade de uma comunidade ser agente transformador através da participação na identificação e definição dos problemas que a afeta, de se organizar eficazmente para responder às suas próprias necessidades e de tomar parte nas decisões que determinam o seu futuro.

Acreditamos que a intervenção comunitária tem como principal alicerce provocar uma mudança na comunidade através da participação dos cidadãos. Ou seja, a obtenção de uma resposta positiva dos cidadãos na participação e desenvolvimento do projeto só é possível se os deixarem envolver/criar e discutir o mesmo. Assim sendo, a mudança é, à luz de Ornelas (2008, p.384), “alcançada, através da participação generalizada dos indivíduos na definição e implementação dos objetivos de mudança.” Desta forma, parece razoável admitir-se a necessidade das comunidades poderem organizar-se no sentido de se constituírem como verdadeiros espaços de exercício de cidadania, de ação cívica e política, quer dizer, como espaços de participação. Este envolvimento passa também pela identificação e resolução dos seus próprios problemas, cabendo aos profissionais o papel de mediadores/ facilitadores da resolução dos mesmos.

“Criação de novos espaços de contato, tais como conselhos de cidadãos, clubes de bairro ou grupos de ajuda mútua, tem por objetivo aumentar o grau de participação, responsabilidade e de conhecimento entre os participantes. Estes novos núcleos podem estar ligados a outras redes, de modo a facilitar o contato interpessoal e acesso a suporte social” (Ornelas, 2008, p.384).

Este tipo de intervenção é, por isso mesmo, um espaço de construção de cidadania dos seus grupos que, tal como Isabel Guerra refere, pode ser entendida como “(...) conjunto de direitos e obrigações que envolvem todos os membros (...) sem olhar a género, idade, etnicidade, níveis de educação, religião ou qualquer outro critério que possa ser utilizado para restringir cidadãos” (Guerra, 2002, p.97). Neste contexto, podemos identificar um



conjunto de etapas que serão úteis para a descrição do processo da intervenção comunitária, desenvolvidas por Fairweather et al. e citado por Ornelas (2008, p.384): (1) caracterizar a comunidade onde se vai intervir, assim como identificar e caracterizar o grupo ou grupo social que possam participar no projeto; (2) determinar o grau de concordância entre os objetivos/interesses do projeto e os da própria comunidade; (3) identificar potenciais fontes de conflito entre os grupos; (4) organizar as estruturas ou espaços de encontro; (5) envolver os membros da comunidade na planificação e execução do programa e (6) definir os objetivos, estabelecer prioridades, selecionar métodos e tipos de intervenção.

Poderemos então referir que uma participação comunitária ativa (incluindo todos os cidadãos, sejam eles migrantes ou autóctones) contribui para uma “plena” inclusão. Reforçando assim a nossa visão de que só existe uma verdadeira intervenção comunitária se esta tiver como base o conceito de inclusão que abordaremos de seguida.

No que diz respeito à inclusão social, entendemos que é o ato de dar a todas as pessoas, independentemente das suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades. A inclusão está, geralmente, ligada ao próprio exercício da cidadania e relaciona-se com as condições de igualdade e oportunidades criadas pelas sociedades para contrariar ou minimizar as desigualdades e a exclusão. O conceito de integração tem sido utilizado essencialmente em dois sentidos: num plano micro, referindo-se ao modo “como são agregados os indivíduos num espaço social comum, no sentido de construção de laços e sentimentos de pertença nas relações sociais” (Costa, 2017, p.15); e num plano macro, reportando-se à forma como são “harmonizados diferentes subsistemas sociais” (Costa, 2017, pp.15-16). Relativamente ao plano das migrações, a Organização Internacional de Migrações define integração como “o processo através do qual o imigrante é aceite na sociedade, quer na sua qualidade de indivíduo quer de membro de um grupo” (OIM, 2009, p.34). No entanto, à luz de Carlos Cardoso (1996) a integração camufla o assimilacionismo, sendo assim, uma forma subtil de racismo e defesa da superioridade cultural (já que a integração só se dá depois de uma “desintegração/destruição” da cultura minoritária) que trata de unicamente evitar o conflito, mas mantém os desequilíbrios e as hierarquias estabelecidas).

“O modelo integracionista corresponde ao primeiro nível de reconhecimento político do pluralismo cultural. No entanto, o respeito pela diversidade cultural implícita ao modelo tinha limites e exigia contrapartidas. Era esperado que as minorias assimilassem os conhecimentos, as atitudes e os valores fundamentais para a sua participação na dinâmica



da cultura dominante. Na realidade, o pluralismo integracionista só existia dentro de um espaço que não colidisse com a cultura dominante, exprimindo-se nas margens da sociedade em que as principais diretivas e os principais valores continuavam a ser definidos monoculturalmente pelo centro.” (Cardoso, 1996, p.12)

Desta forma, podemos dizer que o termo integração continua a pressupor a presença de uma cultura dominante e, nesse sentido, o integracionismo representa, por assim dizer, um assimilacionismo politicamente correto: o chamado efeito *melting pot*, ou seja, recolhe o que o *mainstream* entende que é o “melhor de cada cultura” e funde-se com a cultura maioritária. Podemos falar também de uma posição ambígua entre a luta pela igualdade e a explicação do défice das minorias pela sua falta de “adaptação” à cultura dominante. Por outras palavras, integrar não é incluir no sentido em que este último termo encerra uma perspetiva de dualidade e igualdade de todos os envolvidos, não pretendendo que o outro se adapte a uma sociedade dominante, mas sim que faça parte da sociedade de acolhimento com as suas próprias características (Costa, 2017, p.15). Não sendo sinónimos, como já deixamos claro, inclusão e integração são muitas vezes tratados como tal por diversos autores e instituições, desta forma, durante este estudo o termo utilizado será o de inclusão.

Segundo Costa (2017, p.15), estar incluído numa sociedade enquanto cidadão implica cinco vertentes:

- o acesso a níveis de rendimento, “que pode ter diferentes origens, e que garante o consumo mínimo de bens e serviços”;
- a participação no mercado de trabalho, “com os direitos próprios da lei laboral, que propicie sentimentos de utilidade e satisfação social, bem como um estatuto socialmente valorizado”;
- o acesso à educação e à aprendizagem ao longo da vida, “permitindo uma adaptação às mudanças ocorrentes nos contextos institucionais e laboral”;
- assegurar a sua qualidade de vida e permitir aos restantes membros “a participação na vida pública, inserção no mercado de trabalho e partilha de responsabilidade domésticas”;
- o usufruto de uma habitação dotada de condições de conforto mínimo, “num meio envolvente com infraestruturas e imagem positiva, que fomente as relações sociais e o enriquecimento do capital social”.

Assim sendo, devemos apostar em políticas de inclusão que fomentem uma sociedade pluricultural. O Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa define



a sociedade pluricultural como “uma sociedade política fundada sobre a aceitação de regras comuns de comunicação, o que implica uma ou várias línguas oficiais, um sistema jurídico comum, a regra democrática do consenso social, o respeito dos direitos humanos, a liberdade do indivíduo perante as pressões comunitárias” (Oliveira & Galego, 2005, p.52).

Relativamente ao fenómeno das migrações, focando na população refugiada, segundo Ararteko, os refugiados podem incluir-se naquilo a que chamamos de “exclusão social grave”, no sentido em que se trata, em primeiro lugar, de pessoas com particular carência de recursos para sobreviverem autonomamente e conseqüentemente mais expostas a atividades marginais e ilícitas de obtenção de rendimentos, mas principalmente porque sofrem muitas vezes de uma ausência de vínculos afetivos e familiares, que provocam um desenraizamento e falta de uma rede de apoio ou de referência, o que os torna mais à margem daquilo que é socialmente estabelecido (Ararteko, 2006, p.91-92).

“A adaptação requerida pelos refugiados e migrantes, traduz-se no processo de restabelecimento das suas vidas, este progresso de inserção no país de acolhimento retrata-se por uma grande fragilidade e risco devido ao seu estatuto incerto, por uma enorme supressão do valor social até então construído no seu país de origem e pela inexistência de redes de apoio comunitário aquando de uma necessidade de construção de uma nova identidade social” (Sousa, 1999; Brown & Zagefka, 2011).

Por vezes, a sua inclusão pode ser entendida como um processo *one-way*, no qual o dever de uma boa inclusão é apenas do refugiado. Na nossa opinião, o caminho deve passar pela criação de um “conjunto de relações sociais estáveis com as instituições, os indivíduos e os grupos integrantes da sociedade de acolhimento” (Justino, 2007, p.156). Isto é, a responsabilidade pelo processo de acolhimento e inclusão não pertence apenas a um grupo em particular, mas sim a vários intervenientes: o próprio refugiado, o governo de acolhimento, as instituições e a comunidade no geral, deste modo a responsabilidade de uma boa inclusão é tanto da comunidade que acolhe como dos refugiados que acabam de chegar (*two-way*).

“Assim, todo o processo de chegada dos refugiados e migrantes, a adaptação necessária a uma cultura diferente é impactante para os indivíduos do grupo minoritário, sendo que a comunidade de acolhimento também carece de um processo de adaptação pelo confronto com práticas e valores culturais distintos do grupo externo” (Brown & Zagefka, 2011).

Cristina Santinho afirma que “Em lugar de se olhar para os refugiados exclusivamente do ponto de vista da vitimização, do assistencialismo ou até do logro, é necessário garantir-lhe o direito ao reconhecimento enquanto cidadãos, através do seu



próprio envolvimento político e relacional” (Santinho, 2013, p.27). É importante, procurar apoiar tanto os refugiados como a comunidade de acolhimento na identificação de questões que são importantes e relevantes para as suas vidas (orientando-os para a importância de intervir “com” a comunidade e não só “sobre” a comunidade), e permitindo-lhes desenvolver estratégias para a resolução dessas questões. Potencializando a sua intervenção baseada em princípios de equidade e justiça social, da promoção de direitos e deveres capazes de respeitar as culturas e modos de vida de cada um, tal como refere Gabriela Trevisan “Intervir, portanto, não será mais do que constituir-se como recurso à própria intervenção, sendo que em nenhuma intervenção desta natureza existe recurso mais valioso do que as próprias pessoas” (Trevisan, 2008, p.4).

Em suma, os projetos de Intervenção comunitária, enquanto ferramentas de promoção de inclusão, procuram canalizar e rentabilizar as potencialidades e recursos das comunidades, ao empenhar-se em fazer dos indivíduos, dos grupos e das comunidades participantes ativos do seu processo de emancipação e desenvolvimento pessoal/ coletivo. Assim, a inclusão da população refugiada deve ser um processo: dinâmico e recíproco, no sentido em que implica esforços e colaboração tanto dos refugiados, que terão de procurar incluir-se na comunidade de acolhimento, como da comunidade de acolhimento, que terá de empenhar-se em políticas públicas, projetos e iniciativas que facilitem também este processo. Perante toda esta conjuntura, teremos um mundo mais igualitário, equilibrado e em paz, se, como refere Cristina Santinho (2013, p.27), pensarmos em criar sociedades baseadas no diálogo, na escuta e no respeito pelos direitos dos cidadãos, ou seja, sociedades plurais onde os cidadãos (sejam eles imigrantes, refugiados ou autóctones) criem laços, trocas reais e simbólicas (produtivas para todos) onde não haja recurso a manipulações de acordo com os interesses políticos ou económicos dos Estados-nação.

2. Fundamentos histórico-políticos das migrações: o estatuto de refugiado

Depois de entendermos o enquadramento do nosso trabalho no âmbito da intervenção comunitária, pensamos ser necessário situar e entender as questões fundamentais relativas às migrações. Iniciaremos com uma aproximação aos fundamentos histórico-políticos afunilando a nossa reflexão para o estatuto de refugiado.

Esta temática tem tido grande relevância ao longo dos últimos anos no cenário internacional pela expressiva dimensão dos seus fluxos, pelo desrespeito à dignidade humana e pela crescente violência na sua contenção. Ao longo da história, fatores como os



conflitos e as perseguições provocaram migrações forçadas, mas na contemporaneidade a multiplicidade de fatores que levam aos deslocamentos forçados torna complexa a realidade dos refugiados.

Pode-se afirmar que onde há seres humanos, há sociedade e há migração. Diz-se que há migração porque o ser humano sempre se deslocou de uns locais para os outros à procura de condições de vida que se oferecem mais adequadas para as suas necessidades (Gil, 2021, p. 23). “As migrações, embora tão antigas como a humanidade, colocam enormes desafios, novos e velhos” (Beleza, et al 2020 p.35). Tal como por exemplo, na antiguidade, as migrações forçadas ocorridas durante os últimos anos das Guerras Púnicas (264 a.C. – 146 a.C) entre Roma e Cartago, resultando na fuga dos cartagineses para outras regiões do Norte de África. (Silva, 2017, p.163). Durante o período moderno, tal como hoje, as pessoas circulavam pelos mais variados territórios dos diferentes países. De acordo com Herzog (Beleza, et al, 2020, p.105) os europeus dos séculos XVII e XVIII adotaram três argumentos: 1) insistiam sobre a necessidade de defender o seu território; 2) distinguiram entre os chamados imigrantes bons e imigrantes maus; 3) e uma vez que eles mesmo estivessem bem integrados e estabelecidos no território, argumentavam que os demais – os outros – não podiam fazer a mesma coisa. No século XVII Hugo Crócio, afirmou que “a residência permanente no país nunca devia ser negada aos estrangeiros que procurassem asilo se estiverem dispostos a submeter-se às leis (...) Permitir que os estrangeiros dispostos a obedecer ao soberano e às leis ficassem no país era benéfico para a comunidade” (Beleza, et al, 2020, p.109). Já no século XVIII, Emer Vattel referiu que “a receção dos refugiados fazia parte das obrigações de todos os humanos, mas também se ajustava aos interesses dos Estados” (Beleza, et al, 2020, p.109). Podemos concluir que estas ideias sugeriam que a migração deveria ser permitida, especialmente quando benéfica para a comunidade de acolhimento.

Desta forma, ainda que o nomadismo seja um elemento evidente na história da humanidade, a verdade é que, sobretudo no século XX, quase todos os seres humanos passaram a pertencer, do ponto de vista político, jurídico, emocional e simbólico, ao Estado-Nação, sendo este composto, classicamente, por três componentes: “um território bem delimitado, um poder político que vigia fronteiras do território e decide quem é e quem não é nacional” (Beleza, et al, 2020, p.9).

É importante referir que foi durante o Século XX que as migrações se tornaram mais acessíveis, baratas e facilitadas em virtude dos avanços tecnológicos nos meios de transporte, comunicação e navegação, não esquecendo, porém, que foi também o século



que produziu a maior quantidade de refugiados da Humanidade (tendo em conta acontecimentos como as duas guerras mundiais, bem como conflitos locais, revoluções) milhares de pessoas passaram a deslocar-se por diversas razões.

Podemos então sublinhar que

“As migrações são um fenómeno antigo e apenas tendo sido colocadas como um problema securitário com ligação ao terrorismo aquando dos ataques terroristas que tiveram lugar nos Estados Unidos da América em 2001. A partir deste evento, as migrações passaram a ser também consideradas uma questão de segurança nacional, o que se pode confirmar através da análise dos discursos políticos da época e da política migratória que se passou a desenvolver desde então” (Beleza, et al, 2020, p.53).

Segundo Stephen Castels & Mark J. Miller, os ataques do 11 de setembro e os atentados subsequentes em Madrid (2004), Londres (2005 e 2017), Paris (2015) e outros lugares tiveram como resultado a maior relevância das dimensões de segurança na migração internacional, fazendo assim com que as migrações passassem a ser objeto de maior securitização. (Castels & Miller, 2002, p.210). Em suma, estas novas medidas visavam a “proteção” das fronteiras através do controlo e restrição de entrada daqueles que procuravam asilo. Esta situação teve efeitos imediatos na Europa através do “pânico moral” (Fassin 2011) representado pelo Islão, combinado com o “pânico político” sobre os requerentes de asilo. Fassin refere ainda que “o novo mundo da migração gerou novas estratégias e instrumentos de controlo, por outras palavras um novo policiamento de imigrantes” (Fassin, 2011, p.216). “O Racismo foi uma resposta social à ligação que se criou, propositadamente ou não, em torno da ideia de que o “outro” não era apenas diferente, mas poderia ser também um perigo” (Beleza. et al, 2020, p.58).

Este ciclo de medos acaba por gerar argumentos que são vistos como válidos como a construção de muralhas ou a rejeição dos migrantes não expressam xenofobia, mas apenas uma reação legítima da comunidade, que deve proteger-se daqueles que são considerados, por eles ou pela comunicação social, perigosos.

“Bons e maus imigrantes estão presentes na nossa imaginação quando preferimos, apesar do nosso manifesto desinteresse pelas considerações religiosas e das nossas pretensões de não sermos racistas, os cristãos aos não cristãos; os europeus aos não europeus; os brancos aos não-brancos” (Beleza, et al, 2020, p.117).

Mas, se a migração é conatural ao ser humano, nos tempos atuais, a perceção do fenómeno complexificou-se por interferir em questões de vária ordem relativas à soberania



estatal, à identidade nacional, o respeito pela lei, à sustentabilidade do Estado social, ao emprego, à população, à saúde pública, à identidade cultural e nacional, às relações externas e internacionais, à segurança interna e externa, e à ordem pública (Gil, 2021, p. 23) já que, o processo migratório tem como base as transformações sociais, políticas, económicas e culturais, tanto nos países de saída como de entrada (Grajzer, 2018, p.72). A prova disso é a chamada crise dos refugiados, a sua mediatização e a ascensão de partidos políticos de extrema-direita, que fazem da mensagem anti-imigração o seu cavalo de batalha, “despertam” a opinião pública para esta realidade, que é percebida como nova sem, na verdade, o ser.

“as escassas referências a movimentos migratórios que são apresentadas mostram-nos como um fenómeno muito recente, em grande parte reduzido a histórias de refugiados desesperados – apresentando a migração, em primeiro lugar, como uma anomalia causada por algum tipo de crise na região de origem, e, em segundo lugar, como algo que acontece à Europa sem que o continente tenha um papel ativo no processo” (El-Tayeb, 2011, p. 166).

Num momento em que a chamada crise dos refugiados e a imigração são temas que parecem colocar em perigo, não apenas a coesão social em alguns Estados Europeus, mas também a coesão europeia e um dos objetivos políticos mais relevantes da União Europeia: a sua construção como um espaço de liberdade, segurança e justiça.

“Hoje, toma conta de diversos países um discurso político que condena qualquer forma de migração, e que, inclusive deseja revisar alguns pontos do Estatuto dos Refugiados, como ficou claro no discurso de posse, proferido em 1998, da presidência rotativa da União Europeia, cujo representante pertencia a Áustria, que afirmou de forma contundente, a necessidade de se alterarem as normas que concedem o refúgio, alegando que ele vem sendo utilizado por pessoas que não se encaixam na sua descrição legal” (Silva, 2017, p. 164, citando Bush,1999).

Além deste exemplo podemos referir

“O caso da Itália e França que resolveram restringir a entrada de imigrantes de vários países africanos devido aos acontecimentos da chamada Primavera Árabe. Tal iniciativa recebeu a reprimenda do Conselho Europeu, mas nem por isso, esse discurso de restrição aos imigrantes, inclusive aos refugiados, foi abandonado por esse e por outros países” (Silva, 2017, p. 164, citando Jarochinski).

Também o ministro do Interior da Finlândia (Kari Håkämies) assumiu num seu discurso o seguinte:



“No entanto, é óbvio que, na Europa, apenas a um reduzido número de requerentes de asilo se poderá conceder o direito de residência. Nestas circunstâncias, o que fazer para resolver o problema dos refugiados? Em primeiro lugar, importa naturalmente reduzir o número de refugiados, mediante a perceção e a análise das razões subjacentes ao fenómeno” (SEF, 2001, p.16).

Pretendo destacar aqui a visão economicista em relação a pessoas que não são refugiadas porque assim o desejaram, mas porque essa é, por vezes, a única forma de sobreviver a um conflito armado ou outro motivo que coloque em risco a sua vida. Na verdade, quem é que efetivamente tem na sua mão o poder de “reduzir o número de refugiados”? Tal como refere Santinho (2013, p.12), a situação que gera a fuga e o consequente pedido de asilo é originada a montante e não a jusante do problema.

Ainda no mesmo discurso, Kari Håkämies, refere que:

“Em segundo lugar, uma vez ultrapassadas as crises, ou quando as pessoas já não necessitam de proteção, o regresso ao respetivo país deve, sempre que possível, ser apoiado. Na eventualidade de os refugiados não poderem regressar ao seu país de origem, deve procurar-se instalá-los com residência permanente em regiões próximas do seu país” (SEF, 2001, p.16).

Podemos destacar também o discurso do então Ministro da Administração Interna português, Fernando Gomes, que em 2001 refere que:

“O elevado número de requerentes de asilo e pessoas deslocadas, a distinção cada vez mais impercetível entre os refugiados na aceção da Convenção de Genebra e as pessoas que, por motivo de conflitos armados, guerras civis ou graves violações dos direitos humanos, fogem dos seus países de origem, aos quais se junta ainda um elevado número de imigrantes económicos, torna cada vez mais difícil encontrar as soluções adequadas e efetivas para as situações, de diferente natureza, em que é exigida a concessão de proteção internacional (SEF, 2001, p.7).

Se analisarmos os dados de 2001, data da citação anterior, estes revelam que foram requeridos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) 234 pedidos de asilo. (SEF, 2001, p.75). No entanto, se analisarmos o ano de 2021 (note-se 20 anos depois), foram comunicados ao Conselho Português para os Refugiados (CPR) pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) 1411 pedidos de proteção internacional. Esses pedidos foram apresentados por requerentes de 88 nacionalidades e apátridas, sendo o Afeganistão, Marrocos, Índia, Gâmbia e Guiné-Bissau os países de origem mais representativos (CPR, 2021). Assim sendo, podemos referir que estamos longe de poder falar numa invasão,



apesar da perceção de descontrolo gerada na opinião pública, muito potenciada pelo mediatismo que este fenómeno tem merecido e pelo alarmismo de que se alimenta o populismo de extrema-direita.

Não nos podemos esquecer que a relação entre os direitos humanos e refugiados é sem dúvida uma relação íntima (Santinho, 2017, p.12), porém os discursos proferidos a propósito são, na sua maioria, abstratos, idealistas e acríticos em comparação com o que sucede realmente na vida dos refugiados, tanto antes da fuga, como depois, já no país de acolhimento. Como refere Balibar:

“Os direitos humanos tornaram-se, novamente, o absoluto dos discursos políticos. Mas pouco ou praticamente nada se ouve falar sobre as políticas dos direitos humanos, não há questionamento sobre as condições, formas e objetivos. Porquê esta descrição? Ou tal noção é considerada evidente ou é considerada contraditória, uma vez que (ao serem o seu absoluto ou o seu princípio) os direitos humanos estão sempre para lá da política” (Balibar, 1994, p.205).

Desta forma, podemos referir que os conflitos e crises gerados por este aparentemente novo fenómeno, tão antigo como a história da humanidade, colocam-nos, no contexto atual, novos desafios a par dos que sempre colocou (Beleza, et al, 2020, p. 19).

De acordo com o fenómeno de deslocação e dos movimentos migratórios nos últimos anos urge uma necessidade de distinção entre refugiados e imigrantes, contudo a clarificação é pouco clara. Ou seja, quem acolhe nem sempre consegue “catalogar” binariamente quem pretende entrar no país. Assim como a maior parte das pessoas que abandonou o país de origem desconhece se tecnicamente pode ser qualificada de “refugiada” ou como “simples imigrante”. Podemos então dizer que: os indivíduos associados a um movimento voluntário devido a questões económicas, de saúde, entre outras, denominam-se imigrantes; por outro lado, os indivíduos associados a um movimento involuntário/ forçado referem-se como refugiados (Oliveira, 2020).

No entanto, não podemos esquecer que, para muitas delas, a decisão de migrar foi ditada pela necessidade, por algum motivo tido como imperativo. Dessa forma, à chegada deparam-se com um processo que se destina a separá-las em duas categorias: de um lado, ficarão aqueles cuja história de vida os pode qualificar como beneficiários de um direito a serem acolhidos – refugiados. Do outro lado, ficarão os tidos como “simples migrantes económicos”, os que não têm direito a entrar e a residir no destino procurado. (Beleza, et al, 2020, pp.69 -70). Ora esta divisão dicotómica, ao invés de vir a diminuir de importância



na atualidade, tem vindo a assumir cada vez mais relevância, devido ao crescente protecionismo económico, cultural e identitário, bem como das crescentes prioridades securitárias que têm marcado as decisões dos Estados no que diz respeito às matérias migratórias. “O poder soberano de decidir quem pode entrar no território (o chamado *ius includendi et excludendi*) apresenta-se cada vez mais incontestado, já que os Estados estão fortemente apostados em limitar, selecionar e controlar fortemente quem pode entrar.” (Beleza, et al, 2020, p.70). Se regressarmos à publicação *Em Direção a um Sistema Comum Europeu de Asilo*, podemos salientar as palavras de Otto Schily, à data Ministro do Interior alemão, que no seu discurso referiu

“Mas quando vejo que, segundo o projeto de diretiva da Comissão relativa à proteção temporária, mais concretamente a exposição de motivos, não será possível expulsar um cidadão se no país de origem prevalecerem condições que não permitem assegurar o respeito dos direitos humanos e o Estado de direito, interrogo-me se não se tratará de uma formulação demasiado extensiva” (SEF, 2001, p.30).

Podemos afirmar que neste discurso coloca-se nitidamente a possibilidade de, nos países da União Europeia, se retirar os direitos de proteção de refugiados anteriormente expressos claramente pela Convenção de Genebra, ao sugerir que as garantias dos “direitos humanos” são demasiado abrangentes, mesmo quando se configura a hipótese de perseguição e morte. (Santinho, 2013, p.13). A Europa oscila entre políticas e atitudes sociais de “compaixão” e “repressão”, remetendo estes seres humanos para novos significados associados a indivíduos com histórias, que estão numa constante procura por lugares onde se respeitem os direitos humanos, mas acusando-os também de “aproveitamento” de benesses que, aparentemente só a Europa lhes poderia proporcionar.

Tal como refere Ana Rita Gil (Beleza, et al, 2020, p.82), é importante continuar a distinguir entre duas categorias de imigrantes: imigrantes económicos e refugiados, mas o paradigma que preside a tal distinção deverá ser repensado. Segundo a autora, este último deveria passar a referir-se mais alargadamente, “imigrantes forçados” e não apenas “refugiados”. De facto, o termo remete precisamente para a ideia de que as pessoas necessitam de proteção internacional em muito extravasam hoje o conceito tradicional de refugiado consagrado na Convenção de Genebra de 1951, como veremos de seguida.

O conceito de Refugiado está presente nas diferentes culturas e sociedades há muito tempo, tal como as migrações, é um termo bastante familiar para a maioria das pessoas, no entanto, frequentemente utilizam tal conceito de forma demasiadamente ampla, abrangendo situações que não se enquadram nos casos específicos de refugiados.



Segundo a declaração de Genebra de 1951, um refugiado é uma pessoa

"que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar" (ACNUR,2019, p.6).

Com o passar do tempo e o aparecimento dos movimentos de descolonização no continente africano e asiático na década de 60, surgiram novos fluxos migratórios, evidenciando que a definição era limitada. Assim sendo, foi elaborado um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados em 1967. Os Estados que aderem ao Protocolo de 1967 comprometem-se a aplicar as disposições fundamentais da Convenção de 1951 aos refugiados que se enquadram na definição estabelecida na Convenção, sem considerar a data-limite de 1º de janeiro de 1951. Por conseguinte, o conceito de refugiado passou a ser todo aquele que

“sofre fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, filiação a certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontrem fora do país de que têm a nacionalidade e não possam ou, em virtude do dito receio, não queiram, pedir proteção daquele país” (Beleza, et al, 2020, p. 72).

Podemos referir então, que este conceito assenta em três pontos:

1. Que a pessoa em causa esteja fora do seu país;
2. Que tenha abandonado o mesmo por recear ser perseguida;
3. Que tal perseguição se justifique baseada num dos motivos enumerados.

Contudo, podemos referir que este é demasiado restrito, excluindo aqueles que por terem sido forçados a abandonar os seus países por outros motivos/ circunstâncias. Assim, vários “alargamentos” foram realizados de forma a abranger novas categorias que extravasam aquelas que originariamente se visavam. Outra alteração referente à definição tradicional foi a inclusão dos chamados refugiados de guerra (as pessoas que fogem de conflitos armados, internos ou internacionais, ou situações de violência generalizada). É importante sublinhar que este alargamento pode não ser suficiente para fazer face a todas as privações generalizadas de direitos humanos, por fazer depender a existências de conflito. Ficando assim, excluídos de proteção, os seres humanos que possam sofrer de



privação grave dos seus direitos fundamentais mais básicos, devido a circunstâncias fortuitas ou generalizadas, ou a regimes políticos tiranos ou opressivos. Nestes casos caberá ao requerente demonstrar que a proteção é necessária para evitar a sujeição a tortura, penas ou tratamentos desumanos ou degradantes, proibida pelos artigos 3º da Convenção Europeia do Direitos Humanos (CEDH)¹ e 19º, nº 2 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. (Beleza, et al, 2020, pp. 76-77). De acordo com Hailbronner, “o conceito atual de proteção de refugiados não é suficientemente flexível para poder lidar com categorias diferentes de refugiados” (Hailbronner, 2001, p. 101). Alexandra Rodrigues aponta dois outros aspetos negativos, sendo um deles o facto de os fundamentos para a concessão do estatuto de refugiado estarem apenas ligados a direitos civis e políticos, “ignorando por completo os direitos económicos, sociais e culturais” (Rodrigues, 2017, p. 22).

A outra crítica prende-se com a prática diferenciada de atribuição deste estatuto em várias partes do mundo, essencialmente devido à não determinação de conceitos como os de “receio fundado” e de “perseguição”, o que provoca alguma confusão na interpretação daqueles que podem ser beneficiados. Para certos efeitos, não podem os estados proceder a qualquer distinção entre categorias de migrantes, já que se apenas uns podem ter o direito a ser acolhidos e protegidos no território, a verdade é que todos eles são titulares dos demais direitos humanos que os Estados têm de respeitar, em qualquer situação.

Hoje, as causas do fluxo de “refugiados” multiplicam-se. Os requerentes de asilo provêm de Estados fragmentados, destruídos por guerras civis ou desestabilizados por revoltas, violência étnica e religiosa ou violações sistemáticas dos direitos humanos.

“Este alargamento do conceito tem particular importância em situações de fluxo em larga escala, dado que, é normalmente impraticável nestes casos, analisar pedidos individuais do estatuto de refugiado. Tratou-se assim de incorporar novas realidades e de superar as condições materiais de uma intervenção de urgência, o que veio proporcionar uma flexibilidade na ação internacional em benefício daqueles que são forçados a fugir dos seus países. “(Cierco, 2020, p.17)

É muito importante sublinhar que a etimologia da palavra refugiado vem do termo refúgio, originado do latim *refugium*, que segundo o dicionário de língua portuguesa², significa o lugar seguro onde alguém se refugia ou o asilo para aquele que foge ou se sente perseguido e que procura a proteção de toda e qualquer ameaça. A condição de refúgio fez-

¹ https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/convention_por.pdf

² <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/refugio>



se presente durante toda a história da humanidade, à medida que homens e mulheres foram forçados a abandonar as suas casas, devido a guerras, conflitos armados ou pelas diversas formas de perseguições sofridas, procurando refúgio e abrigo noutros locais considerados seguros e protegidos para a sobrevivência.

Neste sentido, considera-se refugiada toda pessoa obrigada a deixar o seu país de origem ou residência, o seu lar, a sua família, os seus amigos, o seu emprego, os seus hábitos e costumes, para procurar a garantia da sua própria vida e sobrevivência num outro lugar.

O “estar” na condição de refugiado, torna-se, então, uma experiência única para o indivíduo, tanto num sentido individual como social, cujo processo de simbologias e representações revela situações, sentimentos e práticas exclusivas para o indivíduo refugiado ao longo do tempo. O seu primeiro objetivo consiste pura e simplesmente em escapar a um contexto que ameaça a sua vida, liberdade ou bem-estar.

Apesar de toda a análise feita anteriormente à definição de refugiado, necessitamos regressar à divisão dicotómica entre Imigrantes e Refugiados. Temos de reconhecer que tal divisão já sofreu, ao longo dos tempos, sucessivas flutuações que demonstram que a mesma mais não é que uma criação conceptual que, a cada momento, demonstra conviver mal com a realidade complexa e mutável (Beleza, et al, 2020, p. 70). Seja refugiado ou imigrante, é sempre este sujeito que passa a ser submetido a escrutínio, por não pertencer a uma cidadania nacional reconhecida, localizada e integrada nos supostos “valores ocidentais” (Santinho, 2013, p.14).

À luz de Soguk (1999, p.4), não pode existir um paradigma intrínseco associado à figura do refugiado, pronto a ser reconhecido e registado, sem que se deva tomar em consideração a sua experiência particular ou condicionalidade histórica. “Há mil experiências variadas de refugiados e mil figuras de refugiados cujos significados e identidades são negociados no processo de deslocamento no tempo e no espaço” (Soguk, 1999, p.4). Já para Hannah Arendt,

“Em primeiro lugar não gostamos que nos chamem de «refugiados». Entre nós, chamamo-nos uns aos outros «recém-chegados» ou «imigrantes». (...) Um refugiado costuma ser uma pessoa levada a procurar refúgio por algum ato cometido ou por professar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos de procurar refúgio. (...) Conosco o termo «refugiado» modificou-se. Agora, «refugiados» são aqueles que foram tão desafortunados que chegaram sem meios a um novo país e que têm de ser ajudados por comités para refugiados” (Arendt e Agamben, 2021, p.16).



Boa parte dos imigrantes ou refugiados são pessoas comuns que, num determinado momento das suas vidas, se viram confrontadas com situações históricas, sociais e políticas que as forçaram a mudar de vida em direção a um outro território. Muitos tinham inclusive uma vida próspera do ponto de vista económico e profissional, mas que se desmoronou de um momento para o outro.

Hannah Arendt, no seu texto publicado em 1943, intitulado “Nós Refugiados” revela que

“Tínhamos perdido a nossa pátria, o que significa que perdêramos a familiaridade com a nossa vida quotidiana. Tínhamos perdido os nossos empregos, o que quer dizer que perdêramos a confiança de quem sabe ter alguma utilidade neste mundo. Tínhamos perdido a nossa língua, o que representa que perdêramos a naturalidade das nossas reações, a simplicidade dos gestos, a expressão não afetada dos sentimentos. Tínhamos deixado os nossos parentes nos guetos polacos (...) e isso significa a rutura das nossas vidas privadas” (Arendt e Agamben, 2021, pp.16-17).

Estão assim presos num tempo e num lugar determinado, sujeitos não às suas próprias decisões sobre como a partir daí conduzirão as suas vidas, mas condicionados por políticas de fronteira a nível mundial ou até de políticas sociais a nível nacional, que poderão torná-los passivos e dependentes durante um longo período. Portanto, “o modo como as políticas nacionais atuam sobre os migrantes depende também da forma como estes são conceptualizados” (Santinho, 2013, p.10).

3. A importância da mediação no caminho para uma educação intercultural

De acordo com José Fernando Pousada (JRS, 2022) qualquer pessoa que caminha à procura de um futuro é um Ser Humano que devemos abraçar com todo o coração. Com efeito, e após termos abordado os fundamentos histórico-políticos e de percebermos como as migrações acompanham a evolução da Humanidade, neste ponto articularemos a importância da mediação com a educação intercultural para a construção de uma sociedade que assenta na diversidade.

A comunidade migrante está cada vez mais presente nas novas sociedades contemporâneas e o seu processo de inclusão pode ser complexo, isto porque o desconhecimento sobre o outro, sobre a sua cultura, pode levar à rejeição e impedir, por vezes, que comunidades diferentes se relacionem, ajudem e, principalmente, que se reconheçam para além das suas diferenças.

Primeiramente devemos perceber qual é a definição de mediar para posteriormente podermos falar sobre mediação. Assim sendo, segundo o dicionário da língua portuguesa³, mediar significa ficar no meio, estar ou passar entre duas coisas, entre dois factos, entre duas épocas ou entre dois pontos; ser intermediário entre duas ou mais partes. Neste caso específico podemos dizer que o mediador ou mediadora é alguém que está dentro de dois (ou mais) sistemas culturais diferenciados ou diferentes lógicas de atuação face a uma mesma situação. Desta forma, podemos definir mediação como

“Um procedimento de resolução (...) que consiste na intervenção de uma terceira parte, alheia e imparcial (...), aceite pelos litigantes e sem poder de decisão sobre eles, com o objetivo de facilitar um acordo por meio do diálogo e da negociação” (Jares, 2001, p.153).

Mediar implica “uma escuta ativa e o entendimento do outro” (Vieira & Vieira, 2017, p.47), estar, ouvir, compreender todos a partir dos seus próprios pontos de vista, a partir da sua “bagagem de vida”. Tal implica atitudes independentes e empáticas, ou seja, não basta tolerar; é preciso respeitar, mesmo que discordemos de algumas tomadas de posição do(s) outro(s). Para Helena Almeida “a mediação potencia a construção de laços sociais, e constitui, inclusive, uma nova abordagem no processo de inclusão social, quando operacionalizada no domínio social e cultural” (Almeida, 2015, p.118.).

No entanto, quando nos referimos à mediação no contexto deste trabalho, referimo-nos à mediação intercultural. Destacamos a mediação intercultural que, segundo Vieira & Vieira (2017, p.44), de entre todas as mediações sociais é aquela que mais investe na prevenção, transformação, educação e reabilitação. Também podemos defini-la

“como uma modalidade de intervenção de terceiras partes, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa, orientada para o reconhecimento do outro e a aproximação das partes, para uma comunicação e compreensão mútua, para a aprendizagem e desenvolvimento da convivência, para a regulação de conflitos e adequação institucional entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diversos” (Gimenéz, 1997, p.131).

Em 2016, o Alto Comissariado para as Migrações definiu a mediação intercultural como

“(…) uma modalidade de intervenção de terceiras partes, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa com particular atenção ao outro, à sua revalorização e reconhecimento nessa diferença. Os princípios e os métodos da mediação têm como objetivos i) a aproximação das partes, ii) a comunicação e a compreensão mútua, iii) a

³ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/mediar>



aprendizagem e o desenvolvimento da convivência pacífica. Simultaneamente, assume-se como forma de regulação de conflitos e adequação institucional, entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados (ACM, 2016, p.14).

A mediação intercultural é, nesta linha, uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, com diferentes pontos de vista e fronteiras culturais diversas (Vieira & Vieira, 2017, p.45). Desta forma pretendemos que a mediação intercultural faça parte do método de intervenção já que esta exibe um papel importante no processo de inclusão da comunidade migrante, visto que norteia a sua ação para aproximar a comunidade migrante à comunidade de acolhimento, proporcionando assim, uma gestão positiva da diversidade e coesão social (Rodrigues et al, 2020, p.296).

Segundo Vieira & Vieira (2017, pp.45-46), este tipo de mediação pressupõe um avanço na coesão social, ou seja, esta inclui os diferentes participantes, promove a capacidade de compreensão, aceita diferentes versões da realidade, defende a pluralidade e incentiva à livre tomada de decisões e compromissos, contribuindo assim para a participação democrática. No entanto, é importante ter em conta que este processo não é automático/instantâneo. Como refere Vieira & Vieira, citando Torremorell

“não deduzimos que os processos de mediação, por si só, venham a construir a ponte social para um futuro mais humanizado, mas sim que tais processos talvez assentem uma das pedras que nos ajudarão a cruzar o rio e ambos os sentidos” (Vieira & Vieira, 2017, p.46).

A mediação enquanto estratégia de promoção do diálogo entre culturas deu origem à mediação intercultural (Costa, 2017, p.62). Segundo Costa, a intervenção por esta via potencia o desenvolvimento social, a coesão social e, conseqüentemente, a diminuição da estigmatização das minorias culturais. (idem).

A mediação intercultural pode ser dividida em três modalidades: preventiva, reabilitadora e transformadora/autonomizadora. A mediação preventiva caracteriza-se por procurar facilitar a aproximação, a comunicação e a compreensão entre pessoas/grupos com códigos culturais diferentes. A mediação reabilitadora, como o nome indica, intervém na regulação e resolução de conflitos e tensões interculturais. Por fim, a mediação transformadora ou autonomizadora, implica a abertura de um processo mediante o qual se possam superar as normas, costumes e pontos de vista particulares, em situações de convivência multicultural para alcançar novas formas e modos de relação compartilhados. A mediação transformativa como modelo de mediação aplicado à mediação intercultural possibilita essencialmente a Revalorização (capacitação) e o Reconhecimento do Outro (Giménez, 2001, p.44) “Falar de mediação intercultural é admitir que terá de haver



transformações das partes envolvidas, em termos de atitudes, comportamentos, representações e ações, por forma a se encontrarem plataformas de entendimento (...) consoante as temáticas e acordos em discussão” (Vieira e Vieira, 2017, p.38).

No entanto, antes de passarmos a analisar em que consiste a educação intercultural e qual a importância da mediação para que esta seja implementada da forma mais precisa é necessário perceber o que entendemos por” intercultural”.

De acordo com Miranda (1996, p.19), a interculturalidade surge como uma resposta para os problemas de comunicação e de inter-relação das nossas sociedades multiculturais e multilingues, sendo uma alternativa viável para a promoção do respeito pelas diferentes culturas que devem coexistir. Para Merçon, Rodrigues e Santos, o interculturalismo não se resume à aceitação das diferenças, mas “facilitar o conhecimento mútuo para o enriquecimento sociocultural das comunidades locais e globais” (Silva, 2008 cit. in Merçon et al, 2012, p.9).

Dentro do paradigma do pluralismo cultural, Giménez (2010, p.25) propõe-se distinguir os planos do factual e do normativo para ver o multiculturalismo e o interculturalismo como modalidades, em que, no plano factual, a multiculturalidade diz respeito à diversidade cultural (linguística, religiosa, etc.) e a interculturalidade diz respeito às relações interétnicas (interlinguísticas, inter-religiosas, etc.); no plano normativo, o multiculturalismo reconhece as diferenças (princípio da igualdade e da diferença) e o interculturalismo defende a convivência na diversidade (princípio da igualdade, da diferença e da interação positiva). A interculturalidade

“realça a igualdade de oportunidades e de direitos na interação que decorre em espaços e contextos de diversidade (...) a necessidade de preservar a diferença e a diversidade como espaço de interação que promove o desenvolvimento cognitivo e atitudinal, o sentido de cooperação, e a capacidade de refletir, ouvir e participar, com diferentes pontos de vista, na construção de um património cultural comum” (Morgado, 2010, p.3).

Esta perspetiva intercultural deve estar presente nas agendas dos governos, nações e estados, regiões, municípios e bairros, instituições, organizações sociais e famílias, cidadãos e cidadãs, pois é uma responsabilidade social. A sociedade deve então caminhar cada vez mais no sentido de ser plural e inclusiva e promover uma interação positiva entre todos os seus membros, independentemente da sua bagagem cultural, tal como referimos no ponto 1 deste trabalho. A abordagem intercultural deve estar presente na educação para



a cidadania, com vista a um desenvolvimento mais democrático e participativo, onde se promova o respeito pelo “Outro”.

A interculturalidade implica sempre uma interação e intercâmbio cultural. Na educação, por exemplo, é preciso ter em conta que todos os grupos e pessoas têm características culturais diversas (visão do mundo, expectativas, crenças, significados partilhados em diferentes grupos), que influenciam as aprendizagens, os processos e os resultados. Assim, é evidente que o ensino deveria moldar-se em função de tais características, já que “o foco intercultural na educação assinala que as diferenças culturais são a norma e estão presentes em toda a sua reflexão e prática educativa.” (Aguado, 2003, p.15).

A educação intercultural encontra-se configurada como um espaço de formação para acolher positivamente a diversidade em ambientes progressivamente mais heterogéneos do ponto de vista cultural. A heterogeneidade cultural tanto deriva de migrações em larga escala, como de desigualdades sociais causadas por desigual distribuição de poder em termos de etnia, género ou pertença a grupo social, religioso ou outro. Ou seja, a educação intercultural pretende fundamentalmente gerar atitudes ou competências interculturais. Ela pretende não só conhecer grupos étnicos/ culturais, mas também, promover atitudes práticas contra a xenofobia, o racismo e a desigualdade social.

Desta forma, a educação intercultural pressupõe a interação de grupos culturais em sociedades multiculturais e preconiza um sentido de negociação e de interação entre eles. “A perspetiva de educação intercultural adotada engloba aspetos antirracistas, de inclusão e de envolvimento com a multiculturalidade” (Aguado, 2003) “bem como educação para a cidadania global, visando a promoção do respeito cultural e o envolvimento com culturas minoritárias a par das dominantes, a diversidade cultural e os princípios de vida democrática” (Nieto, 1992, p.22).

Ao pensar na interculturalidade no caso dos refugiados, necessitamos compreender que cada pessoa vive entre diferentes culturas.

“Cada pessoa procura construir um novo eu que se situa entre a cultura de origem e a cultura de chegada, separando esses dois mundos, juntando-os ou construindo uma terceira dimensão de identidade, procurando o caminho mais seguro do ponto de vista ontológico” (Marques, Vieira & Vieira, 2020, p.16).

A gestão da diferença pode resultar de duas formas: de um lado promover a igualdade e a inclusão de pessoas, tendo em conta as suas diferenças (étnico-raciais, de



classe social, de género, de opção de identidade sexual, de educação, de valores) e o seu direito à diferença; do outro lado,

“o trabalhar os recursos simbólicos, sociais e económicos da cultura dominante e as atitudes culturais hegemónicas de modo a incluir culturas minoritárias numa nova síntese capaz de criar aquilo que certos autores designam por terceiro espaço, um espaço híbrido e de intersecção onde cabem novas possibilidades de relação que não opõem apenas o que é dominante ao que é minoritário de modo dual” (Bhabha, 1990; Soja, 1996).

Segundo Banks (2006, p.75), a educação intercultural pode resultar apenas na preparação dos jovens para aceitar a diferença como constitutiva da sua própria identidade (ao reconhecer o que é diferente, acabamos por nos conhecermos melhor); ou na preparação dos jovens para saber conviver de forma pacífica com a heterogeneidade cultural e as sociedades em transformação, desenvolvendo uma consciência crítica o que implica conhecer, ser sensível a, e saber avaliar as suas formas de identificação culturais. Falar em educação intercultural é, segundo Cochito (2014, p.16), qualquer que seja o contexto, aprender a complexidade dos pontos de vista em presença, transformar e transformar-se com eles; é participar, em plena igualdade de oportunidades e direitos, na construção de uma sociedade que assenta na diversidade.

Aguado & Vélez (1996, p.113) lembram-nos que trabalhar com migrantes, estando aqui incluída a população refugiada, como referimos no ponto 2 do trabalho, exige antes de mais respeitar a sua identidade sociocultural, que inclui o seu sistema de valores, visão do mundo e necessidades, de forma que não lhes seja imposto um modelo social, mas sim que se lhes dê a liberdade e a possibilidade de escolha do modelo que querem seguir. Por esse motivo, devemos estar conscientes quais são as suas zonas sensíveis e que podem gerar conflitos aquando da intervenção, como a representação de família, o estatuto da mulher, o conceito de pessoa ou o papel da religião.

Qualquer mediador deve agir de acordo com uma série de competências e princípios de atuação no processo. “A tarefa do mediador não é a de um médico que cura, nem a de um guru que desencanta uma solução, mas antes a de um arquiteto que cria pontes (...)” (Jares, 2001, p.158). Mas, para que o arquiteto possa construir essas pontes, é necessário que este seja detentor de certos princípios, que segundo Xesús Jares, são:

- Valência e capacidade de resistência - Face ao imediatismo, catastrofismo o mediador deve resistir a essas tendências, apostar na constância e paciência, negando-se a



naturalizar determinadas situações sociais. Por outro lado, entrepor-se entre duas forças em oposição exige, uma grande força moral e uma boa capacidade de resistência. (idem).

- Prudência e discrição – o mediador deve ser prudente na sua análise e intervenção, o que nada tem a ver com passividade. Ao mesmo tempo deve ser discreto nas suas atuações (Jares, 2001, p.159);

- Confidencialidade - é um princípio-chave de toda a mediação e que deve ficar claro logo de início (idem);

- Independência e imparcialidade - “O mediador deve manter-se independente, tanto das partes como de qualquer outra instância alheia ao conflito. (...) mantendo sempre a sua identidade e evitando tomar partido por qualquer uma delas” (idem);

- Vasta preparação na análise de conflitos e orientação de processos de grupos - “(...) é importante que os mediadores (...) adquiram previamente uma formação que envolva dois aspetos básicos: preparação e experiência quer na análise de conflitos quer na orientação de processos de grupos, isto é, em relações humanas e desenvolvimento organizativo” (Jares, 2001, p.160);

- Voluntariedade - “É importante notar que a intervenção do mediador deve ser aceite pelas partes em conflito. As mediações forçadas ou impostas têm escassas probabilidades de sucesso. (...) deve ser um ato livre e voluntário” (idem);

No entanto, não nos podemos esquecer que não se pode atuar apenas junto do indivíduo excluído, por exemplo, através da sua qualificação, mas temos também de investir na ativação dos sistemas e instituições, na sua abertura e transparência, tornando-os mais orientados para objetivos de resolução efetiva dos problemas dos cidadãos, ou seja, apostando em políticas mais inclusivas (Capucha, 2005, p.238). Para que isso seja possível é necessário apostar na capacitação dos indivíduos que constituem a comunidade de acolhimento. Segundo a autora Teresa Aguado (2003, p.166), desde a perspetiva intercultural, a formação de mediadores requer integrar três dimensões básicas:

1. Competências de escuta, compreensão e potencialização da comunicação interpessoal;
2. Acesso a fontes de informação, capacidade para trabalhar em rede;
3. Aquisição de habilidades e recursos para o trabalho corporativo.

Na sua opinião, é necessário facilitar a comunicação entre as partes, compreender como as diferentes posições se constroem baseadas em diferentes elementos culturais e



traduzir os conteúdos das diferenças em terminologias de um código comum. Desta forma a mesma autora refere que podemos incluir conteúdos referentes a: análise cultural (formação em valores, desconstrução de estereótipos); cultura e diferenças culturais; direitos humanos e legislação; conhecimento dos grupos culturais em contacto; conhecimento do contexto comunitário, assim como dos recursos disponíveis; técnicas de resolução de conflitos e competências comunicativas. Como salienta Manuela Mesa (2019, p.23), a educação para formar cidadãos do século XXI deverá promover o conhecimento e respeito da diversidade cultural e a comunicação intercultural, a aprendizagem ao longo da vida, a solidariedade nacional e internacional, o acesso na igualdade e equidade e uma cultura humanista que inscreva os cidadãos e as cidadãs no mundo e na tomada de consciência do destino comum a todos.

Estes conteúdos são importantes para a mediação realizada em contextos educativos não formais, como por exemplo o Corpo Nacional de Escutas, que falaremos no ponto 5 deste trabalho, onde os “marcos culturais de referência apresentam-se de uma forma mais aberta e flexível, onde as relações de status são menos rígidas” (Aguado, 2003, p.165).

A mediação cultural é intercultural quando tem como foco a diversidade cultural e tem em consideração as referências culturais dos indivíduos. “Todos somos diversos culturalmente, todos necessitamos de mecanismos reguladores de conflitos e desenvolvimento de competências comunicativas” (Aguado, 2003, p.167).

É de salientar o carácter educativo da mediação e as suas enormes potencialidades, tanto na resolução de conflitos como na construção de hábitos democráticos entre os quais o respeito ocupa um lugar central. Relativamente ao primeiro aspeto, a mediação costuma funcionar como “uma experiência educativa, tanto para as partes em conflito como para os mediadores” (Jares, 2001, p.151); além disso, a mediação também serve para entender o tipo de educador que trazemos dentro de nós e desta forma o tipo de educação que queremos transmitir. No que diz respeito ao segundo aspeto, “o uso da mediação pode ser um indicador da nossa cidadania democrática, de sociedades e organizações saudáveis” (Jares, 2001, p.151).

Se o que pretendemos é um modelo intercultural, isto é, uma sociedade capaz de reconhecer contributos importantes para a construção de um espaço e valores comuns nas diferentes culturas em si existentes, então a mediação tem aqui um papel fundamental para uma educação intercultural, na medida em que se assume como um “processo comunicacional de transformação do social, requalificando as relações sociais e



concebendo novos percursos onde é possível entender o outro como diferente” (Oliveira & Galego, 2005, p.56). A mediação valoriza as diferenças culturais e incentiva o respeito mútuo, com o objetivo de requalificar relações sociais, humanizando-as e fomentando uma cultura de paz. Isabel Cochito, lembra-nos que a educação intercultural não é incluir “outras culturas” nos temas dos programas; não é fazer uma campanha de slogans sobre os direitos humanos, muitas vezes baseadas ou reproduzindo um conhecimento estereotipado do outro. Também não é dar voz a minorias como forma de atenuar ou adiar o conflito enquanto” aprende” a integrar-se e muito menos é considerar a diferença uma “falha” que o próprio deve ter todo o interesse em suprimir (Cochito, 2014, p.17).

Assim sendo, o objetivo da interculturalidade é “a organização de um contexto social e relacional integrativo que tenha em conta um processo dialético ligando o Eu e o Outro, a abertura ao mundo e o reconhecimento das identidades e da alteridade” (Ramos 2011, p.198).

A aquisição e o desenvolvimento de competências interculturais são objetivos fundamentais para fazer face à diversidade e complexidade que caracterizam o tecido social atual. Tal como salienta Delors, “é necessário assumir a diversidade e a multipertença como uma riqueza. A educação à pluralidade é não só uma proteção contra violência, mas também um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas” (Delors, 1996, p.10).

Neste sentido, a mediação intercultural alicerçada à educação intercultural trabalha no sentido de promover a capacidade de compreender, aceitar as diferentes versões da realidade, defender e contribuir para a participação democrática, uma vez que promove a tomada de decisões e compromissos livres. Em jeito de conclusão podemos dizer que visa contribuir para promoção da mudança de comportamento, além de atuar no processo de discriminação cultural e potencializar os aspetos positivos das diferenças culturais, sobretudo visando uma maior intercompreensão e diálogo entre os envolvidos, tornando a convivência mais harmoniosa.

4. - O acolhimento e inclusão de refugiados

A migração das populações acompanha o próprio desenvolvimento humano. Conforme salientado por António Guterres, “Não podemos impedir as pessoas de fugirem para salvar as suas vidas. Elas virão. A escolha que temos é quão bem gerimos a sua chegada, e quão humanamente” (Time, 2015). Nesse sentido, consideramos relevante



abordar a temática do acolhimento e inclusão, explorando os facilitadores e os obstáculos como elementos que devem ser necessariamente considerados no processo de acolhimento. Pretendemos olhar também para os obstáculos com a visão de que é necessário, entre outras coisas, obter conhecimento sobre a história de vida dos migrantes, a fim de se realizar um trabalho de acolhimento fundamentado e digno

De facto, tal como referido no ponto 2 deste trabalho, desde sempre se verificaram movimentos migratórios causados por questões económicas, sociais, culturais, bélicas, políticas e ambientais.

“Deixar o país de origem por um período longo ou indeterminado constitui frequentemente uma experiência traumática, sendo que a decisão de partir do país de origem pode ter várias razões, entre elas motivações económicas, políticas, étnico-culturais, de emergência (caso de refugiados), entre outras” (Ribeiro, 2017, p.40).

Tendo em conta que o processo de inclusão do refugiado não depende só do indivíduo que procura refúgio, mas também das condições de acolhimento da comunidade que deve promover o processo de inclusão.

Em regra, os cidadãos procuram junto das autoridades do seu país de origem garantir a proteção dos seus direitos, incluindo a sua segurança física, e cabe a cada Estado proteger os seus nacionais, bem como outras pessoas que se encontrem sob a sua jurisdição. Todavia, em algumas situações, essa proteção nacional não existe, seja porque o país de origem não quer, seja porque não pode proteger aquela pessoa (uma situação clássica é aquela em que o Estado diretamente persegue ou atenta gravemente contra os direitos humanos da pessoa em causa). Noutros casos, os Estados não têm possibilidade efetiva de proteger os seus cidadãos contra perseguição e violações de direitos humanos perpetradas por outros atores (como por exemplo grupos armados). Nestes casos, a comunidade internacional, nomeadamente através dos restantes Estados, tem o dever de reconhecer essa situação e de assegurar a proteção internacional como um substituto temporário da proteção nacional.

Desta forma, não podemos deixar de sublinhar que o Direito Internacional dos Refugiados não pode ser criado fora do âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, já que é na violação dos direitos humanos que se radica a causa fundamental pela qual as pessoas se veem coagidas a abandonar o seu país de origem e solicitar asilo.

O respeito e vigência dos direitos humanos nos países de origem é a melhor maneira de prevenir os deslocamentos forçados de pessoas. No mesmo sentido, o respeito

aos direitos humanos é crucial para garantir a admissão e a proteção eficaz dos refugiados nos países de asilo.

Como já foi abordado anteriormente as disposições elencadas na Convenção de Genebra de 1951⁴ constituem o pilar principal do sistema de proteção internacional para os refugiados e requerentes de asilo.

“Na UE o seu direito versa nos regulamentos e diretivas aplicáveis e das disposições da Carta dos Direitos Fundamentais, sendo que o Tribunal de Justiça se baseia na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) quando determina o âmbito da proteção dos direitos humanos” (Ribeiro, 2017, p.9).

As migrações para a Europa e no interior do seu território são regulamentadas por uma reunião: do direito nacional e do direito da União Europeia com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem⁵ e a European Social Charter⁶ e, por outras diretrizes internacionais adotadas pelos Estados Europeus. Destacamos os direitos elencados na Carta dos Direitos Fundamentais da EU⁷, como o artigo 18º que diz respeito ao direito de asilo “É garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 e do Protocolo de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e nos termos do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (a seguir designados «Tratados»)“ e o artigo 19º que se refere à proteção em caso de expulsão, afastamento ou extradição “1. São proibidas as expulsões coletivas. 2. Ninguém pode ser afastado, expulso ou extraditado para um Estado onde corra sério risco de ser sujeito a pena de morte, a tortura ou a outros tratos ou penas desumanos ou degradantes”. O direito da União Europeia define regras comuns aos seus Estados membros no que respeita à emissão de vistos de curta duração e à execução de atividades de controlo e vigilância de fronteiras, incluindo as destinadas a prevenir a entrada irregular de indivíduos.

No que diz respeito ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia⁸, o seu 78º artigo prevê a criação de um sistema europeu comum de asilo para desta forma respeitar as obrigações impostas aos Estados pela Convenção de Genebra de 1951. Relativamente aos pedidos de proteção internacional apresentados por nacionais de países

⁴https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_relativa_estatuto_refugiados.pdf

⁵ https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/convention_por.pdf

⁶ <https://rm.coe.int/168007cf93>

⁷ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>

⁸ https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

não pertencentes ao espaço Schengen ou apátridas, o artigo 3º, nº1, do Regulamento de Dublin (Regulamento (EU) nº604/2013)⁹ refere que os mesmos devem ser analisados por um único Estado membro, sendo que o pedido efetuado é predominante com base em laços familiares.

Relativamente à matéria de asilo a Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 , relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional¹⁰ só são aplicáveis a partir do momento em que a pessoa tenha chegado à fronteira, incluindo águas territoriais e zonas de trânsito, como refere o artigo 3º, nº1 “A presente diretiva aplica-se a todos os pedidos de proteção internacional apresentados no território dos Estados-Membros, incluindo a fronteira, as águas territoriais e as zonas de trânsito, bem como à retirada da proteção internacional”.

Em Portugal, o regime jurídico nesta matéria encontra-se definido na Lei nº18/2022 de 25/08¹¹, que procede à segunda alteração da Lei nº 26/2014, onde se estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo e de proteção subsidiária e também os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas nºs:

- 2011/95/ EU, do Parlamento Europeu e do Conselho;
- 2013/32/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho;
- 2013/33/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho,

sendo que a mesma encontra-se em consonância com as disposições elencadas na Convenção de Genebra, em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o protocolo adicional de 1967 (Ribeiro, 2017, p.11).

De acordo com o artigo 61 da Lei de Asilo¹²,

“compete ao ministério responsável pela área da administração interna garantir aos requerentes de asilo ou de proteção subsidiária que se encontrem retidos nos postos de fronteiras as condições de alojamento e acesso a cuidados de saúde, assim como a satisfação dos encargos inerentes à concessão das condições materiais de acolhimento, até

⁹ <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:180:0031:0059:PT:PDF>

¹⁰ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32013L0032>

¹¹ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/18-2022-200268064>

¹² <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/27-2008-456263>



decisão quanto à admissibilidade do pedido, podendo aquelas ser asseguradas por outras entidades públicas ou particulares sem fins lucrativos, nos termos definidos em protocolo.”

Em Portugal, inclusão de refugiados está focada nas áreas do emprego, saúde (...) ao invés de também no desempenho das comunidades recetoras e da interação grupal dos indivíduos” (Rudiger & Spencer, 2003, p.35). Tal como referido no ponto 1 deste trabalho, a inclusão é percecionada como um processo bidimensional. Isto é, através da perspetiva do refugiado como uma adaptação ao estilo de vida da comunidade que acolhe, não descurando a sua individualidade cultural e transversalmente. E da perspetiva da sociedade de acolhimento, como uma resposta comunitária a esta população, acrescentando ao papel das instituições públicas como agentes de cumprimento das necessidades.

“Com vista a uma melhor integração, necessita-se de observar para lá dos determinantes sociais da saúde dos refugiados, a integração de forma holística - o bem-estar global do individuo, ou seja, a conjugação de um cumprimento de necessidades pessoais, relacionais e comunitárias” (Rudiger & Spencer, 2003, p.35).

A inclusão dos refugiados não se pode focar unicamente no ponto de vista estrutural e organizacional; tem de potenciar, de igual forma, a opinião dos indivíduos que experienciam o processo, de modo a fomentar um propósito de pertença e a colaborar no progresso do capital social (Rudiger & Spencer, 2003, p.36). Tal como referido nos pontos 1 e 3, “assim a possível coesão social nasce da atuação da comunidade local em conjunto com a comunidade de refugiados e migrantes não obstante, o capital social depende mais das políticas de migração do país de acolhimento” (Zette et al., 2006). À luz de Jenson,

“se considerarmos também o constructo de coesão social nas suas cinco dimensões – como um sentido de pertença, de participação, de inclusão, de reconhecimento pelas instituições e legitimidade das mesmas, privadas e públicas como mediadores da coesão social– estas representam características de uma sociedade, contudo baseiam-se nos comportamentos e valores dos constituintes da mesma, ou seja, no capital social individual traduzido na qualidade de vida “(Barbosa, 2022, p.36).

Se considerarmos o capital social para lá do descrito anteriormente, Forrest, & Kearns especificaram que “alguns componentes complementares como o empoderamento, a atividade associativa em grupos formais e informais, a participação em atividades comunitárias, redes de suporte, normas coletivas, confiança, pertença e segurança” (Forrest, & Kearns, 2001, p.13).

Desta forma, Ager & Strang (2008, pp.166-167), apresentaram um modelo de inclusão de refugiados que abrange os laços sociais (relação entre indivíduos definida por



alguma característica dos mesmos), as pontes sociais (entre indivíduos de comunidades diferentes) e as ligações sociais (entre o refugiado e as instituições de acolhimento, entre outras). A abordagem referida anteriormente considera a inclusão como um processo de adaptação bidimensional, tanto do lado dos refugiados como dos membros da comunidade que acolhe.

4.1- Obstáculos ao acolhimento e inclusão de refugiados

Muitos são os problemas enfrentados pelos refugiados quando tentam transpor barreiras territoriais, que acabam por ser submetidos a uma infinidade de situações violadoras de direitos e garantias que lhes deveriam ser concedidos por meio de acordos e tratados internacionais. Referimo-nos à emergência que os fez abandonar o seu país de origem; a travessia traumatizante, por vezes fatal; o tráfico de pessoas, que encontrou nesta crise um meio propício para se desenvolver; a grande quantidade de menores não acompanhados; o facto de por vezes não possuírem qualquer documento de identificação; a falta de acesso à saúde e educação no país de acolhimento; a língua; a xenofobia e os ataques feitos a campos de refugiados; os traumas psicológicos, entre outros.

4.1.1 - Obstáculos antes de chegar ao país de acolhimento

A saída do país de origem

Inúmeras são as causas que levam ao deslocamento forçado, como situações que englobam questões políticas, conflitos armados, violência generalizada e violação em grande escala dos direitos humanos. Muitos são os traumas dos que se vêem obrigados a pedir proteção internacional, como por exemplo a destruição das suas casas e escolas, a perda de familiares/amigos e a impossibilidade de permanecer no seu local de origem (Siqueira, 2018, p.43). Este deslocamento forçado é apenas o início de uma longa jornada perigosa e rumo ao desconhecido, pois o que os aguarda do outro lado da viagem ou até mesmo durante a travessia pode ser mais violento.

A travessia e o *Human Smuggling*

Países Europeus como a Grécia e a Itália são as principais portas de entrada de refugiados. O terror e a urgência fazem com que as pessoas sejam transportadas em embarcações que não respeitam qualquer parâmetro de segurança, e que se desfaçam de tudo o que possuem para se sujeitarem a uma travessia perigosa, cara e muitas vezes fatal,



como foi o caso de Aylan Kurdi¹³, o menino sírio, que na tentativa de atravessar o mar entre a Turquia e a Grécia num bote sobrelotado, naufragou e não conseguiu sobreviver.

Outro fator que torna ainda mais perigosa a travessia é o *Human Smuggling*. Por *Human Smuggling* entende-se “a aquisição, para obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou material, da entrada ilegal de uma pessoa em um Estado do qual ela não é nacional ou residente permanente” (artigo n.º 3 do Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar) que contempla a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado e Transnacional¹⁴.

Entre todas as pessoas que recorrem a estas redes, os refugiados apresentam o número mais significativo, sobretudo na rota do Mediterrâneo Oriental: à falta de vias legais de fuga à violência que se instalou nos seus países, indivíduos maioritariamente provenientes da Síria, Iraque e Afeganistão recorrem a *smugglers* para chegar a um destino seguro (UNODC, 2018, p.26). O recurso ao *smuggling* pode acontecer no início, no meio ou no final da trajetória, utilizando diferentes formas e meios, porém expondo os participantes a elevados perigos. Existem várias formas de executar o *Human Smuggling* podendo estas variar de acordo com os métodos, as vias e os transportes utilizados.

“A utilização de diferentes métodos, determinadas rotas e por vezes combinações de diferentes tipo de transporte varia em função do valor definido pelo *smuggler*, podendo este alterar-se em função da garantia das necessidades básicas (e.g. comida e água) e garantias de segurança (e.g. utilização de coletes e utilização de telemóveis via satélite caso seja necessário alertar as autoridades). Os meios económicos, tempo disponível, controlos fronteiriços, ameaças percebidas, geografia, políticas e a conexão entre *smugglers*, são os principais fatores que definem qual a rota a seguir e o transporte a utilizar.” (Maia, 2019, p.4)

Todos os anos, milhares de pessoas morrem durante o processo de *human smuggling* devido a acidentes, climas severos, condições de terreno e, em alguns dos casos, mortes deliberadas. De acordo com a (UNODC, 2018, p.25), a maior parte destas ocorre ao longo das rotas marítimas. É importante referir que os refugiados são também expostos a outras formas de crime, tais como violência, violações, roubos, sequestros ou tráfico.

¹³ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/um-ano-depois-da-morte-de-alan-kurdi-o-que-mudou_n944555

¹⁴ https://gdc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_nu_criminalidade_organizada_transnacional.pdf

4.1.2 - Obstáculos à chegada ao país de acolhimento

Além de todos os problemas e perigos previamente mencionados, que começam com a partida do país de origem e também ocorrem durante a viagem, ao chegar ao país de acolhimento, os refugiados ainda sofrem com a adaptação a uma nova realidade, seja no acesso à saúde, à educação ou até mesmo na inclusão na nova realidade social. Desta forma salientamos os seguintes obstáculos:

Tráfico de seres humanos

Conforme já mencionado anteriormente, o recurso ao *smuggling* pode acontecer no início, no meio ou no final da trajetória, utilizando diferentes formas e meios, porém expondo, sempre, os participantes a elevados perigos.

Por tráfico de seres humanos, entende-se

“o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos” (Baird, 2013, p.10).

Estes grupos de traficantes e contrabandistas aproveitam-se da vulnerabilidade dos que viajam sozinhos e desesperados. Não nos podemos esquecer que as discrepâncias entre os Estados-membros em relação às condições de acolhimento e taxas de reconhecimento do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiárias potenciam movimentos secundários que conduzem a uma situação insustentável onde apenas poucos acolhem a maioria dos refugiados que se encontra na Europa. Assim, a Europa deve criar vias legais e seguras de proteção de refugiados e, ao mesmo tempo, apoiar países que enfrentam fluxos de entrada maciços, garantindo assim uma partilha mais equitativa de responsabilidades. O tráfico de seres humanos é um negócio multimilionário que infelizmente continua a crescer em todo o mundo, apesar das tentativas de detê-lo.

“Não obstante as medidas adotadas, a verdade é que Europa não consegue impedir que continuem a morrer pessoas no Mediterrâneo, refugiados e imigrantes em busca de melhores condições de vida ou da reunificação familiar, pois a falta de vias legais e seguras



de imigração empurra-os para as redes de imigração clandestina, que fazem do desespero dos outros um negócio hediondo, mas bilionário” (Beleza, et al, 2020, p. 28).

Discriminação

Outro problema é a discriminação, seja ela direcionada a adultos ou crianças. Vários países da Europa, por exemplo, presenciaram ataques contra refugiados. A autora Priscila Siqueira, citando os autores Aguado e Lehfeld, refere que:

“Tanto os Estados quanto a sociedade civil ‘justificam’ as suas posturas diante das situações criadas pelos refugiados no que se refere a ameaças e/ou desconfiâncias quanto ao terrorismo, pois muitos se perguntam quem são eles. O emprego, precário hoje na Europa e a conservação da cultura identitária, são outros elementos fundamentais de análise” (Siqueira, 2018, p.49).

Os autores Bird & Dardenne, citando Rock referem que,

“Os média desempenham um papel extremamente importante neste processo de construção das barreiras entre nós e eles, principalmente, na reprodução de representações sobre outros, com quem o público não tem contacto direto. As narrativas são constantemente recontadas em cada estória noticiosa, ressoando com estórias anteriores, criando a sensação de um ‘drama infinitamente repetido’” (Rock, 1981, citado em Bird & Dardenne, 1999, p. 268).

Os meios de comunicação refletem, eles mesmos, a opinião de algumas pessoas, partidos políticos etc. Desta forma podemos destacar alguns excertos de notícias e artigos de opinião tais como:

“Somos o único partido em Portugal que denuncia esta situação e alerta para o perigo que isto representa contra a nossa segurança interna e contra a nossa identidade”, reivindicou Pinto-Coelho, considerando que os anunciados apoios aos refugiados “configura uma afronta, uma ofensa” a muitos portugueses a quem “não lhes dão casa, não dão subsídios”. (Visão, 2015)

ou então, é bem-vindo como recurso económico,

“porque não haverá Merkel de aproveitar esta oportunidade para a entrada de uma mão-de-obra barata, quase escrava, que certamente poderá trabalhar a preços mínimos na economia alemã? Solidariedade? Não me parece.” (Diário de Notícias, 2015)

Podemos ainda destacar da temática “ameaça”:



“Claro que quem aceitar os nossos valores, a nossa Constituição, é bem-vindo, mas não queremos dentro de algumas gerações ter aqui implantada a Sharia.” (Diário de Notícias, 2017)

“Partido Nacional Renovador (PNR) alertou esta quarta-feira, durante uma arruada ao final da tarde, em Lisboa, para a ‘invasão islâmica’ que ameaça o país e a Europa.” (Visão, 2015)

A discriminação que se desenvolve na sociedade, bem como o radicalismo e o nacionalismo partidário, são algumas das consequências.

A língua

O domínio da língua é um dos fatores basilares na inclusão do migrante, uma vez que a barreira linguística pode condicionar severamente o acesso a qualquer outro aspeto referente à sua própria sobrevivência e é indispensável relacionar o processo da inclusão do sujeito com o desenvolvimento das suas competências na língua-alvo (Siqueira, 2018, p.125). Assim sendo, podemos afirmar que a língua do país de acolhimento desempenha um papel fundamental como instrumento de explicação e de apropriação da realidade e, consequentemente, como instrumento de apoio à resolução dos problemas do dia-a-dia.

“De facto, o desconhecimento da língua poderá representar um obstáculo à comunicação com o Outro, ao conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto ator social e criar uma desigualdade onde o migrante se torna mais vulnerável. A barreira linguística leva da mesma forma ao afastamento daqueles que não o compreendem e a aproximar-se, naturalmente, de quem partilha o mesmo idioma comum” (Teles, 2018, p.126).

Soma-se a isso o facto de a língua também funcionar como um fator de facilitação das relações interculturais na medida em que ao ser proficiente numa língua que permita a comunicação, mais facilmente as imagens estereotipadas poderão ser dissolvidas e os pontos de interesse comuns encontrados (Cabete, 2010, p.46).

Acesso ao emprego

O emprego, podemos dizer que é talvez um dos mais importantes indicativos do processo de inclusão. Ou seja, é uma oportunidade para que o indivíduo se possa fixar em condições dignas, além de ser um meio de promoção social.

Os refugiados são frequentemente confrontados com um largo número de barreiras legais, financeiras, culturais e linguísticas. Desta forma, conforme Matos (2011, p.75) verifica-se que os refugiados que não conseguem emprego ao fim de pouco tempo de



procura, tendem a isolar-se dos nacionais, a conviver apenas com outros estrangeiros, e a tornarem-se cada vez menos permeáveis à diversidade cultural. Desta forma, muitos têm poucas ou nenhuma alternativa a não ser juntarem-se à economia informal, onde dão por si a competir com um grande número de pobres locais por subempregos. (UNHCR, 2019).

No caso português, aqueles que chegam em idade ativa são inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e recebem ajuda para a procura do primeiro emprego em Portugal (Rodrigues, 2017, p.34). Todavia, muitas são as dificuldades que enfrentam até se inserirem no mercado de trabalho onde a barreira linguística é uma das principais dificuldades. Sem falar a língua local e, muitas vezes, sem falar inglês, torna-se praticamente impossível a formação profissional e o contato com o público. O longo processo de análise da situação do refugiado pelas autoridades responsáveis também é uma barreira, pois mesmo que um empregador esteja interessado em contratar um refugiado devido a uma habilidade em específico, dificilmente o fará sem a documentação adequada.

Assim, conclui-se que o acesso ao mercado de trabalho em Portugal, por parte dos refugiados, pode ser mais longo do que o recomendado, o que pode aumentar a situação de dependência e desânimo.

“Assim, verifica-se que o Estado não cumpre com as suas obrigações, não aposta na qualificação, promoção e autonomia dos refugiados/as. Aliás, o Estado acaba por agir de forma contraditória, uma vez que, por um lado, assegura a subsistência dos refugiados/as reinstalados/as (através dos subsídios que lhes são concedidos), e por outro, não lhes permite participar na sociedade nas mesmas condições do que os portugueses. Ou seja, não promove a sua autonomia e independência face a esses mesmos apoios, e inadvertidamente ou não, acaba por controlar e condicionar a sua participação na sociedade” (Matos, 2011, pp. 131-132).

Assim, os países de acolhimento devem adotar medidas para possibilitar que os refugiados façam um uso positivo das suas habilidades e capacidades, reconhecendo que os refugiados independentes e autónomos são mais capazes de contribuir para o bem-estar próprio e das suas comunidades. (UNHCR, 2019).

Assistencialismo

No espectro do asilo em Portugal, a maioria dos refugiados é também vítima da “violência estrutural” no sentido em que é sistematicamente condicionada por um sistema político, económico e institucional – onde se podem incluir instituições filantrópicas de assistencialismo social. (Farmer 2004, p.305-325).



“Ao pretenderem ‘fazer o bem’ através da ação social, estas instituições extrapolam frequentemente as suas funções, acabando por controlar a vida quotidiana, em particular dos requerentes de asilo. Através da coação direta ou velada, causam-lhes mais danos, uma vez que não estão preparadas para, junto deles, encontrarem soluções para o seu sofrimento” (Santinho, 2013, p.24).

Ao lhes ser negado o reconhecimento como agentes ativos de mudança, retiram-lhes o direito a fazerem uso efetivo das instituições que acabam por remetê-los para um silêncio sofredor, condicionando-os sistematicamente a um de dois papéis: o de vítimas das violências passadas que os tornaram impotentes e passivos, ou o de oportunistas que pretendem usufruir abusivamente de um sistema de proteção social (Santinho, 2013, p.25).

A vitimização dos refugiados é também, portanto, “um produto da intervenção humanitária, em particular no assistencialismo social”, tal como afirmam Pussetti & Brazzabeni (2011, p.471).

“Nega-se-lhes o reconhecimento da capacidade de resiliência, negam-se-lhes os conhecimentos e até as capacidades pessoais e profissionais que possuíam nos seus países de origem e, portanto, a capacidade para intervirem ativamente na sociedade, silenciando-lhes as vidas, as narrativas de sofrimento e os discursos de reivindicação social.” (Santinho, 2013, p.27)

Desta forma, segundo Agamben (1997, p.35), os indivíduos em sofrimento são reduzidos à “vida nua”. Como contraponto, ao menor sinal de tentativa de organização coletiva com vista à representatividade e reivindicação em face de tratamentos abusivos por parte de alguns inspetores no local de atendimento a refugiados no SEF, os requerentes de asilo são ameaçados de expulsão, por alegadamente colocarem em causa a segurança pública. (Santinho, 2013, p.24).

“Tal aconteceu em 2010, quando um pequeno grupo de refugiados decidiu apresentar-se coletivamente no serviço de atendimento do SEF, exigindo explicações plausíveis para o atraso sistemático com que eram tratados os seus documentos e que os impedia de trabalhar. Após ter sido exigido a cada um o preenchimento de uma lista com nome, contacto e assinatura numa folha com um texto escrito em português – algo intimidante, uma vez que a maioria não sabia o que estava a assinar por não entender o português –, foi identificado o mentor da reivindicação para, de seguida, lhe ser entregue um documento que o impelia a sair do país num prazo de trinta dias (Santinho, 2013, pp.24-25).

Este facto leva-nos a considerar que os refugiados são vistos pelas instituições de assistencialismo e controlo como uma categoria social sem liberdade para usufruir dos seus



direitos de cidadania, relegada para uma existência anónima e apolítica, fortemente dependente de decisões alheias que determinarão o seu percurso na sociedade de asilo.

Em lugar de se olhar para os refugiados exclusivamente do ponto de vista da vitimização, do assistencialismo é necessário garantir-lhes o direito ao reconhecimento enquanto cidadãos, através do seu próprio envolvimento político e relacional. “Não existe uma verdadeira relação com as estruturas políticas e sociais que juridicamente estão incumbidas de dar apoio aos refugiados ou, mesmo quando existe, os procedimentos burocráticos empurram-nos frequentemente para situações liminares próximas da ilegalidade” (Santinho, 2013, p.28). O reconhecimento da sua voz ativa e a necessidade do seu envolvimento nas ações de inclusão são o meio mais eficaz para a realização de uma vida digna onde se respeitem na realidade – e não só na lei – os direitos humanos.

4.2 - Facilitadores do acolhimento e inclusão de refugiados

A literatura em torno das boas práticas no acolhimento de refugiados tem enfatizado o papel do combate ao isolamento social, pela importância do estabelecimento de uma rede de relacionamento interpessoal para o bem-estar psicológico e sentimento de pertença e inclusão – dimensões essenciais para uma inclusão bem sucedida no país de acolhimento – quer de uma forma mais indireta, pelo papel que estas relações de proximidade podem desempenhar na promoção das restantes dimensões essenciais à efetiva inclusão dos mesmos. Desta forma, decidimos referir quatro facilitadores que para nós são essenciais para um acolhimento e inclusão autêntico.

Sentimento de pertença

O ser humano, como ser social que é, está naturalmente programado para construir e preservar relações com outras pessoas. Como disse John Donne “Nenhuma pessoa é uma ilha” (Donne, 1987, p. 36).

Como consequência deste ato de estabelecimento de relações interpessoais, está inevitavelmente associada a necessidade de pertencer a um determinado grupo. (Baumeister, et al, 2007, pp.506-520). Esta necessidade comum a todos os seres humanos, obviamente em menor ou maior intensidade, terá uma base evolutiva, visto que desde os primórdios, a presença de laços sociais traz benefícios reprodutivos e de sobrevivência (Baumeister & Leary, 1995, p.497-529).



À luz de Michael Ignatieff (2003), pertencer está relacionado com investimentos emocionais, desejo de apego e com sentir-se “seguro”. Os autores Hagerty, Williams, Coyne, & Early descrevem o sentimento de pertença como

“uma experiência psicológica com componentes cognitivas e afetivas de envolvimento pessoal num ambiente onde os indivíduos sentem que são parte integrante do mesmo. Isto engloba quer a experiência de sentir-se necessário/a, valorizado/a e estimado/a, quer a partilha de características comuns” (Hagerty et al, 1996, p.240).

É importante referir que estas pessoas trazem consigo características pessoais e socioculturais que moldam o seu processo de adaptação a novos contextos, influenciando, por conseguinte, o seu sentimento de pertença (Perry & Southwell, 2011, p.453).

Se as suas experiências passadas tiverem sido positivas, podem provocar motivação para o envolvimento social e atribuição de valor ao mesmo. Neste contexto, a formação de laços sociais com pessoas que partilham as mesmas experiências, mesmo sob condições adversas, tende a ser facilitado. Caso as experiências tenham sido negativas, o sujeito pode sentir-se menos pertencente e mais carente em relação aos outros apresentando comportamentos menos pró-sociais. (Hagerty et al., 1996, 242)

Para além do referido anteriormente, a personalidade do refugiado desempenha um papel preponderante nas estratégias de inclusão escolhidas. Essas estratégias influenciam o modo como estas pessoas reagem ao afastamento da sua família, do seu país, à perda de um eventual status social, assim como a sua disposição para iniciar diálogo, capacidade de empatia e aptidão para a comunicação intercultural (Vieira & Trindade, 2008, p. 36).

É importante ressaltar a utilização de tecnologia digital, pois esta proporciona uma inclusão sociopolítica, cultural e económica no país acolhimento, já que permite a obtenção de informação acerca de cidadania, direitos, cidadania, serviços de apoio e práticas culturais do país de acolhimento (Dekker & Engbersen, 2014, p.410). A tecnologia digital é importante também para evitar sentimentos de solidão, através do contacto com elementos da família e amigos/as do país de origem (Komito, 2011, p.1075).

À luz de Costa et al (2019, pp.1-13), a existência de interações de qualidade entre refugiados/as e comunidade de acolhimento é particularmente importante para o desenvolvimento de um sentimento de pertença na população refugiada demonstrando assim a importância de competências como a empatia, “agilidade mental e afetiva” e “inteligência emocional”, para que estas interações sejam bem-sucedidas. É também fundamental um investimento contínuo na construção de uma relação centrada na



confiança, surgindo como muito significativa a competência intercultural, tanto destas pessoas, como das que as acolhem.

Bem-estar e Suporte Social

No que diz respeito aos refugiados, as condições em que são recebidos no país de acolhimento irão ser determinantes para o seu bem-estar (Kirmayer et al, 2011, pp.959-967). Para tal, contribuem fatores como: suporte social encontrado; o acesso ao emprego, habitação e saúde; conhecimentos sobre a cultura e língua; laços e ligações sociais e a ausência de discriminação. (Alencar, 2018).

“A importância de aprofundar o bem-estar global dos refugiados e migrantes assim como o suporte social recebido e percebido advém da relação do processo de aculturação com a carência de suporte social, resultando num processo com altos níveis de stress experienciado pelos indivíduos pertencentes a este grupo” (Ward et al., 2020).

Consequentemente, do processo descrito anteriormente, atribuímos uma importância ao impacto individual sentido no bem-estar de cada membro do grupo minoritário. À luz de Ryff & Keyes (1995) o construto de bem-estar global é composto por três dimensões, sendo elas:

1. **Bem-estar psicológico** – distribuído em seis elementos, relacionados com:
 - o conhecimento e crescimento individual e do outro – autoaceitação do *self* e das experiências pessoais;
 - propósito de vida referente aos diferentes objetivos com base nas crenças e necessidades de cada indivíduo;
 - Independência;
 - Relacionamentos positivos com terceiros como a capacidade de criar e manter amizades fundadas na confiança;
 - Controlo do ambiente, referente à habilidade em corresponder às suas necessidades através das escolhas sobre o ambiente que o rodeia;
 - Desenvolvimento Pessoal de acordo com as capacidades de desenvolver o potencial individual, adaptando-se aos diferentes desafios da sua vida.
2. **Bem-estar social** – análise e compreensão social e adaptação grupal do indivíduo, retratado através de cinco dimensões:
 - Coerência Social;
 - Aprovação Social;
 - Progressão Social;



- Prestação Social;
- Pertença Social.

3. **Bem-estar subjetivo** – retratado por uma dimensão mais cognitiva, expressa por experiências subjetivas de acordo com a satisfação global da vida, e também retratado por uma componente emocional através dos afetos positivos decorrentes da frequência de emoções positivas, como por exemplo a alegria e o orgulho, como pelos afetos negativos como a tristeza e culpa.

No que diz respeito ao suporte social, Wilkinson, & Marmot, (2003, p.53) referem que ao considerar os determinantes básicos de saúde, no decurso da inclusão de refugiados numa comunidade de acolhimento, o suporte social demonstra-se imprescindível para assegurar o bem-estar do indivíduo, assim como a alimentação, o acesso a serviços e bens e a habitação. À luz de Sherbourne & Stewart, “o suporte social é multidimensional e expressa-se pelos recursos sociais disponíveis ou apenas percebidos, em contexto grupal formal ou de relação de ajuda informal” (Sherbourne & Stewart, 1991, p.38). Assim sendo, falamos de suporte social informal quando nos referimos ao apoio dado por grupo sociais (associações, igreja) ou por indivíduos da sua rede de apoio (amigos, familiares e vizinhos); por outro lado as redes de suporte social formal referem-se às organizações formais (programas públicos, serviços de saúde...), bem como aos técnicos nelas inseridas (psicólogos, terapeutas, assistentes sociais...), ou seja, organizações que têm o intuito de prestar auxílio aos indivíduos desprovidos (Dunst & Trivette, 1990, pp.326-349). Este tipo de suporte é percebido como o menos interessante, pois implica um processo mais burocrático, que consiste numa relação distante e unidirecional entre o profissional e o utente, gerando assim sentimentos desfavoráveis e incompreensão das experiências dos refugiados, pela inexistência de reciprocidade (Gleason, 2003, 1036-1045), enquanto que no suporte social informal existe algum tipo de intimidade facilitadora na troca de suporte emocional e instrumental (Hernández-Plaza et al., 2006, p.51).

Na componente funcional do suporte social surge o suporte emocional, isto é, quando um indivíduo expressa empatia, acolhimento e segurança para com o outro em situações de *stress*, de modo que o indivíduo pode receber declaradamente esse apoio ou perceber essa ajuda como disponível. É de realçar o efeito que o suporte emocional percebido exerce na saúde mental quando comparado com o suporte social percebido, como uma rede de apoio, para reduzir o stress e melhorar o bem-estar individual, uma vez que influencia diretamente os aspetos emocionais e cognitivos (Wethington & Kessler, 1986, p.78-89; Bolger & Amarel, 2007, p.458). Segundo Thoits,



“A componente estrutural do suporte social abrange o número de relações sociais do indivíduo, a regularidade de contacto com a sua rede e a densidade/ complexidade das relações constituintes da rede de modo a estabelecer o grau de integração social ou de isolamento” (Thoits, 1995, p.57).

Após termos explanado os termos bem-estar e suporte social é importante analisar a importância de ambos os conceitos na intervenção com refugiados. Assim sendo, é importante aprofundar o conhecimento do bem-estar global dos refugiados, assim como o suporte social recebido e percebido.

Este conhecimento advém da relação do processo de aculturação com a carência de suporte social, resultando num processo com altos níveis de stress experienciado pelos indivíduos pertencentes a este grupo (Ward et al, 2020, p.14).

O suporte social impulsiona o bem-estar do indivíduo independentemente do grau de *stress* experienciado por este, demonstrando conseqüentemente que o suporte social poderá afetar positivamente o bem-estar geral do indivíduo (Broadhead et al., 1983, p.527).

À luz de Thoits, o suporte social pode ser percecionado como “as estratégias de *coping*, pois contribuem para uma resposta de alteração ou eliminam certos desafios gerados pelo stress” (Thoits,1986, p.416). Segundo os autores Suldo & Huebner (2006, p.190), os indivíduos que recebem ou percecionam um maior nível de suporte social da sua família e amigos demonstram uma maior satisfação com a sua vida, experienciando um apoio emocional mais eficaz comparativamente com os indivíduos que experienciam uma menor satisfação com a vida. Por fim, os autores Kong & You referem que

“o impacto do suporte social no bem-estar global do individuo é mediado pela autoestima e pela solidão experienciada, concretamente, uma pessoa com um nível de apoio social alto experiência um nível alto de autoestima e possivelmente uma menor solidão, como consequência vive um maior bem-estar individual” (Kong & You, 2013, p.273).

Deste modo, podemos referir que o suporte social protege o bem-estar global do indivíduo ao atenuar os possíveis acontecimentos negativos e a influenciar as adaptações emocionais requeridas (Cobb, 1976, p.312).

Educação para a paz

Uma educação para a paz torna-se cada vez mais urgente, principalmente na realidade contemporânea, em que crises económicas são agravadas por guerra em pleno século XXI, guerra de poder e ideologias, guerra desigual, de fortes contra fracos, de



poderosos e ricos contra oprimidos e pobres, à qual todos de certa forma acabamos por assistir inertes e alheados, distraídos por um tudo cheio de nada.

No entanto, é necessário compreender o enfoque dos autores em relação ao significado de paz antes de discutirmos a educação para a paz. Maria Montessori (2004, p.54) define paz como:

“Paz é um princípio prático da civilização humana e da organização social que está fundamentada na própria natureza humana. A paz não escraviza o homem, pelo contrário, ela a exalta. Não humilha, muito ao contrário, ela o torna consciente de seu poder no universo. E porque está baseada na natureza humana, ela é um princípio universal e constante que vale para todo ser humano. É esse princípio que deve ser nosso guia na elaboração de uma ciência da paz e da educação dos homens para a paz” (Montessori, 2004, p.54).

Para Jares (2002, p.123) a paz deve ser inserida no processo de formação de uma sociedade, que ainda não a permite como organização social ou da própria natureza humana. Maria Tereza Maldonado afirma:

“O próprio conceito de paz foi-se modificando nas últimas décadas, partindo da definição tradicional da paz como ausência de guerra e chegando a uma visão holística que integre a busca da paz interior com a busca da paz entre os homens e com a natureza” (Maldonado, 1997, p.92).

Já Galtung refere que,

“O conceito de paz vigente hoje continua sendo o conceito ocidental tradicional, isto é, aquele que associa a paz com ideias como não agressão bélica e, em geral, como ausência de todo o tipo de conflito. Conceito pobre, classista e interessado politicamente e até perverso, em certo sentido, visto que mantém o status quo vigente” (Galtung, 1996, p. 99.)

Tudo isso nos leva a apresentar, tal como Galtung que "a paz é a condição para transformar os conflitos de modo criativo e não-violento. (...) A paz é um contexto para uma forma construtiva de abordar um conflito (...). " (citado por Pureza, 2000, p.39).

Entretanto podemos perceber diferentes posturas: para uns a educação para a paz remete a religião ou espiritualidade, para outros significa ser passivo, não reagir, mesmo diante de situações que violentam. Marchetto (2013, p.2) procura um conceito, uma definição ou linhas que possam demonstrar um caminho, um trilho na procura da educação para a paz e refere que a violência aparece no nosso quotidiano e é mostrada das mais diferentes maneiras. Basta abrir o jornal, ligar o rádio ou a televisão, conectar a Internet...



o que se encontra, o que se evidencia, o que se valoriza são diversas situações de violência. Entretanto lembra Leonardo Boff, citado em Marchetto

“Não foi a luta pela sobrevivência do mais forte que garantiu a persistência da vida e dos indivíduos até aos dias de hoje, mas a cooperação e a coexistência entre eles. Os homínidos, de há milhões de anos atrás passaram a ser humanos na medida em que mais e mais partilhavam entre si os resultados da coleta e da caça e compartilhavam os seus afectos. A própria linguagem que caracteriza o ser humano surgiu no interior deste dinamismo de amor e de partilha” (Marchetto, 2013, p.4).

Sendo assim, quando falamos de paz não podemos falar apenas de ausência de conflito, mas sim quando existe uma participação positiva e ativa de diálogo, de forma a tornar este motivador, para que os conflitos sejam solucionados com um espírito de compreensão mútua e de cooperação (Von, 2003, p.11). Nesse sentido, a educação para a paz refere-se a um modo de transformação positiva dos conflitos, tanto referentes às esferas pessoais, como em grupo e internacionais que tem por sua base valores referentes à harmonia social, justiça e igualdade, os direitos humanos, diversidade, solidariedade e, por fim, respeito pela natureza. Assim, tem como objetivo fomentar aptidões, tais como o diálogo, a empatia, a capacidade de análise e de enfrentar conflitos com base na criatividade, imaginação (Cátedra UNESCO em Educação para a Justiça Social)¹⁵ e mediação entre as pessoas, como estratégia para a resolução dos conflitos e a convivência entre todos (Ferreira, 2012).

Outro estudo que vem contribuir para a temática é o de Jares em que o autor define alguns objetivos e conteúdos que considera importantes e fundamentais para um projeto de Educação para a Paz.

“A autonomia e a autoafirmação individual e coletiva, como máxima para a Educação para a Paz, ou seja, estimular o princípio da liberdade para a conduta, para a tomada de decisões com coerência às regras e, como consequência, prever o desenvolvimento da ética e da moral como sustentáculos da autoafirmação pessoal e coletiva de todos os envolvidos no processo” (Jares 2007, p.47).

Para fortalecer a proposta, o respeito pela diversidade e a solidariedade são os valores que fundamentam os conteúdos para a Educação para a Paz, amparando os conflitos existentes e difundindo a cultura da não violência no quotidiano, como aceitar a diferença, rejeitar a discriminação, vivenciar os direitos humanos com práticas do diálogo, valorizar ações de cooperação, abolir a violência. Todas estas metas são acompanhadas

¹⁵ <https://www.catedraeducacionjusticiasocial.org/pt/riiejs-pt/>



pelo compromisso de implementar as ações pedagógicas que contribuem para a concretização de uma Educação baseada em valores e para a paz.

Deste modo, as instituições de educação formal e não-formal têm um papel fundamental e imprescindível, pois aí deve existir um trabalho na formação intelectual e moral das novas gerações, sendo assim é necessário a criação e implementação de iniciativas de forma a proporcionar o desenvolvimento de habilidades e mudanças, para que futuramente essas crianças depois em adultos não sejam protagonistas de atos de violência, mas sim agentes ativos para a promoção de uma cultura de paz. Assim, é necessário que os indivíduos sejam capazes de refletir sobre os seus próprios atos e ações diárias, conseguindo assim detetar os comportamentos que promovam a violência, de modo a promover mudanças individuais e coletivas, para além disso, é fundamental que os agentes governamentais e não governamentais dos diversos setores intervenham de uma forma inclusiva e coordenada para a elaboração de políticas públicas que atuem na promoção e prevenção da cultura de paz. Maldonado relembra que

“para construir a paz, é preciso cuidar do terreno que cria condições de justiça, respeito pelos direitos humanos, resolução não-violenta de conflitos, tolerância pela diversidade e coexistência harmoniosa com a biosfera. Por outro lado, a educação para a paz também não significa reprimir o dinamismo de crianças e jovens para torná-los dóceis e submissos (estratégia da ‘doce violência’, que premeia os ‘bonzinhos’, incapazes de expressar uma opinião própria ou de deixar de fazer o que deles se espera). A paz também não é um estado entediante, resultante da repressão indevida da energia agressiva (em vez da sua canalização), produzindo pessoas amorfas, conformadas com a situação estabelecida. Por fim, a paz tampouco é um Estado de contemplação permanente, de passividade” (Maldonado, 1997, pp. 94-95).

Então, como é educar para a paz? Educar para a paz é: procurar o respeito mútuo, porque a paz faz-se nas relações; é perceber e indignar-se perante qualquer situação de violência contra si ou contra o outro; é respeitar e fazer-se respeitar (cada qual com a sua individualidade); é uma construção que se faz dia a após dia, na indagação de uma convivência digna para todos baseada no respeito e no cuidado.

Em suma, a educação para a paz é fundamental para garantir um futuro inclusivo e harmonioso não só para os refugiados, mas também para a própria comunidade de acolhimento. Este é um caminho que não acaba, construído a cada dia; exige persistência, criatividade e coragem para enfrentar aquilo que nós mesmos não conhecemos, em que apenas acreditamos. É importante reconhecer, também, as nossas próprias limitações para

conviver em sociedade já que diariamente é preciso lidar com diferentes pessoas com diversas culturas, formas de pensar e atitudes. E talvez aqui esteja o mais difícil: acreditar na mudança. Mas, na interculturalidade não há soluções mágicas o que funciona hoje pode não funcionar amanhã.

4.2.1 - Hospitalidade como ferramenta chave de inclusão

Considerando todas as informações discutidas anteriormente, é indispensável mencionar um conceito fundamental – a hospitalidade- ao abordar as questões de acolhimento e inclusão. Acreditamos na hospitalidade como ferramenta chave para a inclusão de refugiados na comunidade de acolhimento. Entende-se assim que o acolhimento hospitaleiro é condição de uma aprendizagem feliz e bem-sucedida.

Segundo Carvalho na atualidade a hospitalidade, como princípio ético e como prática social, tem sofrido usos indevidos, contraditórios e até usado como pretexto para o uso da violência simbólica e física. Importa realçar que,

“sendo um fenómeno que envolve a ‘visita’ de uns ao habitat de outros, contém um potencial intrusivo de uns em relação aos outros – e a eventual reação destes relativamente aos primeiros – e, deste modo, um potencial de conflitualidade” (Carvalho, 2019, p.65).

Guillaume Le Blanc e Fabienne Brugère fazem eco destas contradições e violências referindo: “Deixando de acolher, afastamos mundos que, contudo, não deixam de estar aí, fabricamos a invisibilidade e acreditamos podermos desembaraçarmo-nos assim de vidas humanas que batem à nossa porta. (...) desembaraçamo-nos destes seres humanos” (Le Blanc, Brugère, 2017, pp.13-15).

O número de refugiados que chegam à Europa trouxeram ao de cima atitudes que recusam a hospitalidade para os que chegam. Existem assim, países que recusam estes refugiados e outros que apesar de os receberem, fazem-no na perspetiva de “suportarem” a sua passagem, que se espera bem curta, enclausurando-os, entretanto – em nome do humanitarismo - em campos de exceção, chamados de acolhimento. (Carvalho, 2019, p.65).

Mas então como é que podemos definir hospitalidade? Podemos defini-la como o acolhimento do outro, designadamente no que tal pode significar de receção ou encontro com o diferente, sobretudo quando este assume a forma mais radical, porque inesperada, do acontecimento e até mesmo do acidente. (Carvalho, 2015. p.8). Tem a ver com os atos de dar e receber que estarão, idealmente, pressupostos na interatividade. Daniel Innerarity diz-nos que a categoria da hospitalidade



“abrange o empenho de atuarmos interpretativamente com a rica estranheza da vida dos outros, da cultura em que vivemos, às vezes demasiado opaca, até roçar o incompreensível ou hostil, mas que está na origem dessa aprendizagem do novo, do contacto com o que é diferente e a harmonização do dispar em que consiste a nossa vida” (Innerarity, 2008, p.17).

A ética da hospitalidade, entendida tal como Innerarity nos propõe anteriormente, isto é, uma ética da contrariedade, aberta ao acontecimento, ao inesperado, à receção do frágil e do diverso, acarreta consigo qualidades como a generosidade, na medida em que esta significar equilíbrio entre a proteção do eu e a abertura à alteridade. “A figura eleita neste contexto é a do hospedeiro que, não mantendo uma relação de poder com o hóspede, o acolhe verdadeiramente, deixando-se inclusive modificar, não se apropriando deste, isto é, não fazendo dele um refém.” (Carvalho, 2015. p.10). Assim sendo podemos dizer que, se a ética da hospitalidade emerge primordialmente da incondicional solicitude para com o outro,

“essa prioridade, para ser autêntica, terá de implicar também a assunção plena de uma intersubjetividade que, mesmo sem exigir a relação voluntária e efetivamente ativa do outro para comigo - por incapacidade momentânea ou permanente daquele -, impõe a minha disponibilidade para com ele dialogar” (Carvalho, 2015. p.8).

Ora, normalmente, tanto o hospedeiro como o hóspede aspiram pela hospitalidade na medida em que esta, sendo um valor, é pressentida e sentida como suscetível de lhes trazer bem-estar, precisamente porque a presença do outro contém um potencial de recompensa, ainda que de formas diversas conforme as expectativas geradas pela situação e perfil de cada um.

A ética da hospitalidade incorpora, então, as atitudes de abertura à alteridade, de aceitação da vulnerabilidade humana e de sensibilidade para com os limiares da inteligibilidade ou da tolerância no quadro do que, não sendo intencionalmente escolhido ou racionalmente aceite, nos interpela, questionando a quantas vezes proclamada autocracia do sujeito decorrente da sua radicação numa razão universal porque abstrata. (Carvalho, 2015. p.8). Falamos de ética da atenção e do cuidado a exigir, sobretudo, escuta aos apelos ou tão-somente aos sinais principalmente dos que, fragilizados, sofrem e para com quem sentimos que temos o dever de evitar que esse sofrimento se agrave por força de uma solidão existencial.

Recordamos que, os lugares de hospitalidade são lugares de pertença e de afirmação identitária, mas são também e, forçosamente, lugares de abertura e de acolhimento, “o



espaço transforma-se em lugar a partir da relação humana que o simboliza, ou seja, quando é subjetivamente apropriado e construído, constituindo-se em referência pessoal, à maneira da ligação identitária ao mundo defendida por Lévinas” (Baptista, 2016, p.203). Esta abertura, referida anteriormente, é condição essencial para a vivência da alteridade, por mais ariscada que essa vivência possa ser.

Como lembra recorrentemente Derrida (1999, p.38), toda a hospitalidade contém em si mesma uma ameaça latente de hostilidade, mas, por mais desconcertante que seja, é essa capacidade de exposição ao risco e ao imprevisto que define a hospitalidade ética, daí a necessidade de regras, de padrões de conduta e de rituais que ajudem a prevenir e a gerir as ameaças intrínsecas à vivência da hospitalidade.

Em suma, a migração deve ser resultado de um esforço prioritário de quem assume a responsabilidade de interferir e interceder procurando, para isso, ser acolhido antes de acolher, ouvir antes de falar, ser visto antes de ver. (Carvalho, 2015. p.12) Sabendo que não existe um modelo perfeito de hospitalidade, o verdadeiro desafio passará então por procurar instituir, em todos os planos da vida humana, dinâmicas de relação positiva com o outro, seja esse outro o desconhecido, o estrangeiro, o migrante, o sem-abrigo, o refugiado ou o familiar, o amigo, o vizinho, o colega de trabalho ou o cliente. Até porque, como nota Jacques Derrida, “é no plano da condicionalidade histórica, com todas suas regulações necessárias, que a hospitalidade incondicional, tal como a defende Lévinas, adquire verdadeiramente efetividade e sentido, justificando-se assim um trabalho de inscrição social e política desejavelmente amplo e diversificado” (Derrida, 1999).

5. - As potencialidades do contributo dos jovens do país de acolhimento na inclusão de Refugiados: o Escutismo português e os jovens como agentes construtores de inclusão

O Escutismo pode desempenhar um papel de extrema importância no acolhimento de refugiados, através do fornecimento de apoio logístico, emocional e social. Através do seu compromisso com valores como a solidariedade e serviço, podem contribuir significativamente para a criação de um ambiente acolhedor, promovendo a inclusão e proporcionando sentimento de pertença e redes de apoio aos refugiados nas novas comunidades em que se inserem. Dessa forma, é importante refletir sobre as potencialidades desses jovens como agentes construtores de inclusão.



O Movimento Escutista é um movimento de educação para jovens voluntários, apolítico e aberto a todos sem distinção de género, origem, raça ou credo. O Escutismo oferece aos jovens a oportunidade de se desenvolverem emocional, intelectual, física e espiritualmente como indivíduos, como cidadãos globais responsáveis, membros das suas comunidades locais, nacionais e internacionais.

A organização do Escutismo a nível mundial é governada pela Organização Mundial do Movimento Escutista (OMME)¹⁶

“A OMME é uma organização independente, apolítica, não governamental constituída por 164 Organizações Escutistas Nacionais (OEN¹⁷). Estas organizações nacionais estão presentes em 224 países e territórios em todo o mundo. Cerca de sete milhões de membros da OMME são adultos voluntários que apoiam a criação e desenvolvimento das atividades locais” (World Scout Bureau, 2014, p.24).

Através de uma liderança “*peer-to-peer*”, apoiada por adultos, cada grupo de escuteiros adota o mesmo conjunto de valores, os valores ilustrados na Lei, tais como: honra, lealdade, respeito, empatia, entrega ao outro, igualdade, amizade,

“Através desta proposta de vivência concreta e de uma formulação positiva (e não de proibição) dos ideais, torna-se possível ao Escuteiro perceber os valores propostos pelo Movimento Escutista para uma vida rumo à felicidade e ao desenvolvimento de todo o potencial encerrado dentro de cada um” (CNE, 2010).

e na Promessa Escutista, esta

“é a resposta pessoal do jovem a este apelo. Assim, é uma dádiva de si mesmo e implica um compromisso livremente aceite por rapazes e raparigas que se comprometem a fazer o seu melhor para viver de acordo com os valores inscritos na Lei. Esta Promessa é feita perante os seus pares de forma que simbolize não apenas o seu comprometimento pessoal, mas também um comprometimento para com os outros” (CNE, 2010).

Todos os mais de um milhão de grupos de escuteiros seguem um sistema semelhante de educação não formal devidamente adaptado às características únicas da comunidade local em que está inserido. O propósito da OMME é promover unidade e a compreensão do propósito e princípios do Escutismo facilitando simultaneamente a expansão e desenvolvimento do movimento.

¹⁶ Sigla internacional - WOSM (World Organization of the Scout Movement)

¹⁷ Sigla internacional - NSO's (National Scout Organizations)

O Corpo Nacional de Escutas (CNE)¹⁸ é uma associação de juventude sem fins lucrativos, não política e não governamental, destinada à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden Powell e no voluntariado dos seus membros. É uma instituição reconhecida de Utilidade Pública pelo Governo, conforme publicação no Diário de República nº 177, II série, de 3 de agosto de 1983. O CNE está implementado em cerca de 1.100 agrupamentos locais distribuídos por todo o território continental e regiões autónomas dos Açores e da Madeira, dispondo de agrupamentos em Zurique, Genebra e Macau.

Sendo uma Associação de Escutismo Católico, possui também uma dimensão espiritual e formação cristã. A animação da Fé, é feita de uma forma natural através do “jogo escutista, vivido à luz de Jesus e do Evangelho, procurando contribuir para a formação humana e cristã dos seus associados, pelo testemunho da vida em comunhão eclesial.” (CNE, 2010).

O Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, na sua abordagem educativa, considera o desenvolvimento de todos os aspetos da personalidade das crianças e dos jovens, perspetivando-os em seis áreas de desenvolvimento pessoal:

- desenvolvimento físico (o corpo) “A área do desenvolvimento físico está relacionada com a responsabilização pelo crescimento e bom funcionamento do organismo de cada um” (CNE, 2010);
- desenvolvimento afetivo (os sentimentos e as emoções) “O desenvolvimento afetivo está relacionado com os sentimentos individuais e a capacidade de os expressar de modo a obter e manter um sentimento de liberdade, equilíbrio e maturidade emocional” (CNE, 2010);
- desenvolvimento do carácter (a atitude) “A área de desenvolvimento do carácter diz respeito às responsabilidades para consigo mesmo e ao direito ao autodesenvolvimento, à aprendizagem e ao crescimento em busca de felicidade, respeitando os outros” (CNE, 2010);
- desenvolvimento espiritual (o sentido de Deus) “A área de desenvolvimento espiritual prende-se com o aprofundamento do conhecimento espiritual” (CNE, 2010);
- desenvolvimento intelectual (a inteligência) “O desenvolvimento intelectual integra o desenvolvimento da capacidade de raciocínio, de inovação e do uso

¹⁸ <https://escutismo.pt/>



original da informação, relacionando- -se ainda com a capacidade de adaptação a novas situações” (CNE, 2010);

- o desenvolvimento social (a inclusão social) “O desenvolvimento social diz respeito à compreensão do conceito de interdependência social e ao desenvolvimento da capacidade de cooperar e liderar” (CNE, 2010);

Em cada umas das áreas de desenvolvimento pessoal estão identificadas prioridades educacionais – três trilhos educativos – que tomam em consideração as necessidades e aspirações das crianças e dos jovens em particular. Entende-se por trilho educativo cada eixo de crescimento a explorar em cada área de desenvolvimento pessoal, no âmbito dos quais se definem os objetivos de desenvolvimento pessoal. Desta forma, o Corpo Nacional de Escutas pretende, formar e capacitar os seus escuteiros, para que os mesmos possam ter um papel ativo, crítico e decisivo na transformação social, fazendo local a pensar global.

Para tal, foi criado o Compromisso 2030¹⁹, a campanha que visa a mobilização, sensibilização e ação dos escuteiros do CNE para um planeta mais justo e sustentável, onde ninguém é deixado para trás. Desta forma pretendem promover a tomada de consciência e a mobilização dos escuteiros para temas transversais às questões do desenvolvimento sustentável, como a proteção dos direitos humanos, a promoção de uma cultura de paz e de democracia, a promoção da justiça social, a defesa da sustentabilidade ambiental, económica e social, bem como a promoção da interculturalidade, da não discriminação e da igualdade de género, tendo em vista uma maior consciencialização sobre a importância destas questões para o bem-estar de todos como condição para um desenvolvimento sustentável. Para além de os escuteiros serem beneficiados desta forma, através de todas as aprendizagens e experiências, beneficiarão também a comunidade e sociedade em geral, da qual fazem parte, como visa a 8ª Maravilha do Método Escutista - Envolvimento na Comunidade

“Tem como foco a cidadania ativa e a responsabilidade de cada escuteiro para conhecer o papel que podem desempenhar nas suas comunidades, ajudando as crianças ou jovens na construção de um mundo melhor. Deve ter em conta os interesses, necessidades e expectativas das crianças e jovens do CNE, incorporando oportunidades de aprendizagem sobre as necessidades dos outros e envolver-se útil e significativamente nas comunidades onde vivem. “(CNE, 2010).

Serão assim formados escuteiros mais responsáveis e comprometidos, atores de um processo de transformação social de sociedades mais justas, solidárias, inclusivas,

¹⁹ <https://compromisso2030.escutismo.pt/>



sustentáveis e pacíficas. Esta estratégia apoia-se na Educação para o Desenvolvimento Sustentável das crianças e jovens, mobilizando, sensibilizando e levando a que os escuteiros sejam agentes da mudança, definindo melhores políticas a todos os níveis e reforçando parcerias.

No que diz respeito à inclusão, em 2016, a 40ª Scout Conference considerou que a “diversidade e inclusão” é uma das seis prioridades incluídas na estratégia para o movimento escutista. Esta prioridade estabelece que

“O Movimento Escoteiro deve refletir as diversas realidades sociais e trabalhar ativamente para receber todas as pessoas de maneira bem-vinda e sem distinção. Esta diversidade não deve apenas refletir no seu número de membros, como também nos métodos e programas aplicados no Movimento” (World Scout Bureau, 2017, p.10).

A região europeia refere que

“Diversidade é sobre indivíduos que têm o direito de fazer suas vozes serem ouvidas no escutismo. Significa que respeitamos e podemos lidar com as diferenças reais que existem entre as pessoas. Isso significa que todas essas diferentes pessoas com diferentes origens, conhecimentos, experiências e valores são cuidadas e incentivadas a contribuir para a evolução do escotismo em todas as áreas” (World Scout Bureau, 2017, p.10).

O escutismo entende a inclusão como o processo de identificar e responder às distintas necessidades e características dos membros da Organização. Esta visão considera mudanças e modificações em conteúdos, aproximações, estruturas e estratégias, envolvendo ativamente todas as crianças e jovens, assim como a todos os adultos. O escutismo aspira ser inclusivo para todos os jovens através do seu Programa Educativo, que é acessível de maneira que cada jovem possa participar e crescer ao seu próprio ritmo. Para o Escutismo, reconhecer a diversidade significa valorizar e ter em conta as pessoas que possuem diferentes habilidades, origens, crenças, conhecimentos, necessidades, experiências e o uso dessas diferenças para criar comunidades unidas e diversas num âmbito global.

“É essencial que o escutismo reconheça a diversidade e se baseie nas diferentes contribuições de cada pessoa para criar um mundo melhor. Sendo um Movimento, desejamos que os nossos membros sejam um exemplo para todos os jovens e adultos do país atuando nas comunidades onde operam os agrupamentos” (World Scout Bureau, 2017, p.8).



A diversidade faz parte dos princípios e valores do Movimento Escutista, é também um componente essencial das políticas e diretrizes chave de organização. Portanto, ter “organizações abertas a diversidade” é essencial para demonstrar que a diversidade é valorizada e praticada dentro do escutismo.

Em 2016, a Organização Mundial do Movimento Escutista criou a Política de Diversidade e Inclusão que é composta pelos seguintes princípios:

- Como resultado de um processo educativo – Sendo o escutismo uma proposta de educação não formal, vê na diversidade e inclusão um elemento valioso e transversal em todos os aspetos da sua proposta educativa, que aposta na formação de indivíduos que vivam de acordo com estes elementos fortalecendo assim o tecido social. (World Scout Bureau, 2016, p.6);

- Sustentadas em direitos – Significa que a Organização Nacional Escutista, neste caso o CNE deverá estabelecer os mecanismos necessários para que as pessoas todos possam ter oportunidades no mesmo grau de igualdade. (World Scout Bureau, 2016, p.6);

- Sustentadas em políticas institucionais – As políticas institucionais necessitam mudar de acordo com o contexto histórico, social e económico no qual a organização está inserida. Assim, as Organizações Nacionais Escutistas têm de abrir os espaços à diversidade e inclusão em todos os âmbitos que atuam. (World Scout Bureau, 2016, p.6);

- Vista como a equiparação de oportunidades – No Escutismo é interpretado como o processo que uma Organização necessita para que sua proposta educativa seja acessível, com as mesmas oportunidades para todas as crianças, jovens e adultos. (World Scout Bureau, 2016, p.6);

- Linguagem assertiva como promotora da Diversidade e Inclusão - É a linguagem que inclui termos, conceito, atitudes positivas e construtivas, que promovem a valorização da diversidade e inclusão. (World Scout Bureau, 2016, p.6);

Práticas inclusivas como meio para proporcionar a inclusão real - No Escutismo entende-se as atividades educativas como um conjunto de ações realizadas por meninos, meninas, adolescentes e jovens, a partir de um enfoque lúdico e com a finalidade de proporcionar experiências de aprendizagem sobre os conceitos de diversidade e inclusão. (World Scout Bureau, 2016, p.6).

No que diz respeito à temática do acolhimento e inclusão de refugiados, à luz de Justino (2007, p.156)



E é aqui que, na minha opinião, a educação intercultural pode ter um papel fundamental para o bom acolhimento, inclusão e obviamente para o desenvolvimento local, para o desenvolvimento da comunidade. Tal como refere Justino (2007, p.156) o caminho deve passar pela criação de um conjunto de relações sociais estáveis com as instituições, os indivíduos e os grupos integrantes da sociedade de acolhimento) e à luz da Organização Mundial do Movimento Escutista,

“A Conferência Escutista Mundial convida todas as Organizações Escutistas Mundiais a rever o seu Programa Educativo de forma a reforçar a dimensão da educação intercultural e fazer com que a sua Organização seja ainda mais aberta a todas as pessoas e a todas as comunidades sem exceção, promovendo a igualdade e o respeito pela diferença” (world scout bureau, 2014, p.9).

A ideia de uma educação mais inclusiva tem a ver com todos e todas, mas dá ênfase especial nos setores mais vulneráveis ou minorias que são alvo de discriminação, exclusão e marginalização. A inclusão não acontece apenas na educação, senão também na participação de todos em todos os níveis e áreas da sociedade. Desta forma, o Movimento Escutista encontra a oportunidade de ser útil às pessoas refugiadas, como parte de uma verdadeira cultura de paz e serviço para construir um mundo melhor. E, sendo o CNE (Corpo Nacional de Escutas) um dos maiores movimentos de educação não formal de crianças e jovens e sendo membro da PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados²⁰) é essencial que seja exemplo, através da capacitação dos seus jovens e na criação de programas e projetos de apoio à inclusão e acolhimento de refugiados e migrantes.

Capacitar os jovens e criar oportunidades em que os jovens possam colaborar com os adultos de modo a combater as condições adversas apresenta múltiplas mais-valias. Se tal ocorrer, verifica-se a promoção de resiliência e a promoção de desenvolvimento humano e comunitário decorrentes das competências adquiridas pelos jovens e de oportunidades para pô-las em prática no combate à injustiça social.

Esta ação permite que os jovens adquiram competências, um sentimento de pertença e uma compreensão mais profunda de si e da realidade social. Os jovens estão mais predispostos para atuar à medida que desenvolvem competências interpessoais e consciência política. Consequentemente, os jovens, enquanto agentes de mudança, envolvem-se e contribuem para o desenvolvimento de comunidades justas (Evans & Prilleltensky, 2007).

²⁰ <https://www.refugiados.pt/>



Em suma, os escuteiros podem ter um papel importante para milhares de crianças, jovens e adultos participando nos processos de inclusão e acolhimento, facilitando a socialização e colaborando na descoberta de uma nova cultura nas comunidades de acolhimento. O espírito de fraternidade característico do movimento pode colaborar no desenvolvimento de ambientes positivos em pequenos grupos ou unidades repercutindo na comunidade local a partir do contacto entre pares e as suas famílias.

PARTE II – INVESTIGAÇÃO

6. Enquadramento metodológico

“Is home (a) place(s), (a) space(s), feeling(s), practices,
and/or an active state of being in the world? “
Mallet

Após a apresentação dos conceitos teóricos, que sustentam o presente trabalho de investigação, importa, agora apresentar o caminho metodológico que balizou a forma como a investigação se desenvolveu centrada no sentimento de casa e hospitalidade como ferramenta chave para a inclusão da população refugiada. Inicialmente, os objetivos principais deste trabalho foram observar as necessidades das pessoas na inclusão e comparar as representações dessas necessidades em grupos culturais diversos. Tendo em conta que as representações das necessidades das pessoas seriam vastas e diversas foi necessário focar-me num indicador de estudo assim, defini o “sentimento de casa e hospitalidade” como indicadores para as necessidades na inclusão da população refugiada.

Escolhemos estes indicadores porque abarcavam as diferentes necessidades, tal como referimos no ponto 4.2.1 os lugares de hospitalidade são lugares de pertença e de afirmação identitária, mas são também, e forçosamente, lugares de abertura e de acolhimento. Isto porque, para acolher verdadeiramente o outro, só o conseguiremos na plenitude se nos deixarmos colocar fora do nosso próprio território sem deixarmos de ser nós, isto é, se disponibilizarmos a nossa identidade e as nossas capacidades para serem encontradas, percebidas, pelo(s) outro(s). Nunca esquecendo que o “outro” traz consigo características pessoais e socioculturais, que moldam o seu processo de adaptação aos novos contextos, influenciando, assim, o seu sentimento de pertença (Perry & Southwell, 2011, p.453).



À luz de Michael Ignatieff (2003), pertencer está relacionado com investimentos emocionais, desejo de apego e com sentir-se “seguro”, sentir-se em “casa”. Nas palavras de Mallet (2004) sentimento casa “é frequentemente descrita em relação com a casa, a família, o lar, o self, o género (...) casa relaciona-se também com a memória e com a identidade, com a origem e a hibridez”. A casa e o lugar continuam a ser fontes de identidade, de direitos legais e de relações sociais, apesar da ligação entre as pessoas, a cultura e o território desaparecerem.

Como os indicadores deste trabalho eram o sentimento de casa e a hospitalidade como ferramentas chave para a inclusão de refugiados e o pressuposto era perceber de que forma as representações comunitárias de conceitos ligados à hospitalidade podem impactar os processos da inclusão resolvemos optar pela metodologia qualitativa.

Esta decisão é justificada pela necessidade de compreender um fenómeno social a partir da perspetiva dos próprios intervenientes, já que os sujeitos da investigação “podem e devem narrar por si próprios, sendo um direito que lhes assiste, visões e ações sobre os mundos que habitam (...)”. (Tomás e Gama, 2011, p. 6).

Detendo como objetivo observar e comparar as representações de sentimento de casa e hospitalidade em grupos culturais diversos optamos por duas técnicas de diretas de recolha de material empírico: histórias de vida e *focus group*. No entanto antes de abordar quais os instrumentos/ técnicas utilizadas e com quem foram utilizados, achamos pertinente sublinhar a escolha da técnica de histórias de vida que passaremos, de seguida a justificar a escolha da mesma.

6.1 - O método de História de Vida – como ferramenta de historicidade e de ressignificações

O presente estudo empírico é de natureza qualitativa, “com vista ao conhecimento do social, procurando compreender os sujeitos com base nos seus pontos de vista e nas perspetivas integrantes do paradigma interpretativo.” (Tomás & Gama, 2011, p. 6) A escolha de seguir por uma metodologia qualitativa é justificada pela necessidade de compreender um fenómeno social a partir da perspetiva dos próprios intervenientes. Gama e Tomás salientam que numa investigação qualitativa, os sujeitos da investigação “podem e devem narrar por si próprios, sendo um direito que lhes assiste, visões e ações sobre os mundos que habitam (...)” (Tomás & Gama, 2011, p. 6). Detendo como objetivo de



descrever o fenómeno dentro do seu contexto, adotou-se, como estratégia de investigação, a História de Vida.

A investigação com histórias vida permite compreender os elementos gerais contidos nas entrevistas pois, como refere Brandão,

“a história de vida permite captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objetivas dominantes e aos determinismos macrosociológicos, tornando acessível o particular, o marginal, as ruturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social, que explicam porque é que não existe apenas reprodução, e reconhecendo, ao mesmo tempo, valor sociológico no saber individual.” (Brandão,2007, p.10).

“O método de História de Vida objetiva apreender as articulações entre a história individual e a história coletiva, uma ponte entre a trajetória individual e a trajetória social.” (Silva, et al, 2007, p.25). A sua principal característica é a preocupação com o vínculo entre o pesquisador e o sujeito. Haguette (1992, p.29) sugere que o método de história de vida, dentro da metodologia de abordagem biográfica, relaciona duas perspetivas metodológicas intimamente, podendo ser aproveitado como documento ou como técnica de captação de dados. Acrescentamos, nas duas perspetivas, a produção de sentido – importante proposta da aplicação deste método.

Oscar Lewis, citado por Silva defende este método “por acreditar que oferece uma visão cumulativa, múltipla e panorâmica da situação analisada” (Silva et al, 2007, p.31). Também Barros (2000, p.45) observa que o método de história de vida funciona como uma possibilidade de acesso do indivíduo (e à realidade que lhe transforma e é por ele transformada) “pelo interior”, na busca da apreensão do vivido social, das práticas do sujeito, “por sua própria maneira de negociar a realidade onde está inserido”. Assim sendo, podemos referir que a pesquisa com histórias de vida é um processo de construção de conhecimento a partir da relação específica entre dois atores: pesquisador e sujeito. “Um encontro único entre um pesquisador e uma pessoa que aceita se confiar a ele – encontro que, também ele, tem sua história própria” (Lévy, 2001, p.93)

Barros & Lopes, (2014, p.56) destacam que diante de questões pontuais, os métodos biográficos- aqui circunscritos à pesquisa com história de vida – estão além dos nós epistemológicos, visto que podem ser um elo de compreensão de o que seriam as questões de nível macro com as questões do indivíduo e do seu olhar no mundo. Em outras palavras, a pesquisa biográfica apresenta-se como uma abordagem que permite a ligação de eventos macrosociais a partir do nível individual, e, mais do que isso, um (re)conexão



entre o individual e o coletivo, visto que essas histórias levam o pesquisado para um campo social. As mesmas autoras também referem que,

” o método história de vida é uma ponte entre a história individual e coletiva, já que a partir desses relatos individuais é possível olhar o social (...) as histórias individuais nos mostram, efetivamente, uma cultura, um meio social, um esquema de valores e de ideologias, pois como membro de uma coletividade – família, organização, classe social – o sujeito encontra-se, constantemente, em interação com estas. Ele faz parte de uma história coletiva” (Barros & Lopes, 2015, p.49).

Relativamente aos objetivos deste método de análise Gaulejac (2005) aponta que o objetivo do método da história de vida é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Ou seja, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte. Isto mostra-nos a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais. (Barros & Silva, 2002, p.138). O objetivo deste tipo de estudo é, fundamentalmente, apreender e compreender a vida conforme é relatada e a forma como o próprio indivíduo interpreta a sua história. Do lado do investigador importa salientar o aspeto da capacidade de escuta e de reflexão.

No que tange à relação entre pesquisador e sujeito,

“além de importante no processo de pesquisa em história de vida, a relação entre pesquisador e pesquisado, mais do que uma característica do método, é, também um caminho para a construção de uma relação de confiança que permite a restituição da própria vida desses sujeitos durante as entrevistas” (Costa, 2018, p.48).

A esse respeito Gaulejac afirma que as histórias de vida

“são ferramentas de historicidade que permitem ao sujeito ‘trabalhar a sua vida’ ao contá-la, jogar com o tempo da vida. Possibilitam reconstruir o passado restaurando-o e fazendo a sua vinculação com a história para reencontrar o ‘tempo perdido’ reabilitando o que havia sido invalidado; possibilitam também ao sujeito sustentar o presente pela história incorporada, pela maneira que ela age sobre ele hoje, compreendendo em que a história é presente nele, o que lhe permite projetar um futuro situando-o em relação a esse passado” (Gaulejac, 1996, p.15).

Assim, sendo podemos afirmar que as histórias de vida podem possibilitar a abertura de novas interpretações e elaborações do vivido. Abrindo portas a um caráter terapêutico uma dimensão interventiva, inscrita na escuta oferecida pelo pesquisador e no fato de que contar a história é recriá-la, é produzir uma leitura sobre as experiências vividas, produzir ressignificações e produzir uma escrita. O sujeito narrador da história não



se limita, assim, a ser um “objeto” de pesquisa (Nogueira, et al, 2017, p. 469). Barros, Bosi e Paraná realçam em muito a importância do vínculo de confiança – e até amizade (Bosi, 1999, p.6) – que o pesquisador acaba por estabelecer com quem narra sua história, com quem, ali, cria um sentido para seu percurso biográfico. “Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista. Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenómeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro” (Bosi, 1999, p.60).

Segundo Costa et al (2021, pp.81-93) além de importante no processo de pesquisa em história de vida, a relação entre pesquisador e sujeito, mais do que uma característica do método, é, também um caminho para a construção de uma relação de confiança que permite a restituição da própria vida desses sujeitos durante as entrevistas.

De acordo com Silva et al (2007), a história de vida propõe “uma escuta comprometida, engajada e participativa” isto porque, na relação de cumplicidade entre pesquisadores e sujeitos pesquisados encontra-se a possibilidade daquele que narra sua história experimentar uma re-significação do seu percurso. Não nos podemos esquecer de apontar a dimensão terapêutica proporcionada pela história de vida. Pois, ao construir o texto, a narrativa da sua vida, o sujeito re-constrói-se. Tal como refere Marilena Chauí “lembrar não é reviver, é re-fazer (...) É retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho da nossa própria reflexão” (Chauí,1987, p.21), ou então segundo Bosi “narrar a vida é dela se reapropriar, refazendo os caminhos percorridos, o que é mais do que ‘revivê-los’” (1987, p.55) e também sugere que “a história narrada não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (Bosi, 2003, p.69).

A experiência de relatar a sua história de vida, oferece àquele que a conta uma oportunidade de (re)- experimentar-la, de re-significar a sua vida – o que implica e nos conduz a uma dimensão ética (prática) do estudo, trazendo assim uma contribuição que consideramos essencial – como acabamos de ressaltar mais acima.

O método de história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica no qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, podendo estas serem ou não gravadas, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta, com o objetivo de obter uma narrativa dos seus percursos de vida. Isto é, reelaborar uma nova vivência, através de fragmentos da vida que nos ajudam a dar um valor único, mas extrapolável para a compreensão da realidade comum a todos os atores sociais (Cortes,

2011, p.70). “Estes depoimentos são, por norma, destinados a ser utilizados como forma de compreender aspetos básicos do comportamento humano” (Bogdan & Biklen, 1994, p.34).

Neste processo, como vimos anteriormente, a relação entre pesquisador e aquele que narra a sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo do processo. (Nogueira, et al. 2017, p. 468)

Como forma complementar à narrativa das histórias de vida, pode-se recorrer à análise documental: documentos pessoais, públicos, de observação e até teóricos. “Ainda que não seja uma regra, essa foi prática identificada desde o trabalho seminal de Thomas e Znaniecki (1918) e apresentada por outros autores, que evidenciaram as potencialidades de complementação” (Costa, 2018, p.48). Ao fim da escuta, todo o material é transcrito e discutido entre o sujeito participante e o pesquisador, que, a partir de então, fará um mergulho analítico para buscar identificar naquele material as pistas que o ajudarão a tentar responder suas questões de pesquisa. (Nogueira, et al. 2017, p. 468).

“Na análise da narrativa, as histórias de vida são narrativas que podem ser analisadas como estruturas implícitas do discurso, atentos que as narrações nos interessam não apenas como histórias pessoais, mas, sobretudo, como pretexto para compreender um objeto, uma situação, um universo social desconhecido” (Barros & Lopes, 2014, pp.55-56).

À luz das mesmas autoras,

“Embora a situação de pesquisa gire em torno das histórias dos sujeitos, o recorte analítico é que vai diferenciá-las, na medida em que ele poderá ser guiado por questões centradas sobre a pessoa, o trabalho, as escolhas teóricas e/ou militantes, os engajamentos, as participações, a experiência, a gestão, a formação, a saúde, a educação, etc., mediadas por conceitos e teorias que sustentarão as análises dialogando com a narrativa.” (Barros & Lopes, 2014, pp.55-56).

É importante salientar que através das histórias de vida individuais podemos caracterizar a prática social de um grupo, família ou indivíduo. Assim, a “entrevista individual”, ajuda a compreender uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence.

A história de vida é enriquecedora, já que permite ao investigador depreender aspetos que por vezes não são percebidos noutras metodologias, nomeadamente a observação direta, o inquérito, entre outras. Assim, “através da biografização, os sujeitos produzem uma dada história que reconduz a uma certa ideia de si mesmos” (Delory-Momberger, cit in Lechner, 2009, p. 5).

Becker (1999, p. 109) aponta, entre as contribuições que a história de vida é capaz de dar, uma como fundamental, trata-se de uma tentativa de oferecer escuta e, ainda mais, “de dar voz àqueles cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante” (Paraná, 1996 p. 317).

Em suma, podemos referir o método de História de Vida como um método científico com toda força, validade e credibilidade de qualquer outro método, sobretudo porque revela que por mais individual que seja uma história, ela é sempre, ainda, coletiva, mostrando também o quão genérica é a trajetória do ser humano.

6.2 – Instrumentos e Técnicas de recolha de dados

A seleção da amostra adquire na metodologia qualitativa um sentido muito particular: tem por objetivos obter a máxima informação possível para a fundamentação do projeto de pesquisa. Por isso, “em vez da uniformidade, a amostra na investigação qualitativa procura a máxima variação.” (Aires, 2015, p.22). Esta perspetiva de amostragem é intencional porque os sujeitos que a constituem não são escolhidos ao acaso: o investigador seleciona as unidades de amostragem a partir de critérios específicos.

Desta forma, podemos referir que iniciamos a recolha de dados com uma entrevista exploratória realizada à Secretária Nacional Pedagógica do Corpo Nacional de Escutas, com o intuito de perceber qual a posição institucional relativamente ao acolhimento e inclusão de refugiados e que trabalho é que estava a ser realizado com os jovens neste âmbito. Posteriormente, depois de realizada a investigação bibliográfica, que forneceu a base teórica inicial para as discussões conceituais, deu-se início a uma segunda parte de recolha de dados. Esta recolha focalizou-se em duas frentes:

- A primeira a partir da história de vida de um cidadão sírio, o Hussam, estudante na ESEPF (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti), fator que facilitou o contacto. O que nos levou a escolhê-lo foi a peculiaridade da sua história de vida, o que aliás nos inspirou a considerar o método das histórias de vida;

- A segunda através das sessões de *Focus Group* realizadas com um grupo de 10 jovens escuteiros do Agrupamento 8 de Águas Santas, Maia -Portugal; partindo esta escolha da já referida ligação afetiva ao escutismo, por parte da autora do presente trabalho, bem como no seguimento dos objetivos referidos no ponto 5 deste trabalho.

De forma a facilitar a compreensão dos instrumentos e técnicas utilizadas nas diferentes amostras, dividirei este ponto em dois subpontos onde farei uma caracterização

da amostra, explanarei as técnicas e os instrumentos utilizados, bem como o processo de recolha de dados.

6.2.1 - Entrevistas semi-estruturadas – Hussam

Tal como foi referido quando se opta pela técnica histórias de vida teremos de escutar através de entrevistas semiestruturadas e assim foi feito. Em termos gerais, a entrevista semiestruturada, é um procedimento aberto-fechado, mas dirigido, porque visa ir ao encontro dos objetivos do estudo e flexível, uma vez que permite proceder aos ajustamentos necessários no decurso da entrevista, tais como alterar a sequência das questões e adaptar-se ao nível de compreensão dos entrevistados, explorar novos tópicos que possam ser introduzidos no decurso da interação, contribuindo para o enriquecimento dos dados. As questões da entrevista devem, por isso, ser suficientemente gerais para explorar aprofundadamente o tema do estudo e suficientemente específicas para se ajustarem à experiência do participante.

Desta forma foram realizados três momentos de entrevista, espaçados cronologicamente (durante os meses de maio²¹ e junho²² nas instalações da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti) de forma que fosse possível realizar o primeiro tratamento dos dados da entrevista para assim reorganizar o guião de entrevista de acordo com as questões que foram surgindo durante a primeira análise. Assim esta entrevista estava dividida nos seguintes temas: conhecimento do participante; infância; processo migratório; acolhimento e inclusão e por fim expectativas.

Decidimos narrar a história de vida de Hussam, um cidadão sírio. Apesar de estarmos a trabalhar com um único sujeito sobre e com o qual vamos trabalhar o método das histórias de vida, tal não constitui um obstáculo à análise, uma vez que, de uma maneira geral, em estudos qualitativos o número de participantes assume uma importância secundária (Fontanella, et al 2008, p.17-27). Segundo Ruquoy (cit. por Sani, 2002), nas investigações qualitativas, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar. Sendo assim, a investigação qualitativa baseia a seleção da amostra num propósito que não é o da representatividade nem o da aleatoriedade, mas no princípio da qualidade da informação

²¹ Entrevista codificada como entrevista 1. Temáticas abordadas: conhecimento do participante, a infância e o processo migratório;

²² Neste mês foram realizados dois momentos de entrevista. A entrevista codificada como entrevista 2, abordou a temática do acolhimento e inclusão. A entrevista codificada como entrevista 3 abordou as seguintes temáticas: acolhimento e inclusão e expectativas.



que aquela pode fornecer (Zarro, 2017, p.36). Para além disso, um bom informante é alguém que possui o conhecimento e experiência que o investigador necessita, sendo representativo da realidade que se pretende investigar e não da população geral (Morse, 1994).

Para obter a confiança do entrevistado, “o entrevistador deve considerar a pessoa que tem à sua frente, adaptando-se a ela e respeitando-a, e expressar apreciação pela sua participação” (Fontana & Frey, 1994, p.25), assim sendo, inicialmente foi realizada uma conversa informal onde foi feita apresentação de ambos, foi apresentada a temática da investigação e abordados alguns temas corriqueiros relacionados com a atualidade.

Posteriormente três entrevistas foram levadas a cabo, gravadas e posteriormente transcritas. É importante referir que desde logo houve uma preocupação com o vínculo entre o entrevistador e o entrevistado de forma que o relato recolhido fosse uma “produção de si”, tal como refere Bosi “Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista” (1999, p.60). Tal como foi referido anteriormente entre cada entrevista era feita a primeira análise dos dados e reorganizado o guião da entrevista, onde eram inseridas novas questões que surgiam e até retiradas outras caso o entrevistado já tivesse abordado essa questão anteriormente.

As entrevistas foram seguidas pela análise de conteúdo que foi feita de forma descritiva, interpretativa e compreensiva e apoiada na teoria exposta ao longo do trabalho. Tal como referido por Vala (1986, p.108), “quando se pretende descrever um fenómeno social, a análise de conteúdo é a técnica privilegiada para tratar o material recolhido”. Assim, a análise das entrevistas teve em consideração os principais temas considerados relevantes para o estudo (a infância, processo migratório, acolhimento e inclusão, expectativas) tendo em conta também a relevância que o entrevistado deu aos temas quando narrou a sua história, a linguagem utilizada, emoções e comportamentos. Este ponto exige muita sensibilidade, no sentido de aproveitar o máximo possível os dados recolhidos e a teoria estudada, de forma a articular da melhor forma os dados empíricos com a teoria estudada.

6.2.2. – Focus Group

O campo da pesquisa qualitativa é constituído por diversas possibilidades metodológicas, as quais permitem um processo dinâmico de aderência a novas formas de recolha e de análise de dados. Dentro essas possibilidades, o *focus group* representa uma



técnica de recolha de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico. À luz de Backes et al.

“Os estudos que utilizaram o grupo focal demonstram ser um espaço de discussão e de troca de experiências em à volta de determinada temática. Além disso, o grupo estimula o debate entre os participantes, permitindo que os temas abordados sejam mais problematizados do que numa situação de entrevista individual.” (Backes et al, 2011, p.439)

Desta forma, foi selecionado um grupo 10 de jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos, do Agrupamento 8 de Águas Santas, Porto -Portugal pertencentes ao Corpo Nacional de Escutas. Selecionado o grupo, o primeiro passo foi estabelecer um contacto com a direção do agrupamento, na pessoa da Chefe de Agrupamento Ana Coelho e o Responsável pelo grupo Justino Queirós, que rapidamente deram uma resposta positiva ao pedido. O grupo de estudo foi informado sobre o projeto, os seus objetivos e funcionamento. O guião para a dinamização do *focus group* com os jovens da presente amostra articulou-se com os dados recolhidos no âmbito da história de vida do Hussam. Envolveu o uso de material didático (música, cartolinas...) de forma que, os jovens de uma dada comunidade de acolhimento, conseguissem exprimir as suas representações relativamente à hospitalidade, ao sentimento de casa, acolhimento e inclusão. Após a recolha atrás referida, foi concebida uma análise de conteúdos referentes ao material empírico recolhido, dado que, segundo Quivy & Campenhoud “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade” (1998, p. 227).

No que diz respeito à escolha da amostra de estudo (tanto para a história de vida e grupo focal de discussão), tendo em conta o tema em questão e os objetivos traçados, fizemos todo o sentido "partir de casa". Assim sendo, partimos de casa ao encontrar o Hussam na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti e ao escolher como amostra representativa da comunidade de acolhimento os escuteiros do Agrupamento 8 de Águas Santas do Corpo Nacional de Escutas (com o qual existe uma forte relação de colaboração e pertença desde 2010).



7 – Apresentação, análise e discussão de dados

“Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar!”

Sophia de Melo Breyner

Após a recolha de dados, urge a necessidade de analisar o conteúdo recolhido, sendo que, segundo Guerra, “a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos (...)” (Guerra, 2002, p. 62). Assim sendo recolhido o material, efetuou-se a transcrição integral de todas as entrevistas realizadas, individuais e *focus group* e, em seguida, realizou-se uma primeira leitura global mas muito atenta destas, sublinhando assim as ideias fortes e anotando análises/ categorias temáticas; posteriormente e tendo em conta as perspetivas categoriais realizamos a construção de sinopses numa grelha, incluindo aqui análise e excertos das entrevista.

7.1 – “If you dream, it’s ‘meio caminho andado’ to be happy!” – A História de Vida de Hussam

Introdução

Por trás de todo o Ser Humano, há uma história a ser contada. Para entender e contextualizar essa história também é preciso compreender as razões que desencadearam a atual guerra na Síria.

O país vivencia uma das crises mais violentas da sua história recente desde março de 2011 após manifestações pacíficas da população síria contra o governo do presidente Bashar al Assad. Quando a onda de queda de regimes ditatoriais se precipitou na Tunísia e no Egito nas revoltas populares da “Primavera Árabe”, muitos sírios queixavam-se de um alto nível de desemprego, corrupção em larga escala, falta de liberdade política e repressão pelo governo,

“Políticas de consolidação do poder assentadas primordialmente no policiamento apertado e sistemático e na repressão violenta de opositores, bem como no culto da personalidade do líder e na centralidade e domínio do Estado” (Santos, 2014, p. 5).



Os protestos alargaram-se a outras partes do país exigindo a saída do Presidente Al-Assad, a criação de partidos políticos, direitos iguais para a população curda, liberdades políticas mais alargadas, especificamente as de imprensa, expressão e reunião. (Rigamonte, 2018, p.37)

A partir desta data o regime passou a reprimir violentamente os protestos:

“alvejou a população que se manifestava, avançou com tanques e atiradores. Ao mesmo tempo, cortou o abastecimento de água e de eletricidade, e as forças de segurança começaram a confiscar farinha e comida em áreas específicas, como estratégia de penalização aos dissidentes.” (Santos, 2014).

A militarização do conflito, encorajou uma consolidação das identidades minoritárias que passaram a exigir reconhecimento e respeito pelos direitos políticos, económicos e sociais

“Nos primeiros meses, a população resistiu pacificamente às investidas violentas do governo. Porém, a oposição começou a organizar-se, primeiramente através de grupos políticos e depois de estruturas militares, nomeadamente com a criação do Exército de Libertação Síria (Syrian Liberation Army, em inglês – SLA) e outros grupos armados mais dispersos, para combater o governo de Assad.” (Rigamonte, 2018, p.40).

Com violência armada de um lado e do outro, as manifestações outrora pacíficas transformam-se numa guerra civil. Dessa forma, pode-se perceber que a questão é muito mais complexa do que parece ser. Um jogo de influência política e económica impera sobre as questões sociais tão brutalmente negligenciadas.

É nesse cenário que se desenvolvem as histórias de milhares de pessoas que saem das suas casas e partem à procura de estabilidade noutros países, sujeitando-se a perigos, enfrentando fronteiras bem protegidas e ansiando uma receção pelo menos digna no país de acolhimento.

As raízes familiares e as conexões com a terra natal

A socialização é um processo contínuo que afeta todas as pessoas, não se limitando à infância. Como refere Rosa, “o mais importante e bonito, do mundo, é isto: as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando” (Rosa, 2006, p.3). As crianças também vão mudando consoante as exigências a que são expostas e conforme a leitura que têm do mundo. Ou seja, estas mudanças que ocorrem são influenciadas pelas características, cognitivas, emocionais e psíquicas de cada criança, bem como pelos fatores de tempo e espaço em que estão inseridas. Além disso, essas mudanças estão relacionadas com a posição social, circunstâncias e condições económicas, políticas e



culturais. A infância é afetada e transformada por questões que impactam a sociedade como um todo, como por exemplo, as questões relacionadas com a pertença racial e étnica, as mudanças socioculturais, climáticas e económicas, as ações políticas e discursos, bem como as práticas científicas que acabam por modificar as relações sociais.

O Hussam, de 29 anos, nasceu na سورية - Sūriyyah (Síria), um país localizado no Médio Oriente.

“A Síria está localizada, posso dizer no meio do mundo. (...) Mas, no geral a Síria contém áreas verdes ao mesmo tempo que temos desertos. Temos áreas com cidades muito antigas, mas também temos cidades muito desenvolvidas como Dasmascus, como Aleppo. (...) Somos famosos em algumas coisas que são históricas porque temos muitos, muitos lugares da Antiguidade, então vale a pena ir visitar, temos um mar muito bonito no Mediterrâneo.” (entrevista 1).

Narra a sua infância como um período dividido em dois: o primeiro, “uma infância realmente normal, digamos assim;” e o segundo, onde “procurava um futuro melhor.” (entrevista 1).

Hussam inicia a sua história referindo que se lembra dos seus pais trabalharem todos os dias e durante muitas horas, o que fazia com que por vezes sentisse que necessitava de passar mais tempo com eles. No entanto, fala da boa relação familiar existente com a restante família (avós, tios e primos) e de como o início do conflito veio alterar essa conexão,

“Então a história começou a mudar. A família começou a pensar em como escapar como uma família, não como uma grande família. E agora, e lamento muito por isso, mas agora até dentro da família, os membros começaram a procurar soluções sozinhos” (entrevista 1)

Podendo estar retratado aqui a importância dos laços afetivos que, constituem a base de sustentação desta família. Sem deixar de mencionar que a organização familiar árabe é geralmente baseada em laços familiares fortes e valores tradicionais. Onde a família extensa é valorizada, com avós, primos, tios e tias a desempenhar um papel significativos na vida dos membros da família. Os laços familiares são mantidos e valorizados, com uma forte ênfase na solidariedade e apoio mútuo. À luz de Moreno “É indubitável a importância da instituição da família na sociedade árabe. O grupo familiar atua como elemento-chave e pedra angular tanto a nível individual como no extenso quadro da sociedade” (Moreno, 2007, p.283).



Quando o questionei sobre a sua casa de infância ele, respondeu com “gosto desta questão” (entrevista 1) dando a entender que a recorda com muito carinho. “A maior parte da minha infância foi passada numa casa pequena. (...) Tínhamos dois quartos e tínhamos uma sala de jantar conjunta, mas a coisa mais incrível da minha infância era a rua” (entrevista 1). Sem dúvida que considera que ter tido a oportunidade de brincar na rua como um privilégio,

”A maioria das famílias envia os seus filhos para a rua para brincarem. Por isso, acredito que parte da minha personalidade se formou na rua, o que às vezes pode ser considerado negativo. Mas, para nós, naquela idade, era realmente bom, aprender na rua” (entrevista 1).

Valorizando o quão fundamental é para o desenvolvimento da criança brincar na rua. Nesse ambiente, ela exercita a criatividade, a socialização e a coordenação motora. Além disso, a rua oferece um espaço amplo para explorar, correr e interagir com outras crianças.

“Sob o olhar imaginativo das crianças, a terra pode virar massa de bolo ou matéria-prima para moldar qualquer outra invenção que se queira. São nessas interações lúdicas com o mundo, desenvolvidas pelas crianças de forma individual ou coletivamente, que a criança aprende a enxergar o outro e o espaço habitado.” (Franco, 2018, p.10).

Dos seus tempos de escola recorda que mudou várias vezes de escola, mas a que mais o marcou foi uma escola pública “especial”, uma escola onde só os melhores alunos poderiam frequentar

“era algo realmente especial (...) mas realmente tinha os melhores alunos, que queriam mesmo aprender, e sentia muitas vezes que tinha o privilégio de estar lá. Porque a escola pública na Síria tem 90 alunos por sala de aula. (...) Portanto, podem imaginar a qualidade de ensino, talvez o professor seja realmente bom, mas o ambiente de aprendizagem é afetado por isso. Mas nesta escola éramos apenas 30.” (entrevista 1).

Nessa escola, teve oportunidade de ter professores excepcionais, que não dedicavam apenas ao ensino “eles eram bons, ensinavam não apenas física ou algo assim, eles ensinavam coisas para a vida, por isso gosto muito desse tipo de professores.” (entrevista 1). O que leva a crer que esses professores inspiradores deixaram uma marca indelével na sua jornada educacional. Tal como defendia Paulo Freire, “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1991, p. 25).



Dentro desta visão de que “Ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (Freire, 2005, p.58), isso significa que ninguém cresce, que ninguém surge sozinho, todos nós dependemos uns dos outros. Essa constatação revela que o processo de crescimento e desenvolvimento humano não ocorre de forma isolada, mas sim por meio de interação e dependência mútua entre os indivíduos, evidenciando que todos necessitamos uns dos outros para alcançar a plenitude e evolução. Relembrando que a socialização não é um processo unilateral, mas sim uma interação complexa e dinâmica entre indivíduos e o seu ambiente social.

A comunidade Síria é marcada pela diversidade religiosa e o Hussam recorda essa convivência de uma forma positiva e enriquecedora

“Na Síria, é possível ver que temos muitas religiões. Sou cristão. Mas também há muçulmanos. (...) Existe uma religião chamada Drusa. (...) Então, vivíamos juntos cristãos e drusos. Acho que a maioria dos meus amigos eram de religiões diferentes e estávamos bem com isso. (...) Tenho um amigo, ele está agora na Alemanha (...) o nome dele é Rami e ele é de uma religião diferente e de uma aldeia diferente. Portanto este é o meu melhor amigo de infância” (entrevista 1)

Tudo nos leva a crer que o Hussam, inconscientemente, ou não, exterioriza que o preconceito não é inato, mas sim aprendido. Que as crianças são influenciadas pelo ambiente em que vivem, pela educação que recebem e pelos exemplos que presenciam, que tal como referimos no ponto 3 e 4 “é necessário assumir a diversidade e a multipertença como uma riqueza. A educação à pluralidade é não só uma proteção contra violência, mas também um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas”. (Delors, 1996).

Quando questionado sobre o que é que o conecta automaticamente para a sua terra natal, ele dá um pequeno suspiro e responde que é difícil escolher só uma representação, porque para ele é como se fosse a mesma coisa.

“A primeira é a minha família, tudo o que esteja relacionado com a minha família. (...) Eu sinto que não deveria estar aqui, que deveria estar lá. Especialmente porque eles já têm 65 anos então, eu tenho a sensação de que um dia não vou conseguir vê-los mais” (entrevista1).

Como segunda representação refere as crianças com quem trabalhava na JRS (Jesuit Refugee Service²³),

²³ <https://jrs.net/en/home/>



“A maioria destas crianças tem necessidades especiais, vamos dizer que não necessidades especiais intelectuais, mas necessitam de acompanhamento especial. Alguns deles não têm pais, outros vivem na rua e até os encontramos nas lixeiras. Encontramo-los na rua e chamámo-los para fazerem parte do projeto durante 4 anos.” (entrevista 1)

Através destas duas representações do Hussam podemos notar a importância do sentimento de pertença (abordado no ponto 4) para a criação de relações interpessoais fortes, estáveis e agradáveis, sublinhando a relevância de se sentir necessário, valorizado e estimado.

A Vida em Damasco – antes do processo fuga

Hussam tinha 17 anos quando a guerra iniciou. Tal e qual a sua infância, também divide o seu país em duas fases: a Síria antes do conflito e a Síria em conflito. Descreve a sua vida como uma “vida normal” (entrevista 1), onde acredita que as pessoas acreditavam e procuravam criar projetos de vida no seu país, mas, que em março de 2011 tudo mudou.

“Foi realmente um pesadelo. Por isso, não gosto de fazer qualquer apresentação sobre estes 10 anos, porque senti que se trata completamente de guerra, de pessoas mortas, de destruição das coisas. Portanto, não há nada de bom neste período. Mas antes tínhamos muitas coisas.” (entrevista 1).

A forma como o conflito se espalhou pelo território sírio, os ideais nacionalistas e religiosos dos rebeldes e os grandes contingentes populacionais de refugiados e deslocados apontam para uma reconfiguração do país que dificilmente voltará a ocupar o espaço geográfico de outrora (Assumpção, 2015, p.34).

Hussam é engenheiro civil graduado pela Universidade de Damasco, nunca conseguiu exercer.

“Eu procurava emprego em engenharia civil, mas o país estava destruído e continuava a destruir-se. A Força aérea tomou conta de todos os lugares e ninguém vai pagar para construir. Não vale a pena construir, porque provavelmente será destruído.” (entrevista 1).

Assim sendo procurou um espaço onde pudesse fazer voluntariado. Candidatou-se como voluntário ao Jesuit Refugee Service (JRS) e iniciou o seu trabalho com as crianças. “(...) candidatei-me e disseram-me que podia trabalhar com as crianças, como um tutor, ensiná-lhes. E eu disse que sim. E quando fui à entrevista eu disse que seria só por três meses.” (entrevista 1).



Podemos dizer que procurava sentir-se útil, ser uma pessoa comum que decide não utilizar as armas, não deixar a Síria, mas sim entregar a sua ajuda àqueles que dela necessitam, demonstrando altruísmo e generosidade mesmo em situação de conflito. No entanto, a sua experiência prolongou-se por quatro anos, não como voluntário, mas como trabalhador.

“Na Síria, (...) trabalhávamos com pessoas que deixaram as suas cidades e não têm permissão para regressar. Para nós, eram refugiados, pois não pertenciam a esta comunidade. Para a ONU, são deslocados internos, mas, sinceramente, se olharmos para a crise humanitária, eles são refugiados. Eles partem, abandonam as suas casas, o seu lar e vivem noutra, precisam de fazer sacrifícios, lutar para pertencer a esse novo espaço.” (entrevista 2).

Tudo nos leva a crer que o Hussam é da opinião de que, tal como referimos no ponto 2 deste trabalho, “o conceito atual de proteção de refugiados não é suficientemente flexível para poder lidar com categorias diferentes de refugiados”. (Hailbronner, 2001, p.101).

Ele recorda a sua passagem pela JRS como uma experiência bastante positiva, “O meu emprego anterior... não sei como o expressar, é um lugar único.” (entrevista 1), de como esse lugar foi importante para ele encontrar um rumo “depois destes três meses que se prolongaram por quatro anos, sinto que me encontrei naquele lugar.” (entrevista 1) e de como esse lugar, ao qual ele referiu como comunidade, era seguro não só para as crianças, com quem ele trabalhava, mas também para as pessoas que lá trabalhavam, fazendo com que a situação de guerra pela qual estavam a passar fosse como que mais fácil de suportar,

“(...) para mim a vida lá fora era bastante...é complicado, é complicado. Se precisasses de sair de casa para trabalhar ou para ires comprar alguma coisa, tinhas de te despedir dos teus pais, porque podias não voltar, mesmo que saíesses por cinco minutos. (...) Mas, neste lugar, eu encontrei uma comunidade.” (entrevista 1)

E continua,

“Esta comunidade decidiu, de certa forma esquecer tudo, escapar, escapar de tudo o que se passava lá fora e focarmo-nos nas crianças. Tínhamos de nos focar nelas, em criar-lhes um ambiente seguro, porque nós íamos para as nossas casas, mas a maior parte destas crianças viviam na rua, ou seja, encontravam-se em maior perigo” (...) “senti que era muito difícil estar com eles, porque realmente sentes que tudo o que estás a fazer não é suficiente. E a vida deles não é justa. Não é justa porque eles são realmente muito novos e não têm nada



para fazer, é muito claro para mim que o futuro para eles será bastante difícil.” (entrevista 1)

Podemos depreender que, como mencionado anteriormente no ponto 1, o Hussam fez parte de uma comunidade, que tal como refere Trevisan (2008, p.3), que para além de um espaço socializador, era também um local de redes sociais e de suporte a indivíduos e grupos que partilham espaços, valores e formas de convivência, isto é uma comunidade constituída por membros com interesses semelhantes resulta num maior sentimento de pertença e que essa afinidade de interesses resulta, no estabelecimento de laços maiores e de maior influencia.

A migração forçada

O conflito na Síria é entendido como uma situação de guerra civil (apesar de ser mais do que evidente o envolvimento de nações estrangeiras, inclusive mediante ações diretas) que perdura há mais de 12 anos, já resultou na morte de milhares de pessoas, deu origem a uma das maiores ondas migratórias já vistas pela humanidade, bem como contribuiu para uma grande crise humanitária. (Bentes et al, 2018, p.75).

“Sabes, na Síria, antes da guerra eramos 24 milhões de pessoas. Agora, somos quase 15 milhões. Temos entre 1 e 2 milhões de pessoas mortas devido à guerra e entre 5 e 8 milhões de pessoas a viver fora da Síria.” (entrevista 1).

O conflito é marcado por diversos ataques altamente violentos e pelo uso indiscriminado da força, tanto por parte dos vários grupos rebeldes, quanto por parte das forças estatais. Durante a disputa, tornou-se comum a prática de assassinatos, tortura, bombardeamentos e até o uso de armas químicas em Damasco e Aleppo. (Bentes et al, 2018, p.76).

“Durante a guerra, se não tiveres algo realmente importante para fazer fora de casa, é muito melhor ficares em casa porque... é realmente algo insano, no final do meu bairro, no final da minha rua, vi misseis na rua, vi pessoas a morrer na rua. Por exemplo, estava na universidade e um ataque matou mais de 100 pessoas.” (entrevista 1).

Hussam, relata situações vividas de violação dos direitos humanos, civis continuam a ser mortos diariamente, tanto por forças do governo como por outras forças conflituosas que lutam em oposição a ele, evidenciando a negligência do Estado em providenciar o direito à Vida. Além das mortes, Hussam fala de como a circulação dos civis é extremamente restrita dentro do próprio território sírio. Tal fato acarreta na perda do exercício do direito à liberdade dos civis, pois não podem circular livremente pela Síria

devido ao alto risco de serem mortos por questões religiosas, pelo facto de não estarem aliados ao Governo ou ainda por reflexos do conflito, como ataques aéreos, impactos de artilharia e uso de armamento pesado.

“Porque vivemos numa situação que não é para um ser humano, não é para humanos. Vemos pessoas a morrer em todo o lado, o tempo todo. Não gosto de falar sobre isso e mesmo que queira falar ninguém quer ouvir (...) são histórias de guerra, sobre pessoas mortas e destruição.” (entrevista 1).

Acontecimentos como cercos, acessos limitados, altos preços de comida e pouca produção aumentou a insegurança alimentar na Síria. São constantes os bombardeamentos a hospitais e escolas, os civis sitiados vivem em situações sub-humanas e a ajuda humanitária é muitas vezes obstaculizada, quando não, os comboios são saqueados ou atacados. (Bentes et al, 2018, p.61).

A economia síria ao longo do conflito foi destruída, a população começou a sofrer com a falta de dinheiro e a inflação de vários produtos básicos, que se tornaram escassos. A alimentação, água e saneamento básico são fatores extremamente deprimidos pela guerra, o povo começou também a morrer de fome e a sofrer de desnutrição. (Bentes et al, 2018, p.79)

“Mas esta é a realidade, não há eletricidade, não há água, não há segurança. Mesmo agora, não há segurança dos mísseis e bombas. (...) As pessoas sofrem, não têm o que comer e ainda vêem pessoas mortas. Porque, um dia tu ficas incapaz de conseguir alimentar a tua família.” (entrevista 1).

Esta série de aspetos anteriormente referidos evidenciam a falta de dignidade humana vivenciada não só pelo Hussam, mas por todo o povo sírio.

Devido à sua idade Hussam e muitos jovens sírios têm de cumprir com o serviço militar obrigatório. No entanto o Hussam defende que

“Esta guerra na Síria é uma loucura, porque há pessoas, de ambos os lados, que lhes dão armas e dizem-lhes para se matarem uns aos outros. São sírios que se estão a matar uns aos outros sem motivo, sem razão alguma.” (entrevista 1).

Quando questionado sobre o que o levou a sair do país responde sem qualquer tipo de hesitação o serviço militar obrigatório, “se não tivesse que cumprir o serviço militar, neste momento estaria no meu país” (entrevista 2). Conta que na Síria, os homens que têm mais ou menos a mesma idade que a sua pensam em deixar país. Faz uma pequena pausa e



continua... “Eu tive de deixar, porque se não o fizesse teria de ir servir militarmente o meu país.” (entrevista 1).

O Hussam fundamenta a sua decisão de não cumprir o serviço militar através de dois pontos muito simples, não quer morrer, nem matar ninguém.

“Eu não quero morrer. Eu sinto que sou bastante jovem e quero aproveitar a minha vida. (...) Não há razão para nos matarmos uns aos outros, por isso nunca farei isso. Não estou preparado para matar alguém. Para mim, é algo muito estranho, é algo louco de se pensar. E se depois tenho de matar alguém? Tenho de matar sírios. Talvez alguém que eu conheça da escola ou da universidade?” (entrevista 1)

Hussam não se lembra do exato momento em que decidiu deixar a Síria, mas sabe que após terminar a universidade começou a pensar verdadeiramente nisso. Portugal não foi o primeiro país ao qual solicitou visto, inicialmente solicitou à Austrália

“Foi um programa que existiu onde os sírios tinham acesso ao visto australiano. Por tanto se tivesses sofrido na Síria devido à guerra, podias-te candidatar. E tivemos alguns problemas por causa da guerra, a minha mãe ficou ferida, perdi alguns amigos na universidade...eu estava lá, e fui afetado por isso. Então recolhemos as histórias e candidatei-me ao programa australiano. Passei sete dias no Líbano, mas fui rejeitado, então voltei.” (entrevista 2)

Seguiram-se vários países europeus “da Suécia à Itália...tentei estes últimos três anos..., mas o meu visto foi rejeitado” (entrevista 1) Portugal surgiu após uma conversa com o diretor da JRS “o meu diretor é português” (entrevista 1). Confessa que escolheu Portugal porque confia imenso no diretor com quem trabalhou e porque “(...) há algo no meu coração que me diz que preciso estar em Portugal (...) além de que a universidade foi realmente incrível comigo e até me ofereceram um bolsa de estudos. Estou no primeiro ano de Educação Social” (entrevista 1).

No entanto, recorda o momento em que sentiu que necessitava de abandonar o país o mais rapidamente possível. Numa visita à JRS no Líbano (onde iria trabalhar durante uma semana e possuía documentação necessária) foi impedido de entrar no Líbano.

“não me permitiram entrar porque disseram que tinha 28 anos e que o meu país precisava que eu o servisse militarmente. Por isso, não te vamos deixar entrar, porque sabemos que estás a fugir.) Foi em novembro do ano passado e eu tinha um ano, porque não tinha conseguido um ano extra na universidade. (...) Estava a sentir isso, agora estou aqui, nunca irei escapar. (...) Se eu quiser viajar para fora tem de ser pela fronteira libanesa. Não posso ir para a Turquia. Não posso ir para o Iraque. Não posso ir para a Jordânia. E obviamente



que não posso ir para Israel... só tinha uma opção o Líbano. O país que tinha acabado de rejeitar a minha entrada no país” (entrevista 2)

Apesar de não saber qual o momento em que começou a pensar em sair do país, recorda o momento em que recebeu a notícia de que tinha conseguido o visto para Portugal.

“Estava na minha vila a assistir ao pôr-do-sol (...) tinha pedido quatro dias para descansar (...) e recebi um email a dizer que tinham boas notícias que o meu visto para Portugal tinha sido aprovado. E então numa questão de minutos comecei a lembrar-me de toda a minha vida. (...) E comecei também a pensar que tinha de partir...sair do meu trabalho, deixar a minha família...a minha casa, o meu apoio. É realmente difícil expressar isso. Eu estava a trabalhar muito para deixar o meu país, mas ao mesmo tempo senti ‘Oh, e o momento em que vou partir’, senti que poderia passar mais tempo aqui. (entrevista 1).

A partir deste relato podemos considerar o início da destituição do sentimento de pertença. Já que, tal como referido no ponto 4, o sentimento de pertença é uma experiência psicológica com elementos cognitivos e afetivos num ambiente onde os indivíduos se sentem parte integrante do mesmo.

Partilha também o quão difícil foi decidir abandonar a Síria

“(...) tinha um bom emprego, sentia que estava a alcançar algo, não financeiramente, mas emocionalmente. A minha família precisava da minha ajuda. Com o meu trabalho estava a ajudar financeiramente. O meu pai tem 65 anos, a minha mãe tem 68. Por isso, a ideia de deixá-los é muito difícil.” (entrevista 1)

Esta situação relatada por Hussam, remete-nos ao ponto 2 deste trabalho onde referimos que são pessoas comuns que num determinado momento das suas vidas que não tiveram outra alternativa se não mudar de vida, a um outro território. Muitas tinham inclusive uma vida próspera, do ponto de vista económico e profissional, mas, que de um momento tudo se desmoronou. “A maioria foge à pobreza ou das restrições à liberdade, por razões políticas, religiosas, ou para fugir da guerra, pretendendo assegurar um futuro aos filhos, ou simplesmente garantir a sobrevivência própria e /ou da família.” (Pinho, 2022, p.28) Tal como ele refere, “Sim, eu escapei, mas a minha família continua lá, mas pensas que se alguém consegue escapar é bom para a família. Porque se alguém está fora, provavelmente no futuro, mais alguém da família estará.” (entrevista 1)

As consequências da sua decisão, além do anteriormente descrito, passou também por entregar um comprovativo ao governo sírio de como estava a viver fora do país, caso



contrário “(...) eles começavam a proibir-me de muitas coisas, como viajar dentro do país, se tivesse bens em meu nome eram-me retirados (...)” (entrevista 3). Além de que estando, neste momento, fora do país caso queira visitar (nos primeiros quatro anos) o governo autoriza um total de 90 dias. “Significa que, durante todos os anos, só posso ir durante 90 dias. Se quiser mais dias, tenho duas opções: ir diretamente do aeroporto para o serviço militar ou então pagar” (entrevista 3). Depois desses quatro anos terá de pagar para evitar o serviço militar, caso queira visitar o país “(...) Se quiser entrar no meu país, tenho de pagar 10.000 dólares americanos, apenas se quiser visitar, porque depois de quatro anos fora, eles acham que eu devo ser capaz de pagar esse valor.” (entrevista 3).

O processo de saída do país também não foi simples, como não era permitido viajar a partir do aeroporto sírio, a viagem do Hussam iniciou-se bem cedo com uma viagem de carro até ao aeroporto libanês.

“A rota não era muito segura. Não me senti bem durante toda a viagem. Depois, a fronteira foi realmente um pesadelo, pois na verdade passei mais de 30 minutos na fronteira até me permitirem entrar. Foi a pior coisa. (...) Eu tive medo.” (entrevista 1)

Hussam recordava a sua última experiência na fronteira libanesa, no entanto desta vez, estava acompanhado de um visto e de um bilhete de avião para Portugal e da justificativa de que necessitava de usar o aeroporto internacional para viajar.

“porque somos sírios, não podemos entrar no Líbano a menos que seja para utilizar o Aeroporto Internacional deles ou, por exemplo, se tivermos trabalho com uma empresa específica em datas específicas. Não podemos entrar na Jordânia de jeito nenhum, ou se quisermos entrar, precisamos de pedir meses antes e na maioria das vezes negam o pedido. Se quisermos ir para o Iraque necessitamos de visto e, mesmo que consigamos no Iraque a situação é muito pior que na Síria. E estamos proibidos de entrar na Turquia. (...) Sou cristão e eles só aceitam muçulmanos. (...) Então podes imaginar que de cinco países ao nosso redor, eu não podia ir para nenhum deles, só podia ficar na Síria” (entrevista 1)

Foi a primeira vez que viajou de avião, admite que foi, durante a viagem, desde Beirut até Madrid a pensar nas questões que lhe poderiam fazer à chegada e que respostas teria de dar “é difícil ser sírio a caminho da Europa” (entrevista 1). No entanto, revela que não teve qualquer problema, nem em Madrid, nem no Porto, afinal tinha autorização para entrar no país.



O acolhimento, a inclusão em Portugal e as representações de casa

Hussam chegou a Portugal há menos de um ano, viajou sozinho. Neste momento vive com a comunidade Jesuíta. Já solicitou o pedido para a autorização de residência, mas ainda não obteve resposta. Demonstra ter uma perceção positiva do próprio processo de acolhimento e inclusão, no entanto confessa que tem de melhorar.

“Estou a tentar melhorar, mas sinto que devo de fazer mais esforços. Estou a frequentar um curso de português que é bom, mas acho que devo de fazer mais. Estou a tentar falar português, mas apenas com as pessoas em quem realmente confio” (entrevista 2)

Tal como já referido no ponto 1 e 4 deste trabalho, a inclusão tem de ser percecionada como um processo bidimensional, isto é refugiado – comunidade de acolhimento - refugiado. E o Hussam, vai identificando alguns obstáculos ao seu acolhimento e inclusão como por exemplo o facto de não conhecer a vizinhança “é um prédio privado, então eu não tenho vizinhos no mesmo prédio. Então não, eu não conheço ninguém. Ohh, acabei de perceber isso!” (entrevista 2) Apesar de estar grato pela forma como foi recebido e acolhido confessa que sente falta de tomada de decisão, como poder escolher o que comer, tratar das suas coisas (como lavandaria).

“Eu estou a viver numa comunidade religiosa (...) eu tenho o meu quarto, privado. E como lá sem pagar nada. (...) eles são incríveis. Eu moro num lugar muito bom. Eles oferecem-me mais do que eu esperava, mas ao mesmo tempo, eu penso que gostaria de ir ao supermercado e comprar as minhas coisas. Tratar das minhas roupas na lavandaria, por exemplo. Então estes tipos de coisas, eu sinto falta na verdade.” (entrevista 2)

Impedido de satisfazer (isto é, de escolher como e quando) as suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, habitação...) está incapacitado de se realizar enquanto ser humano e cidadão, e, em última análise, de exercer a sua liberdade de escolha. (Pinho, 2022, p.28). “Eles acolheram-me verdadeiramente. Mas, ao mesmo tempo, sinto que necessito de mais privacidade. (...) é bom para ti, para a tua vida, sentes-te mais confiante, sentes auto-estima, mesmo se estiveres a sofrer” (entrevista 2)

Outros fatores que dificultam a inclusão do Hussam, são a língua e o emprego.

“Eu sinto que quando eu estiver a falar português, tudo será melhor. Eu sinto dificuldades em comunicar com outras pessoas. (...) Muitas pessoas comunicam comigo em inglês, mas mesmo em inglês, eu não consigo expressar-me da mesma forma de quando estou a expressar-me na minha língua nativa (...) ter um emprego, fazer alguma coisa, realizar tarefas. Isso dá-me sensação de inclusão. (...) Porque trabalhar constrói a personalidade.



Então, eu sinto que agora uma parte da minha personalidade está a desaparecer porque eu não estou a trabalhar.” (entrevista 2)

A língua é um dos fatores basilares para a inclusão, uma vez que “o desconhecimento da língua pode representar um obstáculo à comunicação com o Outro, ao conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto ator social e criar uma desigualdade onde o migrante se torna mais vulnerável” (Siqueira, 2018, p.126). Relativamente ao acesso ao emprego, tal como a língua é um forte indicador de inclusão, é através do emprego que o indivíduo se pode fixar em condições dignas, além de ser um meio de promoção social. Desta forma, devem ser adotadas medidas para possibilitar que os refugiados façam um uso positivo das suas habilidades e capacidades, admitindo que se eles forem independentes e autónomos são mais capazes de contribuir para o seu próprio bem-estar e das suas comunidades.

Ser exposto repetidamente a parcelas de realidade sobre alguém, faz com que se criem estereótipos: imagens mentais das pessoas de outros grupos que nos descrevem a sua cultura, temperamento, nível de ameaça, antes sequer de termos interagido com elas. Estes estereótipos baseiam-se em categorizações superficiais, que não passam de meras “fatias de realidade” e podem dar origem a preconceitos. Apesar de não os identificar como tal, mas sim como “algumas pessoas têm uma imagem prévia dos estrangeiros “(entrevista junho 2023) Hussam relata alguns episódios, tais como:

“(…) Oh ele é cristão?... é muito estranho. E até mesmo na Síria é, porque somos cerca de 2% de toda a população. Quando cheguei aqui e disseram... ah tu és cristão? Sim. Então, se és cristão, vais à igreja? (...)” (entrevista 2)

“Então outra pergunta é...oh, cozinhámos carne de porco, desculpe (...) tivemos uma conversa onde as pessoas estavam a falar e eu estava a dizer que a minha bebida preferida era whisky...e eles dizem..., mas tu és sírio. (...)” (entrevista 2)

“Eu estava na igreja e o (...), meu amigo, estava a apresentar-me. Então havia uma senhora e ele disse que eu era o seu amigo Hussam, da Síria. E ela disse algo em português que o rosto dele mudou. (...) Ela disse que eu era da Síria, mas que não parecia um terrorista.” (entrevista 2)

“(…) Como é que vocês comem? Eu não entendi a pergunta e respondi, como comemos? Eu pensei que ele estava a perguntar sobre os nossos tipos de refeições e eu disse: Ohhh, temos essas refeições...muito deliciosas, não são? Eu não estava a falar da comida, mas como é que vocês comem essa comida - disse ele. E eu disse: na verdade, não usamos faca e garfo, usamos uma colher. Usamos colher com arroz, mas também comemos de faca e



garfo. (...) E ele disse, novamente, como é que vocês comem? E eu não entendi a pergunta. Então ele disse: Ah! Vou-te mostrar um vídeo. E mostrou-me um vídeo de pessoas do Golfo Árabe, criadas no deserto. Lá eles não têm esses utensílios, como vivem em tendas e são nómadas...têm de comer e continuar (a viagem). E, a propósito, eles são realmente, muito, muito higiénicos. Eles comem e depois lavam as mãos. (...) E então ele continua...e vocês sentam-se à mesa? E eu respondi: sim, nós sentamo-nos à mesa para tudo.” (entrevista 2)

Todas estas pequenas “histórias” relatadas pelo Hussam criam estereótipos, que posteriormente levam a situações discriminatórias. Eles transformam um plano, umas dimensões, numa única história, numa única verdade, roubam a dignidade às pessoas, tornam difícil o reconhecimento da nossa humanidade partilhada, realçam aquilo que somos diferentes em vez daquilo em que somos semelhantes. (Adichie, 2019, p. 14). Tal como para estas pessoas que se cruzaram com o Hussam ele não bebia, não comia carne de porco, era muçulmano, tinha que de ter aspeto de terrorista, comer com as mãos, não comer à mesa e vir de um país subdesenvolvido.

Hussam refere que estes tipos de coisas acontecem devido às redes sociais, porque ao abrirmos qualquer vídeo sobre a cultura árabe, encontraremos centenas de vídeos, mas que não demonstram a realidade. (entrevista 2). “(...) Mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é nisso que esse povo se torna”. (Adichie, 2019, p.12).

Quando questionado sobre que pontos positivos destaca do seu processo de acolhimento e inclusão ele rapidamente responde

“aqui em Portugal, eu consigo ter dignidade. Todos os dias, durante 28 anos na Síria, eu lutava para manter a dignidade. Lá, na maioria das vezes, sinto que tenho a minha dignidade (...) mas para mantê-la (...) é preciso fazer esforços (...) ser bom em comunicação, ser um trabalhador extra esforçado para fazer as pessoas te respeitarem” (entrevista 2).

Refere também o acolhimento e os apoios que tem recebido tanto do seu amigo, da comunidade Jesuíta onde vive e da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

“(...) Eles são excecionais, não são amigos porque são muito mais velhos que eu, mas são pessoas incríveis, eles são muito inteligentes. (...) Então ele ofereceu-me um quarto, não pago aluguel, o que para mim seria realmente, realmente difícil. Além disso, a universidade também me ofereceu uma bolsa de estudos. Estas são as coisas boas.” (entrevista 2).



Ainda sobre o seu acolhimento, Hussam utiliza uma palavra “redream” (re)sonhar o direito de voltar a sonhar.

“(...) na Síria tu estás sempre a pensar no pesadelo do exército e no pesadelo de não haver futuro. Tu tens sempre isto na tua mente. (...) não tens o direito de sonhar ou de construíres algo para o teu futuro (...) aqui em sete meses, eu fui capaz de voltar (re)sonhar o meu futuro.” (entrevista 2).

E ao mesmo tempo que fala orgulhoso da sua capacidade de voltar a sonhar, não deixa de fazer referência ao seu país natal e dessa importância de sonhar que, para ele, lá não existe.

“Eu tinha uma pessoa no meu antigo trabalho que dizia que uma pessoa sem sonhos é uma pessoa morta. E ele dizia que tínhamos mais de 10 milhões de sírios sem sonhos. E essas pessoas são como pessoas mortas a andar de um lado para o outro” (entrevista 2).

Hussam expunha que essas pessoas tinham problemas reais bem mais importantes do que voltar a sonhar. “(...) Tu fazes de tudo para teres um pouco de dinheiro para trazeres alguma comida para a tua família. Eu vi-me nessa situação. Eu preciso de ajudar a minha família, nós precisamos de comer, precisamos de sobreviver.” (entrevista 2). Através deste testemunho do Hussam torna-se facilmente compreensível que só quando estas pessoas virem satisfeitas as suas necessidades básicas (fisiológicas e de segurança) poderão alcançar as restantes e aí sim, tal como o Hussam, voltarem a sonhar.

Hussam enquanto falava do seu processo de acolhimento e inclusão contou que “para ser honesto, não sinto que estou em casa.” (entrevista 2). Espelhando as palavras de Leon Grinberg & Greta Grinberg (1984, p.37) relativamente ao sentimento de não pertença “não se pertence mais ao mundo que se deixa e não se pertence ainda ao mundo que se chega!” E o Hussam revela-nos que para se sentir em casa necessita de três coisas: mais privacidade, isto é a liberdade de escolha;

“Primeiro, eu preciso de mais privacidade no meu quarto, na forma de comer e na forma de... eu não sei. Eu sinto que preciso de mais liberdade na forma de trazer as coisas e preparar as refeições”. (entrevista 2).

conseguir expressar-se em português, ou seja, a língua, para entender e ser entendido; “A segunda coisa é a língua. (...) Mas quando começar a falar, acredito que me vou sentir mais em casa” (entrevista 2) e finalmente amigos, fortes amizades como as que tinha na Síria.



“A terceira coisa, é uma amizade forte. Eu tenho muitos amigos. Mas, até agora não encontrei aquele amigo, com quem eu possa contar se estiver triste, se estiver feliz (...) ter alguém com quem eu possa conversar, rir, falar sobre tudo. (...) sinto falta desse tipo de amigos, porque na Síria eu tinha”. (entrevista 2)

E, continua,

“Porque se quiseres sobreviver nessa situação, precisas de ter amigos que te entendam. E na maioria das vezes estás stressado, na maioria das vezes vais perder alguém, talvez até percas alguém do teu círculo mais próximo, e então sentes o tempo todo de que precisas alguém do teu lado. E eu era essa pessoa para a minha família. (...) ser bom a escutar o outro. Mas, ao mesmo tempo, para escapar, eu também precisava de alguém para partilhar esses sentimentos ou algo assim. Então, eu tinha o privilégio de ter ambos na Síria”. (entrevista 2)

A ausência de um suporte social, (...) as discriminações, a instabilidade e o sentimento total de falta de controlo sobre a situação, geram humilhação, baixa autoestima, culpabilidade, frustração, insegurança, e, em última instância, tristeza e desespero profundos.” (Pinho, 2022, p.28)

O Hussam, tal como anteriormente, faz referência a dois fatores que ele considera obstáculos: a língua e a liberdade de escolha. Dando também ênfase à importância do sentimento de pertença, bem-estar e suporte social como instrumentos facilitadores para o seu acolhimento e inclusão,

“Aqui ninguém está a demonstrar que precisa de mim. Mas, ao mesmo tempo, eu não tenho com quem falar sobre isso, construir memórias, sabes? A ideia de rir juntos, de sentirmos tristeza por algo juntos. É muito bom ter esse tipo de amigos. Eu vou tê-los, mas, por enquanto não tenho. Ter esses amigos fará sentir-me bem.” (entrevista 3).

Hussam demonstra-nos que o que ele carrega na “bagagem” é ausência. A ausência de: língua, trabalho e relações. E assim, apresentando-nos como facilitadores ao sentimento de casa:

- o sentimento de pertença através da língua (entender e ser entendido) e os amigos (forte amizade);
- Bem-estar e suporte social através da privacidade, liberdade de escolha e tal como o ponto anterior os amigos.

Dando-nos a entender, que tal como referenciado no ponto 4, o modelo de inclusão de refugiados, deve abranger os laços sociais (relação entre indivíduos definida por alguma

característica dos mesmos), as pontes sociais (entre indivíduos de comunidades diferentes) e as ligações sociais (entre o refugiado e as instituições de acolhimento).

Sonhos e futuro

Ter sonhos significa estar vivo, é um poderoso combustível que impulsiona a nossa vida, inspira-nos e leva-nos a crescer, a desafiar limites e a acreditar em possibilidades. Quando alimentamos os sonhos, estamos a alimentar a nossa alma.

Para Hussam sonhar significa “algo que eu adoraria fazer, mesmo sabendo que provavelmente não o farei. (entrevista 2). E descreve esse seu sonho da seguinte forma:

O meu sonho é realmente assim, ter um avião muito grande ou algo do género para juntar todas as pessoas e colocá-las num lugar onde possam tentar ter uma vida normal, talvez elas gostem disso, terão a oportunidade de poder alcançar alguma coisa, ou talvez não gostem, mas pelo menos poderão escolher.” (entrevista 2)

É importante sonhar, mas ainda mais importante é transformar os nossos sonhos em realidade, daí a importância dos objetivos. Pois é através do sonho (único e pessoal) que construímos metas e traçamos um caminho. Quando fala das suas perspetivas futuras, transparece algum receio, mas também que os medos ficaram para trás, agarrados às experiências que fizeram dele quem é, fortalecendo-o. “Eu acho que tenho uma espécie de plano para o meu futuro (...) Para ser honesto, eu achava que as coisas seriam...Não quero dizer mais fáceis..., mas que poderiam ser mais confortáveis.” (entrevista 2). Gostaria de terminar a universidade e trabalhar em Portugal “ter a cidadania será uma grande conquista, então pelo menos nos próximos cinco anos estarei a viver em Portugal “(entrevista 2). Tudo nos leva a crer que a área de um possível emprego deixou de ser a engenharia e passou a ser a área social

“encontrar um lugar para trabalhar com refugiados, com migrantes ou algo assim aqui. Na verdade, comecei a ouvir mais sobre África e as antigas colónias. Mas para fazer isso, preciso aprender o idioma, preciso conhecer um pouco mais sobre o tipo de trabalho nas instituições portuguesas.” (entrevista 2).

Neste excerto Hussam, volta a referenciar a língua como um obstáculo e a importância deste para a inclusão. Referencia também a importância do sentimento de pertença “por causa disso, a tua pergunta anterior sobre ‘casa’ é realmente importante para mim, porque eu devo acreditar e me sentir parte deste lugar. Preciso trabalhar mais para preencher as partes que estão a faltar na ‘casa’” (entrevista 2).

Representações pessoais sobre a condição de refugiado

Desde a primeira entrevista que Hussam menciona que não é um refugiado. Considera a sua partida como uma oportunidade de sobrevivência. Quando questionado sobre o que para ele é um refugiado responde que

“posso falar sobre os refugiados sírios porque os conheço, (...). Acredita em mim, o refugiado é uma pessoa que sofre tanto com uma situação que não consegue lidar mais com ela. A ideia não é apenas procurar melhorar o seu trabalho ou o seu nível de educação. É uma pessoa à procura de um lar, da sua dignidade, da sua liberdade.” (entrevista 3)

Referindo até, como aconteceu anteriormente, que conhece a razão e justificando a procura de refúgio,

“Conheço muitos sírios que são refugiados por muitas razões, alguns apenas para estudar, porque não têm permissão para fazer isso na Síria. Alguns deles não querem lutar contra outros no exército, então eles fogem porque pensam: ‘Não vou matar o meu irmão’. Então eles vão, não importa o que aconteça.” (entrevista 3).

“Por exemplo, se saís do teu país porque não consegues sustentar ou alimentar os teus filhos... não és um refugiado. Mas, se ficares no teu país provavelmente vais morrer. (entrevista 3).

Tal como muitos sírios ele também pensou que a sua travessia para um país seguro acabaria por ter de ser feita por mar e não pelo ar como acabou por acontecer,

“(...) eu não consigo falar fluentemente porque estou a sentir algo diferente, porque conheço amigos incríveis e muito inteligentes, capazes de fazer coisas incríveis. Mas nós perdemos muitos no mar, então eu sempre me despeço dos meus amigos porque eles vão, mas 50% deles não conseguirão. Então, na verdade, é muito difícil. Eu estava a pensar ir pelo mar, porque nunca carregaria uma arma e mataria alguém. Eu nunca faria isso. Eu preferia morrer a fazê-lo” (entrevista 3).

Nos relatos do Hussam são patentes as adversidades, o terror e o impacto a que estas pessoas se sujeitam, sejam elas refugiadas ou não provocadas pelo *Human Smuggling*:

“Eu tenho um amigo que passou sete dias fechado num carro na Turquia, o motorista fugiu e eles estavam lá, cerca de 200 ou 300 pessoas e ninguém sabia deles.” (entrevista 3)



“Também tenho um amigo que estava a viajar da Turquia para a Alemanha e perdemo-lo no mar. Houve uma mensagem para os seus pais no WhatsApp a dizer: ‘Estou na Turquia, estou a viajar para Moria’. Desde então, há oito anos, não ouvimos mais nada sobre ele. E os seus pais ainda acreditam que ele está a viver a sua vida, a estudar e outras coisas e que um dia os visitará!” (entrevista 3)

“Por exemplo, no ano passado, havia uma rota da Turquia para a Holanda. E precisavas de passar pela Bielorrússia. As pessoas lá eram... elas eram espancadas o tempo todo. Então, a ideia é... tu precisas de caminhar? Por três dias ou algo assim, durante esse tempo, serás espancado. Então, se escapares e conseguires chegar à Holanda, estarás dentro do país. Mas se caíres e eles te levarem para o hospital na Bielorrússia, por exemplo, ficarás preso lá.” (entrevista 3)

Anualmente, milhares de pessoas morrem durante o processo de *Human Smuggling* devido a acidentes, climas severos, condições de terreno e em alguns dos casos mortes deliberadas, a maior parte destas ocorre ao longo das rotas marítimas. Importa ainda considerar que os refugiados são também expostos a outras formas de crime, tais como, violência, violações, roubos, sequestros ou tráfico. Em algumas situações o esforço para obter lucro do smuggler, pode levá-lo a negligenciar a segurança dos migrantes durante a viagem (e.g. sair sem comida, utilizar veículos com defeito). (Maia, 2019, p.5)

“Então, quando alguém me pergunta se sou um refugiado, eu digo que não sou. (...) Eu ficaria muito orgulhoso se tivesse essa coragem de enfrentar, atravessar o país ou ir pelo mar. Mas, há pessoas que fizeram isso. Os refugiados são pessoas muito mais importantes do que eu (...) eu não sofri para chegar aqui. Eles sofreram muito para estar aqui, então eles merecem oportunidades muito mais do que eu. Eu não mereço o apoio do governo, mas o refugiado merece. E mesmo agora eu posso solicitar o apoio do governo, mas não o fiz porque há pessoas que realmente precisam e eu sei que se solicitar vou ocupar o lugar de alguém e vou conseguir porque não tenho nenhum recurso. Pelo menos eu tenho a universidade, tenho um lugar para morar, há pessoas a viver na rua ou em acampamentos.” (entrevista 3)

Não podemos deixar de referir, tal como no ponto 2, que o primeiro objetivo, de quem procura refúgio, consiste pura e simplesmente em escapar a um contexto que ameaça a sua vida, liberdade ou bem-estar. À luz de Soguk (1999, p.4), “Há mil experiências variadas de refugiados e mil figuras de refugiados cujo dignificados e identidades são negociados no processo de deslocamento no tempo e no espaço”.



A importância de contar e acreditar

Partilhar o vivido em contexto de conflito é de grande importância, pois possibilita que as experiências sejam partilhadas e compreendidas por outros, promovendo a empatia, a solidariedade e a procura por soluções pacíficas. “É muito doloroso para alguém que realmente sabe o que as pessoas sofrem. Eu penso que os sírios que escaparam da Síria têm um dever, eles devem de contar sobre o que se passa lá.” (entrevista 3). O sujeito que narra a sua história pode, no processo, experimentar o viés terapêutico em que a palavra é um eixo central. (Nogueira, et al. 2017, p. 479)

“Nós temos muitas histórias em nossas mentes, mas por muito tempo, em muitos casos. Sinto que as pessoas, eu sinto, na verdade tenho a sensação de que nenhum ser humano poderia ver ou saber o que está acontecendo nesses lugares, porque nenhum ser humano merece viver esse tipo de vida, nenhum ser humano. (...) Mas também tenho em mente que as pessoas devem conhecer esse tipo de problemas porque precisamos nos ajudar. Não está relacionado a países ou nacionalidades, está relacionado à nossa continuidade neste mundo. Podemos fazer coisas juntos e todos podem melhorar juntos. (...) Então, sinto que temos uma missão, nós sírios ou outras pessoas que escaparam dos seus países, de advogar pelo que se está a passar.” (entrevista 3)

A partilha do vivido em contexto de conflito pode ser uma forma de, por exemplo, o refugiado exercer o seu papel de cidadão e promover mudanças sociais. É essencial sublinhar que a “partilha do vivido” pelo refugiado é algo positivo para a comunidade de acolhimento. Através do papel do refugiado como “narrador” da sua história e em relação com a comunidade de acolhimento que faz com que esta seja consciente, se desenvolva, se transforme. A essência de uma comunidade, de uma cultura é a própria transformação... caso contrário morre. O papel do refugiado é então um papel essencialmente necessário. A sua cidadania começa a exercer-se quando narra a sua história no seio da comunidade de acolhimento... fazendo-a crescer e transformar-se. Para tal é necessário que uma oportunidade como esta, de fazer ouvir a sua voz e nela, a sua visão do mundo, lhes seja dada, a ele e a todos aqueles que tiverem o privilégio de poder partilhar de uma forma tão próxima, aquelas que são as suas vivências, as suas memórias, as suas vidas. (Pinho, 2022, p.30)

Múltiplas são as experiências adversas a que os participantes são expostos desde o abandono do seu país de origem à chegada a outro país e o impacto destas experiências adversas reflete-se em emoções negativas como o medo, o stress e, em alguns dos casos,



poderá manifestar-se através de sintomas de depressão, ansiedade e perturbação de stress pós-traumático (Barbosa, 2022, 40).

Hussam, tal como referimos no ponto 1 e 4, narra a importância de negar a política assistencialista e procurar reconhecer os refugiados como agentes ativos de mudança.

Eles são humanos, têm mente, e se lhes derem a oportunidade, eles farão coisas incríveis. Mas ninguém faz isso.” (entrevista 3)

“Precisamos fazer com que elas tenham a certeza de que acreditamos nelas. (...) sei que há muitas pessoas, tenho amigos na Alemanha, até mesmo amigos próximos que estão lá há sete anos e não estão a fazer nada. Mas também sei que a maioria deles perdeu alguém da sua família. E é muito difícil para eles recuperar, mesmo que passem três anos, não é suficiente. Estamos traumatizados, estamos traumatizados. A maioria dos sírios, tenho a certeza disso, fecham os olhos e começam a ver as coisas que aconteceram na Síria.” (entrevista 3)

É necessário fazer com que o outro sinta o poder de continuar a história. À luz de Rosário Suarez²⁴ “As pessoas não necessitam ser salvas, precisam de relembrar e conhecer a sua própria capacidade para fazer-se responsável da sua vida!”.

“E quando fazes o oposto, quando fazes com que eles sintam que lhe estás a tirar as oportunidades e que eles não são capazes de fazer nada, eles também dirão: oh, eles estão certos, não estamos a fazer nada. (...) com certeza, que todos esses refugiados faziam coisas incríveis nos seus países. E se tivessem a oportunidade lá, nunca viriam para cá. Porque é que alguém deveria deixar a sua casa? Eu não sairia se não fosse necessário. E especialmente os refugiados, porque eles sabem que viverão numa classe mais baixa, não encontrarão um emprego incrível, uma universidade incrível. Mas mesmo assim, decidem: ok, mas é o melhor para nós.” (entrevista 3)

É essencial que uma oportunidade como esta, de fazer ouvir a sua voz e, nela, a sua visão do mundo, lhe seja dada, a eles e a todos aqueles que tiverem o privilégio de poder partilhar, de uma maneira tão próxima, aquelas que são as suas vivências, as suas memórias, as suas vidas. “Só assim é possível, de facto, conhecer e respeitar verdadeiramente aquela que é a essência da dignidade humana. (Pinho, 2022, p.30) Ao analisar com atenção a sua história e contexto que a emoldura, acreditamos que se torna clara a perceção de que as suas escolhas não foram, na verdade escolhas, senão imposições das circunstâncias, sendo, portanto, um migrante forçado, um refugiado, que não se

²⁴ Palavras proferidas por Rosário Suarez – Coordenadora de Saúde Mental da JRS Portugal - durante uma formação de “Saúde Mental na Integração de Imigrantes e Refugiados”, Porto, março 2022.



enquadra no conceito da forma que é usualmente utilizado, mas não deixa de o ser, tendo em conta as suas vivências e o seu percurso.

Destes dados sobressaem os seguintes pontos para reflexão:

CATEGORIA – As raízes familiares e as conexões com a terra natal

- O esfiapar do tecido comunitário (familiar e multissistémico) como enfraquecimento individual;
- A família e o seu trabalho no Jesuit Refugee Service (JRS) como conectores com a sua terra natal e significadores de sentimento de “casa”.

CATEGORIA – A Vida em Damasco – antes do processo de fuga

- O Jesuit Refugee Service como espaço socializador, de suporte social e comunitário;
- A inflexibilidade do atual conceito de refugiado.

CATEGORIA – A migração forçada

- O conflito armado, as violações dos Direitos Humanos e o serviço militar obrigatório;
- A decisão de deixar a Síria e o início da destituição do sentimento de pertença.

CATEGORIA – O acolhimento, a inclusão em Portugal e as representações de casa

- Obstáculos à inclusão e acolhimento dos refugiados: a língua, dificuldades em encontrar emprego, ausência de privacidade/ liberdade de escolha;
- Facilitadores à inclusão e acolhimento dos refugiados: dignidade, rede de suporte social, o direito de voltar a sonhar, sentimento de pertença e a hospitalidade;
- O perigo da história única associada ao refugiado;
- Um Ser Humano que possui uma “bagagem” carregada de ausência. A ausência de língua, trabalho e relações;
- Necessidades para poder se sentir em casa: sentimento de pertença através da língua (entender e ser entendido) e os amigos (forte amizade), bem-estar e suporte social através da privacidade, liberdade de escolha, emprego e amigos;



CATEGORIA – Sonhos e futuro

- A oportunidade: a oportunidade de nos sentirmos dignos, a oportunidade de sobrevivência, a oportunidade de sonhar, a oportunidade para “ser alguém”;
- A ausência de sentimento de pertença.

CATEGORIA – Representações pessoais sobre a condição de refugiado

- O entrevistado não se considera refugiado. Viu na sua partida uma oportunidade de sobrevivência;
- O discurso contrastante de como é claro que os deslocados internos sejam refugiados, mas aciona mecanismos de desmerecimento e culpabilidade interna face à sua condição;
- Situações diferenciadas na saída do país de origem (a diferença entre a sua travessia e a dos amigos), pode levá-lo a interpretar a dor de outra forma;
- O objetivo de quem procura refúgio consiste em escapar a um contexto que ameaça a sua vida, liberdade ou bem-estar;
- A importância de assumir que há variadas experiências de refugiados e imensas figuras de refugiados.

CATEGORIA – A importância de contar e acreditar

- A importância de negar a política assistencialista reconhecendo os refugiados como agentes ativos de mudança;
- A importância de dar ao refugiado a oportunidade de ter voz e de ser ouvido, apresentar a sua visão do mundo, dando-lhe a oportunidade de exercer o seu papel de cidadão e promotor de mudanças sociais.

7.2 – “Deixar o Mundo sempre um pouco melhor!” – *Focus Group* Jovens do Corpo Nacional de Escutas

“...a procurar a sua própria Felicidade
e a contribuir decisivamente para a dos outros!”

excerto Programa Educativo do Corpo Nacional de Escutas

No que respeita à amostra dos jovens da comunidade de acolhimento, foi selecionado um grupo 10 de jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos, do Agrupamento 8 de Águas Santas, Porto -Portugal pertencentes ao Corpo Nacional de



Escutas. É importante também sublinhar que este grupo de jovens é um grupo particular, já que o facto de terem sido expostos à formação nestas temáticas, através do escutismo, as perspectivas, por eles apresentadas, não serão as de todos os jovens, sendo esta enviesada no positivo. Tornando-se assim um real testemunho da importância e dos efeitos positivos da educação para a interculturalidade desde cedo na formação integral das crianças/jovens.

A dinamização do *focus group* com os jovens da presente amostra envolveu 2 sessões de duas horas cada, onde o uso de material didático (música, cartolinas e jogos) foram um complemento ao guião de entrevista aberta (anexo 3).

A primeira sessão com o objetivo geral de debater o conceito “Casa” e o sentimento de pertença. Como objetivos específicos procuramos: a criação de um momento com o grupo sobre o elemento “casa” (partindo do conceito familiar e depois seguindo para o sentido mais abrangente); Buscamos também debater com o grupo as representações em torno do sentimento de pertença bem como fomentar o espírito crítico dos participantes e promover o crescimento individual de cada participante.

A segunda sessão teve como objetivo geral a desconstrução de estereótipos relativos aos refugiados e imigrantes. Como objetivos específicos: atentamos em dar a conhecer o conceito de refugiado, promovendo a desconstrução de mitos e estereótipos relacionados com refugiados, fomentando desta forma o espírito crítico dos participantes proporcionando um espaço em que estes se possam envolver emocionalmente e tenham vontade de agir, sensibilizar para a inclusão das pessoas refugiadas nas comunidades, consciencializar que as atitudes e os preconceitos sobre as outras pessoas podem levar à sua exclusão e, portanto, à violação dos seus direitos, sensibilizar para os sentimentos, emoções e necessidades de quem tem que deixar o seu país e estabelecer-se num país estrangeiro e entender a necessidade de compreender novas perspectivas que gerem respostas mais enriquecedoras e benéficas para quem acolhe e para quem é acolhido.

Utilizando a análise de dados – conforme já abordado no enquadramento metodológico, *focus group*, partimos de uma organização da informação em categorias, algumas prévias que se articulam com as utilizadas na história de vida, com vista à posterior comparação dos dados e outras emergentes dos dados em si. Passamos a apresentar em traços gerais essa mesma categorização:



Categoria 1 - O acolhimento, a inclusão em Portugal e as representações de casa

Preconceitos; obstáculos ao acolhimento e inclusão; facilitadores à inclusão e acolhimento e representação de casa.

Categoria 2 - Representações pessoais sobre a condição de refugiado

Conceito de refugiado e problemáticas associadas à condição de refugiado no Mundo Contemporâneo.

Torna-se importante referir que no final de cada categoria decidimos elencar os dados que sobressaíram e que levantaram questões para reflexão. Os nomes foram codificados (de J1, J2 até J10), de forma a proteger os dados dos participantes.

CATEGORIA 1- O acolhimento, a inclusão em Portugal e as representações de casa

SUB-CATEGORIA 1.1 – Estereótipos

Os estereótipos são crenças gerais sobre a espécie humana e, nomeadamente, sobre a frequência e variabilidade de um dado traço de personalidade da população. Os indivíduos recorrem a elas para se julgarem a si e aos outros, para explicar ou predizer um comportamento, o dos outros indivíduos e o grupo de indivíduos. (Miranda, 1996, p.111). Desta forma, achamos importante perceber que estereótipos os jovens consideram serem associados aos refugiados. Questionados sobre quais os estereótipos que são associados aos refugiados os jovens referem:

O primeiro a ser mencionado foi “Terroristas” (J3), mencionando a forte associação dos refugiados ao terrorismo. Baseado em generalizações que alimentam o medo e a desconfiança por parte da comunidade de acolhimento. Outros estereótipos mencionados foram “malta que nos vem roubar os trabalhos” (J4) e “mão de obra barata” (J9) e “pessoas pouco qualificadas” (J3) – estes estereótipos retratam os refugiados como uma ameaça económica desvalorizando as suas habilidades e contribuições. Além disso, alguns jovens mencionaram a associação dos refugiados à “pobreza” (J5) e à ideia de “serem transmissores de doenças” (J7). Estereótipos estigmatizantes que contribuem para a marginalização e discriminação, reforçando a visão de que são uma carga para a economia e sociedade de acolhimento. E por fim, a visão de que todos os refugiados “são todos muçulmanos” (J7) levando a uma generalização simplista que não conhece a diversidade de origens e crenças religiosas dos refugiados, perpetuando estereótipos religiosos e culturais. Este último comentário levanta a questão de como a exposição repetida a uma



única narrativa sobre um grupo de pessoas pode criar estereótipos e limitar a nossa compreensão e empatia. Ao ser-nos apresentada apenas uma faceta de uma cultura ou grupo sem o procurarmos investigar, corremos o risco de perpetuar estereótipos e ignorar a riqueza e diversidade das suas histórias. Uma vez que “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie, 2019, p. 22). No final da discussão, um dos jovens trouxe à tona um ponto, a nosso ver, crucial: “o problema da nossa sociedade é que julgamos antes de conhecer as pessoas” (J6). Esta observação ressalta a tendência humana de formar opiniões e estereótipos com base em informações limitadas ou preconceitos. Desta forma, parece-nos essencial reconhecer o problema da história única e procurar uma visão mais ampla e inclusiva dos refugiados. Tal como referido no ponto 4, devemos desafiar os estereótipos, promover a diversidade e a inclusão, e valorizar as contribuições únicas que cada indivíduo traz consigo, independentemente de sua origem ou status.

CATEGORIA 1 - O acolhimento, a inclusão em Portugal e as representações de casa

SUB-CATEGORIA 1.2– Obstáculos à inclusão e acolhimento

No que diz respeito aos obstáculos à inclusão e acolhimento, os jovens identificaram algumas questões significativas. J10 mencionou a “fragilidade emocional” como um obstáculo à inclusão. Tal como referido no ponto 4 deste trabalho o sofrimento associado à condição de refugiado, seja pelas condições pré e pós migratórias, é evidente, podendo trazer consequências mais ou menos graves para a saúde mental destas pessoas. A experiência de se tornar um refugiado pode ser extremamente desafiadora e muitos enfrentam dificuldades emocionais decorrentes de traumas passados, separação familiar e incertezas em relação ao futuro. Essas questões emocionais podem impactar negativamente a sua capacidade de se incluir e sentir pertencente a numa nova comunidade. No entanto é necessário ter em atenção que o sofrimento da pessoa refugiada e as suas necessidades específicas no contexto dos locais de exílio pode levar a uma interpretação destas pessoas de uma maneira estereotipada, reduzindo-as à condição de vítima. (Pinto, 2022, p.6).

Além disso, J9 refere a perceção que muitas vezes a comunidade de acolhimento tem de que ao serem refugiados limita a suas oportunidades na vida “de que já não vão conseguir ser alguém”. Para que esta situação seja reduzida é necessário, tal como explorado no ponto 1, criar oportunidades de envolvimento e participação comunitária. Como referiu Peter Ventevogel, no vídeo do UNHCR (2017)

“Eu surpreendo-me com a resiliência dessas pessoas e com a forma que elas são capazes de seguir e prosperar no meio de tantas adversidades (...) A questão é que temos de incentivar



isso (...). Nós podemos propiciar meios para que façam mais. Percebemos algumas mudanças na forma como a assistência tem sido oferecida na forma como nós – agora mais que nunca – discutimos o envolvimento de refugiados nas respostas humanitárias”.

A “barreira linguística” foi apontada como um obstáculo pelo J4. Tal como referimos no ponto 4, a falta de fluência na língua do país de acolhimento pode dificultar a comunicação, o acesso a serviços e oportunidades de emprego. Destacamos este obstáculo pois conseguir expressar-se na língua do país de acolhimento é fundamental para a inclusão, acolhimento e participação ativa na sociedade. A dificuldade em encontrar um emprego foi outra questão destacada, desta vez pela J3. A falta de experiência profissional local, a falta de reconhecimento das qualificações obtidas nos seus países de origem, sem falar a língua local, muitas vezes sem falar inglês e ainda a discriminação no mercado de trabalho podem dificultar a obtenção de emprego estável e bem remunerado, tal como referido no ponto 4 da fundamentação.

Estas questões destacadas pelos jovens evidenciam a importância de abordar os obstáculos à inclusão e acolhimento dos refugiados. Desta forma torna-se fundamental que reconheçam as vozes dos refugiados, tornando-as ativas e escutadas, uma vez que a inserção de refugiados no envolvimento de ações de inclusão é o meio mais eficaz para a realização de uma vida digna onde se respeitem na realidade os direitos humanos.

CATEGORIA 1 - O acolhimento, a inclusão em Portugal e as representações de casa

SUB-CATEGORIA 1.3 – Facilitadores à inclusão e acolhimento

Durante o *focus group*, os jovens destacaram diversos pontos importantes no que diz respeito ao acolhimento e inclusão de refugiados. Um dos jovens ressaltou a importância da hospitalidade “Quando chegas a casa de alguém o mais importante é o acolhimento daquelas pessoas” (J6), esta perspetiva sublinha a importância de tratar os refugiados com empatia e compreensão reconhecendo a sua dignidade e oferecendo-lhes suporte social. Tal como referido no ponto 4 os lugares de hospitalidade são lugares de pertença e de afirmação identitária, mas são também e forçosamente, lugares de abertura e de acolhimento. Conectado com o comentário anterior do J6 outro jovem destacou a importância de pensar na situação dos refugiados colocando-se no lugar deles “Temos de pensar e se fosse connosco.” (J9).

Os jovens também enfatizaram a importância de acolher os refugiados de uma forma adequada, tendo em conta a forma como são recebidos “Nunca se vai conseguir evitar as migrações. Mas podemos ter em conta a forma como os acolhemos.” (J4). Isto



parece destacar a necessidade de adotar políticas e práticas que promovam o bem-estar e o suporte social aos refugiados, tal como tocado no ponto 4.

O sentimento de pertença também foi mencionado pelo grupo como um facilitador ao acolhimento e inclusão dos refugiados. Os jovens destacaram a importância de serem ouvidos e terem voz “É ouvir e ser ouvido. Porque podemos ter voz e não sermos ouvidos.” (J2), de sentirem que fazem parte de algo maior “é sentir que fazemos parte de algo” (J1). Isso reitera a necessidade de criar espaços inclusivos onde os refugiados possam expressar-se, ser cidadãos ativos e participativos da comunidade de acolhimento.

No que diz respeito à educação para a paz, os jovens demonstraram uma visão aberta e solidária. Enfatizaram que Portugal não deve recusar a entrada de refugiados (J8) e destacaram a importância da cooperação entre os países para ajudar aqueles que estão à procura de proteção (J3). Estas perspetivas dos jovens, refletem a importância da promoção de uma cultura de paz, tal como apresentado no ponto 4, tendo por sua base valores referentes à harmonia social, justiça e igualdade, os direitos humanos e diversidade.

Destacam também a importância de uma abordagem humanitária e compassiva no acolhimento aos refugiados, ao adotar uma postura de hospitalidade, de bem-estar e suporte social, promover o sentimento de pertença e valorizando a educação para a paz, com vista a construir uma sociedade mais inclusiva, justa e solidária para todos.

CATEGORIA 1- O acolhimento, a inclusão em Portugal e as representações de casa

SUB-CATEGORIA 1.4 – Representação de casa

Sentir-se em casa é muito mais do que apenas ter um lugar físico para viver. Para estes jovens é um “sentimento profundo de pertença” (J6), “amor” (J5), “segurança” (J1) e “confiança” (J9). Casa é um lugar onde podem encontrar “sorrisos” (J3), “partilhar momentos” (J7) e estar “rodeados de pessoas descontraídas e acolhedoras” (J4). No entanto, eles também destacaram o que não consideram como casa. A “violência” (J5), seja física ou psicológica, a “crítica desconstrutiva” (J1), o “julgamento” (J7) e a “falta de entrega” (J8) também são elementos que, para este grupo de jovens, não são bem-vindos num ambiente ao qual desejam chamar de casa. Ser “posto de parte” (J2), sentir “falta de respeito” (J9), ouvir “gritos” (J3) e receber “olhares de lado” (J4) são atitudes que destroem a sensação de segurança e confiança que tal como é referenciado no ponto 4 deste trabalho é essencial.

Ao serem questionados se gostariam de partilhar com os restantes participantes relativamente a pessoas, lugares ou ambientes que os façam sentir em casa, o grupo



respondeu positivamente. Apesar de só 8 em 10 tivessem participado, podemos destacar os seguintes comentários: para alguns, o escutismo é uma parte essencial desta representação “Quando vamos acampar sinto-me confortável” (J1), “Agrupamento obviamente” (J2), “O agrupamento” (J8), “escuteiros” (J6), “as férias de campo” (J5) dando a entender ser um espaço onde se sentem valorizados, respeitados e incluídos.

Os amigos também desempenham um papel fundamental na representação de casa “Coloquei os meus amigos” (J2), “Coloquei amigos” (J3), “Coloquei os meus amigos.” (J5), “Amigos” (J6). Desta forma os jovens transmitem que estarem cercados de pessoas com quem podem partilhar momentos de alegria, confidências e apoio mútuo é importante para se sentirem em casa.

A família também foi mencionada como um elemento que fazia os jovens sentirem-se em casa. Muitos mencionam os avós (J1, J2 e J5) ou outros membros da família (J5, J6 e J8), demonstrando que é neste ambiente que muitos jovens encontram o amor e o apoio incondicionais que os fazem sentir-se em casa.

Além de pessoas, os lugares também são significativos na representação de casa. Diversos jovens mencionaram lugares específicos como Drave (J2), Miragaia (J3) e Lavra (J5), revelando que estes lugares têm um significado especial nas suas vidas, seja por terem crescido lá ou por trazerem memórias afetivas. Mas também a natureza, a praia, o pôr do sol “Gosto porque quando preciso faz-me bem” (J1) e até mesmo a contemplação das estrelas “Ver as estrelas e o conforto que isso tem” (J3) são momentos que, para estes jovens, proporcionam conforto e ligação com o seu interior.

E por fim, a representação de casa está intrinsecamente ligada a sentimentos de liberdade (J7), acolhimento (J6), amor (J2), união (J6), conforto (J8), segurança (J8) e autenticidade “Porque tudo o que me faça sentir eu, é sinal de que estou em casa” (J8). Podemos referir que estes sentimentos são encontrados no escutismo, nos amigos, na família, em lugares especiais e na natureza. Quando estes elementos estão presentes os jovens do grupo sentem-se em casa, cercados por pessoas e ambientes que os fazem sentir amados, valorizados, pertencentes a algo, conectados e em paz consigo mesmos.

Destes dados sobressaem os seguintes pontos para reflexão:

- Obstáculos à inclusão e acolhimento dos refugiados: a língua, dificuldades em encontrar emprego, fragilidade emocional e a perceção da comunidade de que ser refugiado é uma fatalidade permanente;



- Facilitadores à inclusão e acolhimento dos refugiados: hospitalidade, acolhimento de forma adequada (bem-estar e rede de suporte social), sentimento de pertença e valorização da educação para a paz;
- As representações de casa são encontradas no escutismo (grupo de pertença), família, amigos e lugares especiais (associados a boas memórias);
- O perigo da história única associada aos refugiados.

CATEGORIA 2 – Representações pessoais sobre a condição de refugiado

SUB-CATEGORIA 2.1 – Conceito de Refugiado

No que diz respeito ao conceito de refugiado os jovens expressam opiniões diversas, embora todas remetam para o direito a ter direitos, ou seja, a valorização dos direitos humanos. J7 define como pessoas que “procuram dignidade”, a J10 que “são lutadoras”, referindo-se a todo o percurso migratório desde a decisão de partida até a chegada ao país de acolhimento. O J6 deixa os restantes falarem e exprime “São pessoas...e isso basta!”. Que leva o coletivo a expressar “é isso mesmo!”. E o J4 completa com a seguinte frase “Se virmos bem desde o início da humanidade que nós eramos nómadas. Vamos estar sempre a sair de um sítio para o outro.”. A J3 alerta os colegas para o alargamento a novas definições

“Agora também podemos falar em refugiados climáticos. Por exemplo há países que estão em seca extrema as pessoas vão ser obrigadas a sair não por causa da guerra, mas por falta de água/alimentação. E, se calhar, vai haver guerras por causa da água.”

Ao realizarem a atividade, alguns jovens lembraram a experiência que tinham tido quando abordaram a mesma temática anteriormente, com 11/13 anos de idade, referindo que para todos eles tinha sido a primeira vez que haviam ouvido falar em refugiados. Demonstrando ser impulsionados por uma procura pela justiça e igualdade, identificar a procura pela dignidade, a luta, a conexão histórica com a migração e a aceitação e a valorização da humanidade como pontos-chave. Não podemos deixar de sublinhar este último ponto através da opinião do J6 que destaca que os refugiados são pessoas e que isso é o suficiente, sendo apoiado pelo coletivo. Tal como refere Pinho (2022, p.30) “Só o reconhecimento do outro como igual, permite ao Ser Humano olhá-lo como seu semelhante e atribuir-lhe os mesmos direitos, as mesmas capacidades, as mesmas oportunidades”.



CATEGORIA 2 – Representações pessoais sobre a condição de refugiado

SUB-CATEGORIA 2.2 – Problemáticas associadas à condição de refugiado no Mundo Contemporâneo

Durante a sessão os jovens identificaram algumas problemáticas relativas à condição de refugiado, como por exemplo o funcionamento do acolhimento. Um dos participantes mencionou que “Nós temos aldeias vazias” (J4), indicando que existia falta de utilização de espaços disponíveis para receber os refugiados. Outro participante ressaltou, “Mas é preciso dar serviços a essas pessoas” (J8) e a J3 completa, “Mas nem os portugueses querem ir para lá que lata temos nós para obrigar os outros a irem” dando a entender a sensibilidade para a importância de fornecer serviços adequados para as pessoas, reconhecendo a necessidade de apoio e assistência. A visão levantada pela J3 levanta questões sobre como garantir uma distribuição justa e equitativa do acolhimento, considerando as necessidades e capacidades de cada região do país.

Outra problemática abordada pelo grupo foi o tráfico humano. Durante a discussão o grupo foi falando das dificuldades pelas quais os refugiados passavam e que eles já tinham ouvido falar. Surgiram observações desde o pagamento de valores elevados sem saberem se vão chegar ao destino (J7) até à violência física e emocional que sofrem durante a travessia (J10). A J3 partilhou com o grupo “Como sabem eu fiz há pouco tempo um espetáculo sobre migrações e uma parte do texto do texto dizia para eles deitarem a documentação ao mar e quando chegassem a terra dizerem que são refugiados de guerra para terem mais probabilidade de serem aceites”. Esta situação evidencia, tal como no ponto 4 deste trabalho, a vulnerabilidade dos refugiados e as estratégias por eles adotadas para poderem encontrar segurança e proteção.

Os jovens apontaram também diferenças no acolhimento. Enquanto discutiam sobre acolhimento a J9 refere, “Mas eles acabam por ter muito apoio. A minha mãe no IEFP recebeu imensos ucranianos”. A partir desta afirmação a discussão tomou um novo rumo. O J3 responde “Essa é a cena é que são ucranianos.”, ao qual J6 questiona, “Mas são tratados de uma forma diferente?”. A J3 retorque com “Porque são europeus, brancos, loiros de olhos azuis.”. O J4 acrescenta “O pessoal viu a receção aos ucranianos de forma positiva. Olha a câmara da Maia, alugou camionetas para ir buscá-los”. J3 dirigindo-se ao grupo questiona “Pensem na quantidade de estereótipos que existem sobre os ucranianos e os que existem das pessoas africanas ou do médio oriente? Tu lêes notícias do Jornal de Notícias, ou vês no telejornal todos os dias notícias sobre a guerra na Ucrânia. Há quanto tempo não vês algo dos conflitos que há no Medio Oriente?” O J4 responde “A Rússia



também os atacou do nada”. A J3 responde “Todo o apoio e facilidade de acesso a certas coisas que os ucranianos têm que os restantes não têm e sabemos que não virão a ter.” O J4 termina o debate com a seguinte frase “As coisas só mudam, quando os problemas afetam a Europa”. Ao analisarmos esta conversa podemos observar a perceção dos jovens para a diferença no acolhimento entre os refugiados de diferentes nacionalidades. A J3 sublinha o facto de isso acontecer provavelmente por serem europeus, brancos, loiros de olhos azuis. Levantando questões sobre a existência de estereótipos e preconceitos em relação a diferentes grupos de refugiados relativamente ao acolhimento. Destacamos ainda, a perceção mediática apontada pela J3 que nos faz refletir sobre a influência dos media na construção de estereótipos e na forma como diferentes situações de conflito são retratadas. E por fim o privilegiamento da Europa quando o J4 menciona que as coisas só mudam quando os problemas afetam a Europa. Levantando questões sobre a desigualdade no tratamento e na resposta aos refugiados. Tal como refere Silva, citando Ghadakpour:

“(…) os refugiados ucranianos estão sendo bem acolhidos e como ele gostaria que o mesmo tratamento fosse dado aos refugiados sírios. (...) também afirmou que ambas populações em ambos conflitos estão sofrendo com a falta de respeito aos direitos humanos, onde civis não estão em nenhum momento seguros”. (Silva, 2022, p.25)

Todos os pontos referidos anteriormente parecem reforçar a importância de uma abordagem mais justa e igualitária no acolhimento e na resposta aos refugiados.

Destes dados sobressaem os seguintes pontos para reflexão:

- A perceção dos jovens para a diferença no acolhimento;
- Valorização dos direitos humanos olhando para o refugiado como seu semelhante;
- A importância de fornecer serviços adequados no apoio ao acolhimento e inclusão;
- A sensibilidade dos jovens para a vulnerabilidade dos refugiados e as estratégias por eles adotadas para poderem encontrar segurança e proteção.

7.3 – Análise e reflexão dos resultados obtidos

“Os cientistas dizem que somos feitos de átomos,
mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias!”

Eduardo Galeano

Tendo em consideração a temática deste trabalho, é para nós importante iniciar esta análise e discussão pelas **representações pessoais** dos sujeitos de estudo **sobre a condição**

de refugiado. Desde a primeira conversa que Hussam refere que não é um refugiado, “(...) eu não mereço ser um refugiado. (...) Eu não sinto vergonha de ser um refugiado, mas eu não mereço” (entrevista 3). Definindo-o como sendo “uma pessoa à procura de um lar, da sua dignidade, da sua liberdade.” (entrevista 3). Tal como o grupo de jovens, que define como pessoas que “procuram dignidade” (J7) e que “são lutadoras” (J10). O J6 comenta que “São pessoas... e isso basta!”. Parece-nos relevante destacar a sensibilidade dos jovens. Uma das principais razões para a sensibilidade poderá ser o fácil acesso às informações e à diversidade cultural. É importante destacar também o papel do escutismo, tal como referido no ponto 5 deste trabalho, no âmbito do qual a diversidade faz parte dos princípios e valores do movimento escutista.

Um outro ponto importante de abordar é a **inflexibilidade do conceito de refugiado** e a necessidade de alargamento a novas definições. Segundo Soguk “Há mil experiências variadas de refugiados e mil figuras de refugiados cujo significados e identidades são negociados no processo de deslocamento no tempo e no espaço” (Soguk, 1999, p. 4). Isto é, não podemos definir um “modelo” fechado relativamente a quem “merece” receber o estatuto de refugiado, é necessário alargar a novas definições, tendo em consideração a sua experiência particular ou condicionalidade histórica. Tal situação foi mencionada pela J3 “Agora também podemos falar em refugiados climáticos” e pelo Hussam quando refere que “Para a ONU, são deslocados internos, mas, sinceramente, se olharmos para a crise humanitária, eles são refugiados” (entrevista 2). O discurso do Hussam leva-nos a analisar o contraste de como é claro para ele que os deslocados internos são refugiados, mas aciona mecanismos de desmerecimento e culpabilidade interna face à sua condição. Mas ao ver-se como individuo não é merecedor dessa clareza acabando por, na nossa opinião, relativizar, o seu sofrimento à escala da miséria que viu: “Então quando alguém me pergunta se sou refugiado eu digo que não sou. (...) Os refugiados são pessoas muito mais importantes do que eu (...) eu não sofri para chegar aqui” (entrevista 3). Poderá o facto de ter usufruído de uma situação diferenciada na saída do país de origem, relativamente por exemplo aos seus amigos, levá-lo a interpretar a dor uma outra forma? Possivelmente, dando a entender que não se encaixa na própria representação de refugiado. No entanto, não podemos deixar de referir, novamente, a seguinte frase, para ele um refugiado “(...) É uma pessoa à procura de um lar, da sua dignidade, da sua liberdade” (entrevista 3). Desta forma, podemos considerar que esta frase vai ao encontro dos seus motivos para deixar a Síria e procurar refúgio em Portugal. A procura de um lar, no país de acolhimento; a dignidade que segundo as suas palavras, encontrou em Portugal e, principalmente a sua liberdade. A liberdade de habitar num país seguro, onde pode voltar a



sonhar e a qual poderá viver sem ser forçado ao recrutamento militar e consequentemente à participação num conflito armado.

Além da inflexibilidade do conceito de refugiado achamos ainda importante sublinhar a problemática levantada pelo grupo de jovens quanto à **diferença do acolhimento** entre refugiados europeus e refugiados do médio oriente. É relevante ressaltar que o modo como foram tratados os refugiados ucranianos é uma exceção, devendo servir como base para receções a refugiados de diferentes nacionalidades, e demonstrar que é possível sim, rececioná-los de uma forma digna. Evitando assim observações como a do J4 “As coisas só mudam quando afetam a Europa”. Visto que a maneira como tratamos os seres humanos mais vulneráveis diz mais sobre nós, sociedade portuguesa, do que sobre aqueles que procuram Portugal como destino.

Seguindo a linha da problemática associada à condição de refugiado achamos importante analisar a referência dos sujeitos aos **obstáculos ao acolhimento e inclusão**, começando pelo **assistencialismo**, tendo sido este considerado pelos sujeitos a par da língua, do acesso ao emprego e da discriminação. É para nós um obstáculo que merece reflexão na medida em que este limita e estagna quase como um “penso rápido” que bloqueia a saída de sangue, mas não cura, ou seja, dá assistência, mas não vai ao encontro das verdadeiras necessidades dos refugiados sejam elas individuais ou comunitárias. É importante sublinhar que não nos referimos à assistência por emergência, aquela dada na primeira linha, mas sim aquela que promove assistência momentânea e pontual aos membros mais carenciados de uma sociedade, sem que se combatam as causas dessa situação. Hussam refere que “Eles [refugiados] são humanos, têm mente e, se lhe derem a oportunidade, eles farão coisas incríveis. Mas ninguém faz isso.” (entrevista 3). Indo assim ao encontro do referenciado por Santinho:

“Nega-se-lhes o reconhecimento da capacidade de resiliência, negam-se-lhes os conhecimentos e até as capacidades pessoais e profissionais que possuíam nos seus países de origem e, portanto, a capacidade para intervirem ativamente na sociedade, silenciando-lhes as vidas, as narrativas de sofrimento e os discursos de reivindicação social.” (Santinho, 2013, p.27)

Durante a sessão de *focus group* J9 refere a perceção que, muitas vezes, a comunidade de acolhimento tem de que, ao serem refugiados, terão diminuídas as suas oportunidades na vida, “de que já não vão conseguir ser alguém” (J9). Hussam reforça a ideia de que “precisamos fazer com que elas tenham a certeza de que acreditamos nelas. (...) com certeza, que todos esses refugiados faziam coisas incríveis nos seus países”



(entrevista 3). De modo a incluir em equidade e oferecer caminhos que os possam empoderar. No entanto, tal como referido, este apoio poderá ser negado se não tiverem acesso, por exemplo, à aprendizagem da língua portuguesa, programas de formação ou qualificação profissional.

Na nossa opinião deverão ser criadas medidas para possibilitar que os refugiados possam participar ativamente na comunidade de acolhimento (orientando-os para a importância de intervir com a comunidade) diminuindo assim a visão de vítima e assistencialista, abrindo espaço para a intervenção comunitária. Tal como referenciado, fazer dos indivíduos, dos grupos e das comunidades participantes ativos do seu processo de emancipação e desenvolvimento pessoal/coletivo.

Tal como referido anteriormente a **discriminação** foi também considerada como um obstáculo pelos sujeitos de estudo. Achamos importante analisar este tópico tendo em conta a sua grande influência no processo de inclusão. Apesar de o Hussam narrar não se sentir discriminado e que os episódios por si referidos são fruto de “algumas pessoas têm uma imagem prévia dos estrangeiros”(entrevista 2), achamos importante refletir tanto sobre a visão dele como a dos jovens. Quando os jovens são questionados sobre estereótipos que possam estar relacionados com refugiados o J3 menciona “terroristas”, da mesma forma que o Hussam refere “(...) Ela disse que eu era da Síria, mas que não parecia um terrorista” (entrevista 2). Desta forma podemos refletir como a comunidade de acolhimento poderá olhar para os refugiados associando-os ao terrorismo baseando-se apenas em generalizações que só aumentam o medo e a desconfiança. Os jovens referiram também estereótipos relacionados com o acesso ao emprego e subvalorização da experiência e formação dos refugiados “pessoas pouco qualificadas” (J3), “mão de obra barata” (J9) e “malta que nos vem roubar os trabalhos” (J4) estes estereótipos vão ao encontro do abordado anteriormente, que os refugiados poderão ser retratados como uma ameaça económica e verem desvalorizadas as suas competências. O J7 expôs a visão de que todos os refugiados “são muçulmanos”, tal como o Hussam relata: “(...) Quando cheguei aqui e disseram... ah tu és cristão? Sim. Então, se és cristão, vais à igreja? (...)eu estava a dizer que a minha bebida preferida era whisky...e eles dizem..., mas tu és sírio. (...)” (entrevista 2).

Perante o exposto anteriormente podemos refletir sobre perpetuação de estereótipos religiosos e culturais devido à generalização simplista que se poderá encontrar na comunidade de acolhimento caso esta não conheça a diversidade de origens e crenças religiosas dos refugiados. Não podemos deixar de referir que a comunicação social



desempenha um papel extremamente importante neste processo de construção de “barreiras entre nós e eles, principalmente, na reprodução de representações sobre outros, com quem o público não tem contacto direto. (Rock, 1981, citado em Bird & Dardenne, 1999, p. 268). Sobre esta questão, a escritora Chimamanda Adichie denomina “*perigo da história única*” a quando se junta toda a complexidade de uma pessoa e do seu contexto, reduzindo-a a um só aspeto. A ignorância sobre um grupo leva-nos muitas vezes a recebê-lo à partida com energia de defesa perante ameaça, ou de pena perante “coitadinho” (preconceito). Ao observarmos a realidade por um plano apenas (atentando só nas suas imagens populares, tal “snapshot”), teremos sempre uma visão bastante tendenciosa do outro (limitada, unidimensional e unívoca). “Quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca há uma única história de qualquer lugar, recuperamos uma espécie de paraíso.” (Adichie, 2019, p.16-17). Combater mitos para desconstruir os estereótipos é possível se combatermos a história única que temos em relação a um povo, uma etnia, uma língua, uma cultura, um país ou um continente. Tal como referiu J6 “problema da nossa sociedade é que julgam antes de conhecer as pessoas”. Desta forma, com a falta desse olhar e as consequências que isso acarreta, poderá criar-se desconfiança, medo, repulsão pelo que o é estranho e são esses elementos que vêm, desde sempre, tornando difícil o verdadeiro respeito por aqueles que foram, um dia, definidos como Direitos Humanos, aplicáveis a todos, em qualquer circunstância, em qualquer lugar. Esta observação referenciada por J6 ressalta a importância de investigar quando nos é apresentada apenas uma faceta da história, de capacitar a comunidade de acolhimento promovendo o conhecimento e o respeito pela diversidade cultural e a comunicação intercultural, tal como referenciado no ponto 3, de forma a diminuir o risco de perpetuar ações discriminatórias aumentando a informação sobre a riqueza e a diversidade das histórias dos refugiados e migrantes.

Ao nosso país chegam pessoas, como o Hussam, vindas do Médio Oriente e não só, desta forma estamos a falar sobre uma cultura diferente que se baseia no coletivo e não no individual. “É indubitável a importância da instituição da família na sociedade árabe. O grupo familiar atua como elemento-chave e pedra angular tanto a nível individual como no extenso quadro da sociedade” (Moreno, 2007, p.283). Assim sendo, é importante “criar” comunidade novamente, potenciar a intervenção comunitária tal como temos procurado reforçar durante todo o trabalho, promover a participação de todos os cidadãos, estimulando uma progressão autónoma tanto a nível pessoal e coletiva. Todavia será relevante também, mencionar o papel que a história de vida poderá ter nestes contextos, tal como referido no ponto 6 deste trabalho e à luz de Nogueira, et al, (2017, p.479) onde o



sujeito que narra a sua história poderá experimentar o viés terapêutico em que a palavra será o eixo central.

Este “criar comunidade” remete-nos para os **facilitadores à inclusão e acolhimento de refugiados** mencionados pelos participantes, que passaremos a analisar. Desta forma, achamos importante fazer uma pequena análise sobre três facilitadores apontados unicamente pelo Hussam que nos ajudarão a fazer ligação aos restantes facilitadores apontados. O primeiro é a **dignidade**. Quando questionado sobre que pontos positivos destaca do seu processo de inclusão e acolhimento responde rapidamente dignidade, “aqui em Portugal, eu consigo ter dignidade” (entrevista 2). Para Immanuel Kant, citado por Spindola (2018, p.81), a dignidade é o valor de que se reveste aquilo que não tem preço, ou seja, que é insubstituível por algo ou alguém. Poderemos assim dizer que a dignidade humana é uma qualidade intrínseca ao ser humano, é individual e insubstituível. À luz de José Panea (2005, p.21) reconhecer que o homem tem dignidade é reconhecer que tem umas exigências que lhe são devidas, direitos que lhe pertencem. Isto é, poderemos subentender que todas as pessoas têm dignidade e são de igual modo dignas. Assim sendo, poderemos referir que terá de existir coibição quanto à redução das situações de vida do ser humano a nível tal, que cause desgaste físico e/ou emocional, que o sujeito a uma vida de extrema carência ou que se aproveitem da situação em que este se encontra. Desta forma podemos concluir que a dignidade humana, a vida e a segurança são alguns dos valores mais importantes e estes deverão ser protegidos através da normatividade nacional e internacional relacionados aos problemas humanitários e, neste caso em particular, ao problema do refúgio. O segundo facilitador abordado é o **(re)-sonhar**. Usamos a palavra (re)sonhar no sentido de ser a capacidade de voltar a sonhar, de voltar a “desenhar” o futuro. Neste ponto, unicamente referido por Hussam, ao narrar a sua história refere o quão importante foi para ele voltar a sonhar. “(...) na Síria (...) não tens o direito de sonhar ou de construíres algo para o teu futuro (...) aqui em sete meses, eu fui capaz de voltar rersonhar o meu futuro.” (entrevista 2). E o terceiro é a **oportunidade**, podemos encontrá-la várias vezes descrita na história de vida, onde demonstra que vê a sua partida como uma oportunidade de sobrevivência. E também oportunidade, aquela palavra e situação que ele tanto gostaria de proporcionar aos outros... a oportunidade de se sentir digno, a oportunidade de sobrevivência, a oportunidade de sonhar, a oportunidade para “ser alguém”.

A implementação bem-sucedida dos três pontos abordados anteriormente pelo Hussam como facilitadores, nomeadamente dignidade, (re)sonhar e oportunidade, só será



verdadeiramente alcançada se a comunidade estiver ao acolhimento e diversidade através da promoção/criação de bem-estar e redes de suporte social.

Assim sendo, achamos essencial referenciar a importância dada pelos participantes ao **bem-estar e redes de suporte social**. O J4 declara que “Nunca se vai conseguir evitar as migrações. Mas podemos ter em conta a forma como os acolhemos”. Remetendo, desde logo, para a relevância das condições em que um refugiado é recebido no país de acolhimento e de como estas irão ser determinantes para o seu bem-estar individual. Que, à luz de José Ornelas, refere-se à saúde física e psicológica, às competências socioemocionais para manter a saúde e o bem-estar pessoal, ao desenvolvimento da identidade e à prossecução de objetivos pessoais, como sucesso académico ou a procura de um significado espiritual. (Ornelas, 2008, p.38-39). O bem-estar do indivíduo é positivamente afetado pelas redes de suporte social.

E de facto, quando falamos de redes de suporte social não podemos deixar de fazer referência à importância de manter as existentes no país de origem, em particular, familiares /amigos, sem nunca esquecer que o processo migratório desencadeia, por exemplo, a mágoa de deixar o país de origem para trás e a rede de suporte social já constituído. Tal como refere Hussam, “Sim, eu escapei, mas a minha família continua lá.” (entrevista 1). E também quando refere que “(...) eu tinha o privilégio de ter ambos na Síria” (entrevista 2).

Desta qualquer forma queremos dar destaque às redes de suporte informal que segundo Maria Barbosa (2022, p.23) quando as pessoas procuram um apoio na sua rede informal as barreiras caem e surgem diferentes vantagens como uma maior conformidade das normas partilhadas entre as duas pessoas, como uma adaptação do indivíduo às necessidades do outro por existir anteriormente uma relação de amizade prévia. O Hussam refere o apoio que o seu diretor da JRS lhe deu “O meu diretor era o meu único amigo ” (entrevista 1), além do apoio que tem recebido dos restantes elementos da comunidade “eles são excecionais “(entrevista 2) refere também o apoio dado pela instituição de ensino onde estuda “(...) a universidade foi realmente incrível comigo” (entrevista 1).

Em suma, isto leva-nos a refletir sobre a enorme relevância da criação de novos laços sociais no país de acolhimento, seja através de novas amizades, de relacionamento com os vizinhos, entre outros. E questionar de que forma as experiências vividas ao longo do processo migratório poderão influenciar o desenvolvimento de novas redes de suporte.



E estas novas redes de suporte poderão ser potencializadas através de uma **educação para a paz**. Esta, unicamente mencionada pelo grupo de jovens, quando enfatizaram que Portugal não deveria recusar a entrada de refugiados (J8) e destacaram a importância da cooperação entre os países para ajudar aqueles que estão à procura de proteção (J3). Refletindo a importância da promoção da educação para a paz, como um lugar central na formação dos cidadãos de uma comunidade democrática. Não esquecendo que “ainda que pareça paradoxal, educar para a paz não é nem resulta de algo harmonioso, isento de conflitos ou que incite unanimidade”. (Jares, 2011, p. 6). Ou seja, ao falarmos de paz referimo-nos a um fortalecimento do respeito pela diversidade, de rejeição pela discriminação, de vivência dos direitos humanos como práticas do diálogo e de valorização de ações de cooperação.

Desta forma, consideramos que a solução poderá passar pela organização das comunidades de acolhimento como comunidades participativas. Espaços que sejam democráticos e que preparem para a democracia. Onde, por uma parte, ensinem os problemas sociais, as suas causas e as forças que os mantém e, por outra, que se desenvolva a capacidade de interferir nesses problemas através da participação e na gestão de projetos comunitários. Isto é, aprender a participar, participando.

Destacamos o valor da educação para a paz e das redes de suporte informal, no entanto ambas só serão possíveis e autênticas através do reconhecimento e valorização dos indivíduos, sendo uma das componentes para que surja o sentimento de pertença.

O **sentimento de pertença** foi um dos facilitadores abordados pelos sujeitos de estudo e que, tendo em conta a nossa questão de partida, faz todo o sentido analisar. Uma comunidade é fundamental e importante por incluir o refugiado no convívio social junto aos seus (compatriotas igualmente deslocados) e entre os “diferentes” (membros da comunidade de acolhimento). A partir da dimensão da conexão social, o refugiado poderá alcançar a sua independência económica, planejar o seu futuro na nova comunidade acolhimento, bem como recuperará a autoestima e encorajará a autoconfiança entre seus pares. Tanto os jovens como o Hussam remetem na sua narrativa este sentimento. O J2, refere que “É ouvir e ser ouvido. Porque podemos ter voz e não sermos ouvidos”, da mesma forma que o Hussam referindo-se à JRS comenta “(...) Mas neste lugar, eu encontrei uma comunidade” (entrevista 1). No entanto, se a pessoa não percecionar recetividade por parte da sociedade de acolhimento, poderá sentir-se menos pertencente e apresentar menos comportamentos pró-sociais a fim de evitar a rejeição (Hagerty et al., 1996, p.242).



O desejo e a necessidade de adquirir redes de suporte social para promover o sentimento de pertença é visível na narrativa do Hussam: “Eu vou tê-los, mas, por enquanto não tenho. Ter esses amigos fará sentir-me bem” (entrevista 3). Os jovens referem também a importância de sentirem que fazem parte de algo maior “é sentir que fazemos parte de algo” (J1) isso também é perceptível quando referem o escutismo, “o agrupamento obviamente” (J2). Podemos mencionar que são jovens que estão inseridos num grupo onde demonstra ser fomentado o sentimento de pertença que é falado anteriormente pelo Hussam. Sublinhando que os jovens vêem o escutismo como local de pertença tal como o Hussam via a Jesuit Refugee Service. Isto é, uma comunidade constituída por membros com interesses semelhantes, onde partilham espaço, valores e formas de convivência.

Por outro lado, é importante frisar o sentimento de não-pertença que podemos concluir de acordo com o mencionado por Hussam. Demonstrando não pertencer mais ao “mundo” que deixa e ainda não pertence ao “mundo” onde chegou. Levando-nos a refletir que a sua decisão de deixar a Síria poderá ter sido o início do sentimento de não-pertença. Levando-nos a questionar se internamente se culpabilizaria por estar na Síria (estar a compactuar com princípios com os quais não concorda), como por não estar lá (deveria estar com a sua família), como por estar em Portugal (quando refere que não merece ajuda porque há quem precise mais, por não ter sofrido o suficiente para ser um refugiado). Ou seja, neste caso acreditamos que neste momento possa pertencer ao próprio sentimento de busca de pertença e encontrar aí motivação para se “reconstruir”.

Em suma, a concretização do sentimento de pertença dar-se-á nas trocas, nas interações sociais tecidas entre os nacionais e as comunidades refugiadas. Para isso, sendo fundamental um investimento contínuo na construção de uma relação centrada na confiança. Surgindo assim como uma experiência que ultrapassa o momento do acolhimento, que implica uma dedicação responsável e cuidadosa, ou seja falamos de hospitalidade.

Apesar dos sujeitos de estudo não terem usado literalmente a palavra **hospitalidade** encontramos algumas referências que poderão ser remetidas para este ponto, central na pergunta de partida. O J6 menciona que “Quando chegas a casa de alguém o mais importante é o acolhimento daquelas pessoas”, indo encontro do J6 outro jovem referiu “Temos de pensar e se fosse connosco”. O Hussam refere como foi bem recebido pela comunidade jesuíta “Eles acolheram-me verdadeiramente” (entrevista 2). No entanto, não podemos deixar de referir que a hospitalidade pode ser desafiadora. Muitas vezes, há



barreiras culturais e linguísticas que dificultam a comunicação e o entendimento mútuos, não esquecendo a falta de recursos e que, aliadas a débil preparação adequada, poderá ter efeito contrário ao pretendido. Embora seja compreensível e legítimo temer o desconhecido, não deveremos utilizar esse medo como justificativa para adotar uma mentalidade fechada e indiferente. Esse tipo de postura poderá levar à afirmação de identidades narcisistas e ao surgimento de culturas sociais, organizacionais e profissionais permeadas pelo medo da mudança. Guillaume Le Blanc e Fabienne Brugère referem que

“Quando não vemos alguém onde há alguém é o contrário da hospitalidade, é a inospitalidade. Ora, a inospitalidade torna-se hostilidade ou mesmo ódio. Todos estes lugares da impossível migração são locais onde aparece ao vivo o reverso das nossas sociedades, mas são também lugares onde nascem pensamentos e práticas que definem uma humanidade comum” (2017, pp.13-15).

Entendendo que não há uma forma ideal de hospitalidade, o grande desafio consiste em estabelecer, em todas as esferas da vida humana, uma dinâmica de interação positiva com o próximo, seja ele desconhecido ou não.

No final, a hospitalidade de refugiados desafiará a repensar na nossa própria humanidade. Lembrando que somos todos parte de uma comunidade global, interdependente e interconectada. Ao abraçar o outro, transcendemos as fronteiras geográficas, as diferenças culturais e as barreiras linguísticas. E, desta forma, descobriremos a nossa própria humanidade compartilhada, transformando-nos como seres humanos. Tendo em mente o **Sentimento de Casa** como um sentimento aglutinador, onde de facto, Casa é uma ideia poderosa quando falamos de movimentos populacionais. Achamos pertinente analisar este sentimento, de forma a mergulhar um pouco mais neste facilitador, analisando-o tendo em conta as representações que encontramos neste grupo culturalmente diverso. Como apontam Mary Chamberlain & Selma Leydesdorff “os migrantes (...) são feitos por suas memórias do seu local de nascimento, sua terra natal, aqueles deixados para trás – interrupções em suas narrativas de vida que requerem re-sequenciamento, remodelagem e reinterpretção”. (Chamberlain & Leydesdorff, 2004, p.228).

Quando questionado sobre o sentimento de Casa, Hussam refere a sua família “A primeira é a minha família, tudo o que esteja relacionado com a minha família” (entrevista 1) e refere também a Jesuit Refugee Service. Um local que ele definiu como Casa, mas que ainda não encontrou, na sua comunidade de acolhimento um local onde lhe fosse proporcionado sentir pertença quando refere “(...) a tua pergunta anterior sobre ‘casa’ é



realmente importante para mim, porque eu devo acreditar e me fazer sentir parte deste lugar.” (entrevista junho 2023). Leva-nos a considerar que para ele Casa não só a casa (lugar) e a família, mas também a vizinhança e a própria comunidade como núcleos de identificação.

No que diz respeito aos jovens, num mundo cada vez mais individualizado foi interessante perceber se as suas representações seriam unicamente individuais ou também comunitárias. Para estes jovens Casa é um “sentimento profundo de pertença” (J6). O escutismo é uma parte essencial desta representação, J1 diz que “quando vamos acampar sinto-me confortável”, os jovens J2, J8, J6 e J5 também mencionaram o “agrupamento”. Dando a entender ser um espaço onde se sentem valorizados, respeitados e incluídos, tal como as representações referidas anteriormente pelo Hussam. A família como uma representação do sentimento de Casa foi referida não só pelo Hussam como também pelos jovens. Alguns referem os avós como por exemplo os J1, J2 e J5 outros mencionam diferentes membros da família como o J5, J6 e o J8. Desta forma não podemos deixar de referir que os laços familiares são construídos aos longo da vida e quão são fundamentais para o desenvolvimento emocional e psicológico do indivíduo.

Para Manhart “principalmente em tempos de crise, os amigos podem melhorar o humor e a autoestima, assim como sugerir estratégias para a resolução e problemas” (2009, p.29). Sendo o grupo de pares mencionado não só pelos jovens mas também pelo Hussam.

Além de pessoas os jovens poderemos também refletir sobre a importância do lugar como representações significativas do sentimento de *Casa*. Esse lugar pode estar conectado com memórias afetivas como “Lavra” (J5), “Miragaia” (J3) e Drave (J2) ou então com a natureza como o por do sol “Gosto porque quando preciso faz-me bem” (J1), e até a contemplação das estrelas “ver as estrelas e o conforto que isso tem”, demonstrando que a representação do sentimento Casa poderá também ter ligação com o eu interior. Todavia os jovens também referiram representações que não os fizessem sentir em Casa, tais como a “violência” (J5), o “julgamento” (J7), o “ser posto de parte” (J2), sentir “falta de respeito” (J9), ouvir “gritos (J3) e receber “olhares de lado” (J4). Ao considerarmos estes dados poderemos falar de Casa como um ambiente emocionalmente saudável, onde se poderá ser genuíno, expressar-se livremente e ser aceite. Onde será construída uma conexão profunda com as pessoas ao redor, criando um ambiente de harmonia, de bem-estar e suporte social.

Enquanto narrava a sua história e conversávamos sobre acolhimento, Hussam referiu “para ser honesto, não me sinto em casa” (entrevista 2). Explicando que para se



sentir em Casa, em Portugal, necessitava de: conseguir expressar-se em português, ter mais liberdade de escolha e amigos, fortes amizades como as que tinha na Síria. Desta forma, podemos mencionar que o Hussam demonstra que o que ele carrega na “bagagem” é ausência. A ausência de: língua, de liberdade de escolha e de relações. Apresentando-nos assim como facilitadores ao sentimento de casa:

- o sentimento de pertença através da língua (entender e ser entendido) e os amigos (forte amizade);
- Bem-estar e suporte social através da privacidade, liberdade de escolha e tal como o ponto anterior os amigos.

Tal como Laura Huttunen (2005, p. 180) observa a propósito de contextos migratórios, para a população migrante, o conceito de Casa pode ter muitos pontos de referência no espaço global, porque tal população necessita se adaptar ou negociar novos vínculos e possibilidades de relacionamento com o país de acolhimento, ainda que não abandone ou esqueça suas origens.

Desta forma podemos analisar que as redes de suporte social informal como a família, o escutismo (grupo de jovens) e a Jesuit Refugee Service (Hussam), os amigos são representações importantes para os sujeitos de estudo se sentirem em Casa. Ou seja, tanto para os jovens da comunidade de acolhimento como para o Hussam, Casa é muito mais do que apenas um lugar para viver. Levando-nos a comentar que se tivermos em conta estas representações referidas pelos sujeitos de estudo na inclusão e acolhimento poderá ser possível evitar/diminuir o esfiapar do tecido comunitário (familiar e multissistémico) e o enfraquecimento individual, permitindo assim que a hospitalidade seja real (uma hospitalidade que ultrapassa o acolhimento, que implica uma dedicação responsável e cuidadosa em relação aquele que é acolhido).

Regressando à pergunta de partida “De que forma as representações comunitárias de conceitos ligados à hospitalidade (tanto por parte de jovens do país de acolhimento como dos refugiados) podem impactar os processos de inclusão?” e com base na investigação realizada a resposta parece-nos ser que as representações podem impactar positivamente os processos de inclusão ao promoverem: uma cultura de acolhimento (motivando toda a comunidade de acolhimento a unir-se para enfrentar os desafios da inclusão e promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo para todos, sem distinção); fortalecimento/construção de redes de suporte informal (ajudando a quebrar barreiras, a construir laços de confiança, levando a uma maior interação e colaboração); aprendizagem



mútua (isso pode incluir a troca de experiências, habilidades e conhecimentos, o que pode enriquecer a comunidade como um todo e promover relações de respeito e igualdade); redução de estigmas e preconceitos (fomentando a redução de estigmas e preconceitos em relação aos refugiados, levando a uma aceitação mais ampla e uma maior vontade de se envolver em processos de inclusão); empoderamento da comunidade (destacando/valorizando as competências, conhecimento e atitudes de cada cidadão). Permitindo assim a implementação de uma inclusão positiva para a construção de comunidades mais hospitalárias.

PARTE III - INTERVENÇÃO

#APlace4All – Projeto Intervenção

“Esta mistura intercultural de pessoas ajuda a construir pontes,
e é normalmente muito mais barato do que o conflito”

Rym Ali

Presidente da Fundação Anna Lindh

No seguimento do enquadramento e dos resultados da investigação apresentamos a proposta final de intervenção - #APlace4All.

O projeto #APlace4All é um projeto de intervenção comunitária que envolve jovens da comunidade de acolhimento e refugiados. Para Lopes da Silva (2005, p.2), a noção de projeto está ligada à visão de um futuro que se considera desejável, correspondendo a uma intenção que pode ser bastante vaga ou implicar uma previsão clara do que pretende atingir e de como o conseguir. Esta proposta de projeto nasceu dos resultados da investigação realizada e tem como objetivo promover o diálogo intercultural e a troca de experiências entre grupos culturais, visando o fortalecimento da compreensão e cooperação na procura por um acolhimento e inclusão mais efetivos. Pretende, através de sessões de sensibilização, educação, partilha de experiências, diálogo intercultural, construir uma comunidade onde todos são agentes de transformação social, criando e/ou fortalecendo redes de suporte informal sólidas. Para que tal aconteça achamos importante recolher alguns fios da investigação (tanto dos resultados do *focus group*, como da história de vida) para assim traçar a intervenção.

O #APlace4All é um projeto direcionado para jovens/adultos de uma dada comunidade de acolhimento e cidadãos refugiados (de preferência dessa mesma comunidade), tendo em consideração que intervenção comunitária consiste num processo

de mudança, numa lógica de trabalho em parceria onde as ações são concretizadas pela própria comunidade. Podemos olhar para ele como uma “incubadora” de projetos, uma vez que se pretende que seja a base que os participantes usem para que possam identificar as necessidades da sua comunidade e, posteriormente, cocriar um projeto que permita intervir sobre elas de uma forma positiva.

De forma a ser mais perceptível e com o intuito de facilitar a leitura e compreensão, optamos por inicialmente colocar um quadro explicativo que oferece uma visão geral do projeto de intervenção. Posteriormente abordaremos os passos individualmente e explicaremos o conteúdo dos mesmos. Assim sendo, o projeto é composto por 6 passos:

| Passo | Nome | Nº de sessões |
|----------|-------------------|------------------------------|
| 1º passo | Abrólhos | 2 |
| 2º passo | Cair a ficha | 2 |
| 3º passo | Agora Pensa | 2 |
| 4º passo | A-há! | 3 |
| 5º passo | Chega-te à frente | Definido pelos participantes |
| 6º passo | Viralizar | 1 |

Passo 1 – Abrólhos

O nome do primeiro passo Abrólhos nasceu do calão “abre os olhos” e tem como objetivo a capacitação dos jovens da comunidade de acolhimento. Achamos importante essa capacitação prévia, pois será através dela que poderão ser desconstruídos estereótipos, bem como o sensibilizar para a inclusão das pessoas refugiadas na comunidade e para as situações de vulnerabilidade dos direitos humanos. Para isso serão realizadas duas sessões onde serão realizadas uma ou mais atividades.

| | Sessão | Objetivo | Descrição |
|----------|---------------------------|-------------------------------|---|
| Abrólhos | Isso é mito, Sr. Deputado | Desconstrução de estereótipos | Simulação de um debate na Assembleia da República, em que os partidos terão de chegar a um consenso. Momento de debate onde serão debatidos mitos e estereótipos relacionados |

| | | | |
|--|----------------------|--|--|
| | | | com refugiados. |
| | Controlo Fronteiriço | | Dinâmica de role-play em que o grupo é dividido em refugiado e inspetor e “experiencia” as situações de vulnerabilidade dos direitos humanos que as pessoas refugiadas estão a enfrentar, nomeadamente as condições de acesso aos países de acolhimento. |

Passo 2 – Cair a ficha

O segundo passo reúne os jovens da comunidade de acolhimento, bem como o grupo de refugiados pela primeira vez. Inspirado novamente numa expressão de calão, este passo remete-nos para a recordação e compreensão. Assim sendo, fomos buscar alguns fios à investigação que achamos interessantes e que nos ajudaram a desenhar este passo. Este passo é dividido em duas sessões: na sessão 1 decidimos recriar a primeira sessão de *focus group* (cf. anexo C) realizada onde o objetivo é discutir o conceito de “casa” e “sentimento de pertença”. A sessão 2 foi inspirada em duas referências declaradas nas entrevistas do método histórias de vida “Gostei muito destas sessões (...) Muitas coisas na minha mente e eu estava a pensar nestas questões há cerca de 9 meses, elas estavam sempre na minha mente, então foi uma ótima oportunidade para contar a alguém. Após as conversas eu sinto-me mais relaxado.” (entrevista 3) e “Aqui ninguém está a demonstrar que precisa de mim. Mas, ao mesmo tempo, eu não tenho com quem falar sobre isso, construir memórias sabes?” (entrevista 3). Tendo em conta as referências citadas anteriormente decidimos utilizar as histórias de vida na intervenção para salientar a importância do contacto com a pessoa, o respeito pela singularidade e diversidade, que todas as pessoas são portadoras de cultura e que as pessoas não são a sua categorização. Tal como no passo anterior serão realizadas duas sessões:

| | Sessão | Objetivo | Descrição |
|--------------|----------------------|--|---|
| Cair a ficha | É uma casa (...) com | Discutir o conceito de “casa” e “sentimento de pertença” | Conversa com o grupo sobre o que é para eles sentir-se em “casa” (partir do conceito “familiar” e depois seguir |

| | | | |
|--|---------------|---|--|
| | certeza | | para o sentido mais abrangente). |
| | Duas de letra | Fortalecimento/construção de redes de suporte informal (ajudando a quebrar barreiras, a construir laços de confiança, levando a uma maior interação e colaboração). | Dinâmica em que o grupo é dividido em pares (constituído por um jovem da comunidade de acolhimento e um refugiado), em que cada participante terá um tempo para contar ao outro um pouco da sua história de vida. No final do tempo trocam de par e iniciam uma nova conversa. |

Os passos seguintes “Agora Pensa”, “A-há”; “Chega-te à frente” e “Viralizar” funcionarão segundo a metodologia de projeto. De acordo com Teresa Vasconcelos, é uma metodologia assumida em grupo que pressupõe uma grande implicação de todos os participantes. Envolve trabalho de pesquisa no terreno, tempos de planificação e intervenção com a finalidade de responder aos interesses do grupo e com enfoque social (Vasconcelos, 2011, p.9). Desta forma assumimos que: a metodologia de projeto em contexto de intervenção comunitária favorece e garante que as iniciativas têm por base os interesses e motivações dos participantes, através do meio que os envolve; que os participantes estejam envolvidos no processo de planificação do trabalho a realizar; que o grupo trabalhe em conjunto num sentido de colaborarem uns com os outros.

A explicação de como funcionarão os últimos quatro passos do projeto através das quatro fases do método de projeto encontra-se em (cf. anexo B).

Passo 3 – Agora Pensa

O terceiro passo, denominado “Agora Pensa” é o primeiro passo daquilo a que podemos chamar de segunda fase desta proposta de intervenção comunitária. Assim sendo este passo tem como objetivo a idealização e escolha da ação por parte do grupo de participantes. De forma a entender melhor o funcionamento deste passo (cf. anexo B).

| | Sessão | Objetivo | Descrição |
|-------------|------------|---|--|
| Agora Pensa | Conecta-te | Identificar a necessidade existente na comunidade | Debate em pequenos grupos entre os jovens da comunidade de acolhimento e os refugiados. Nesses pequenos grupos identificam uma necessidade existente na comunidade (relativamente à inclusão e acolhimento) e pensam uma iniciativa para suprimi-la. |

Passo 4 – A-há!

Os momentos em que descobrimos algo que não sabíamos antes, ou então em que descobrimos algo que nem sabíamos que não sabíamos são chamados de Momentos A-há! O nome escolhido para este passo 4 reforça o objetivo de sonhar e planear e de libertar a inteligência coletiva. A fase do sonho é sobre a diversidade e tenta reunir a maior quantidade de ideias possível; a fase de planear direciona-se para o desenho de estratégias, objetivos e definir responsabilidades. Desta forma o passo 4 é dividido em duas grandes sessões. Tendo em conta a especificidade das duas sessões, as mesmas poderão ser prolongadas no tempo, caso seja necessário. De forma a entender melhor o funcionamento deste passo (cf. anexo B).

| | Sessão | Objetivo | Descrição |
|------|--------------------|---|---|
| A-há | Círculo dos Sonhos | Definir estratégias e objetivos para a concretização da ação definida pelo grande grupo | No círculo dos sonhos, este sonho é enriquecido pela inteligência coletiva. Torna-se o sonho de toda a equipa.. Enriquecimento da iniciativa feita em conjunto/ grande grupo. |
| | Missão Planear | Planear a ação | A fase do planeamento é sobre focar e filtrar. Definir objetivos e missões, dar os primeiros passos para organizar tarefas, responsabilidades, tempo e orçamento. |

Passo 5 – Chega-te à frente

O quinto passo, denominado “Chega-te à Frente” germinou do calão e remete-nos para o “avançar”, o tomar iniciativa e o agir. Este é o passo onde todo o trabalho anteriormente planeado pelo grupo de jovens da comunidade de acolhimento e refugiados ganha forma. É a fase da realização, a fase do fazer, onde o objetivo é a concretização da ação. Sem a fase do fazer, o #APlace4All é apenas teoria. Este passo depende muito da ação planeada pelo grupo, sendo eles que definem o nome da sessão e quantas sessões serão necessárias para a concretização deste passo. De forma a entender melhor o funcionamento deste passo (cf. anexo B).

| Chega-te à frente | Sessão | Objetivo | Descrição |
|-------------------|--|------------|--------------------------------|
| | Não possui nome, pois assume o nome da ação criada | Realização | Concretização da ação planeada |



Passo 6 – Viralizar

O último e sexto passo, denomina-se “Viralizar” e remete-nos à capacidade de tornar algo “viral”, de disseminar algo. Este passo é composto por uma sessão intitulada de “Celebrar”. A construção da comunidade é incentivada através da Celebração. A Comunidade é um espaço seguro onde as emoções podem ser compartilhadas. Desta forma esta sessão tem como objetivo, além de celebrar, avaliar todos os passos do trabalho nos seus pontos bons, bem como os pontos a melhorar. A etapa de Celebração é também um momento para honrar os dons e habilidades que cada um recebeu ao longo do projeto. Celebrar é tomar consciência dos Momentos A-Há que apareceram durante o trabalho no projeto. Esses Momentos-A-há levam a uma nova percepção, um novo sonho/ novo projeto e, caso a avaliação seja positiva, o ciclo começa novamente. De forma a entender melhor o funcionamento deste passo (cf. anexo B).

| | Sessão | Objetivo | Descrição |
|-----------|----------|-----------|---|
| Viralizar | Celebrar | Avaliação | No #APlace4All a celebração não é uma tarefa extrovertida barulhenta, mas sim parte da reflexão/avaliação, da expressão da gratidão e reconhecimento. |

Por fim, consideramos imperativo iniciar este projeto-piloto com os participantes desta pesquisa. Esta opinião surge não só pelo trabalho anteriormente realizado, mas também ao valor agregado da familiaridade que o grupo de jovens possui com o método de projeto, bem como à experiência de vida pessoal e profissional do Hussam.



Considerações finais

A título de conclusão encara-se com interesse os resultados da investigação, apesar de ser uma área com poucos estudos em Portugal, o facto de ter como sujeitos de estudo tanto os que procuram refúgio como aqueles que pertencem à comunidade de acolhimento, na mesma investigação, é algo que não encontramos na literatura pesquisada.

Inicialmente, o foco deste trabalho foi compreender no fenómeno da migração, a inclusão e o acolhimento. No entanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, percebemos que não é possível compreender a migração/para onde vai a pessoa, sem saber de onde ela vem. Assim, a história de vida assumiu uma importância central neste trabalho, tornando-se numa ferramenta fundamental para a compreensão de todo o processo migratório, permitindo uma abordagem mais humanizada e empática na intervenção comunitária. Ainda sobre este assunto, foi importante estabelecer uma relação entre a história de vida e a intervenção comunitária, levando em consideração a importância do contacto com a pessoa/comunidade, o respeito pela singularidade e diversidade, enfatizando que todas as pessoas são portadoras de cultura e que não devem ser reduzidas a categorizações. Além disso, é relevante considerar a importância de perguntar aos próprios indivíduos sobre as suas perspetivas e experiências de vida.

Achamos importante salientar a relevância na escolha dos sujeitos de estudo da comunidade de acolhimento para a recolha de dados. Várias foram as vezes que questionaram sobre “porquê jovens dos escuteiros?”, tendo em conta os possíveis muros católicos da associação. Na realidade não vemos isso como uma barreira, mas sim uma potencialidade. Partindo assim de dentro da associação para fora desta, atravessando pontes levando os jovens a serem membros ativos das comunidades onde estão inseridos. Contactando assim com a diversidade cultural e religiosa, quebrando barreiras e contribuindo para a transformação comunitária.

Uma outra oportunidade que achamos importante sublinhar é a utilização da metodologia de projeto, na proposta de intervenção #APlace4All. Uma proposta de utilização desta metodologia, não pelos técnicos/educadores como normalmente é feito, mas sim pela comunidade. Tal como refere Peças “como instrumento, serve para tudo (...) identificamos projeto como transparência, implicação social para o progresso, o bem-estar e o desenvolvimento, projetos participados, estimulantes para os que neles participam, com sentido, democráticos, construtores de mais e melhor cidadania” (Peças, 1999, p.57). E seguramente que esta não é uma proposta de um projeto de consumo/ participação. Com



isto queremos dizer que este não é um projeto onde a pessoa chega e participa/consome, onde tudo já está preparado com aquilo que os técnicos acham que é o necessário ou essencial para a comunidade. Antes pelo contrário, falamos de um projeto de construção e co-criação onde, tal como é pedido em intervenção comunitária, seja idealizado, construído e realizado por aqueles que irão usufruir do projeto.

Todavia quanto às barreiras encontradas pesquisamos em vários documentos orientadores da Associação e apercebemo-nos de que a palavra Inclusão remete, automaticamente, para a deficiência, levando-nos a refletir se no CNE parte-se do princípio de que todos os adultos voluntários têm a mesma capacidade de mediação cultural e a mesma abertura à diferença. O mesmo acontece com as crianças e os jovens, levando a pressupor-se que estas estejam preparadas e que interculturalidade esteja intrínseca. Ou seja, apesar deste grupo ser aberto à diversidade e inclusão não podemos concluir que todos os escuteiros são formados para a interculturalidade, já que tudo depende das vivências individuais, de cada elemento que constitui o grupo, e principalmente do adulto que os acompanha. Ninguém pode transmitir o que não sentiu, o que não conheceu, o que não sabe e o que não viveu. Assim sendo, achamos importantíssimo, a capacitação prévia dos participantes da comunidade de acolhimento (sejam eles escuteiros ou não), já que a diferença cultural e a possível barreira linguística podem dificultar a comunicação efetiva e a colaboração entre os grupos. “Pois não basta mostrar os horrores da guerra. É fundamental estimular o espírito de cooperação e a compreensão” (Hammes,2009, p.23).

Após a realização da investigação, considera-se importante no futuro alargar o campo de estudo não só a refugiados, mas, também a imigrantes enriquecendo assim a investigação não só com diversidade, mas também com mais histórias de vida. Já que muitos na mesma situação que o Hussam, dificilmente terão a oportunidade de sequer fazer ouvir as suas histórias, pela sua natureza, exemplares. “Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas necessitam e merecem ser contadas” (Ricoeur, 1983, p.19). A nós foi-nos dado o privilégio de o conhecer, não como mais um número, mas como ser humano, cujas vivências merecem ser escutadas e cujas motivações precisam ser compreendidas, mais ainda num momento histórico em que “(...) as diferenças aparentes parecem adquirir um destaque perigosamente relevante. É importante que os casos destas pessoas únicos e irrepetíveis, sejam encarados como tal, para que generalizações sejam evitadas e injustiças sejam perpetradas” (Pinho, 2022, p.29).

E sendo o título deste nosso trabalho “ESCOLHER ACOLHER: História com V(ida), não podemos terminar sem deixar de referir de que estamos conscientes que



abrimos portas para novas visões, novos desafios e novas práticas que certamente se tornarão numa mais-valia para as práticas de inclusão e acolhimento daqueles a quem a V(ida) os trouxe até à Portugal.



Bibliografia

- ACM (2016) *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual 2016*. Lisboa: ACM
- Adichie, C. (2019), *O perigo de uma história única*. São Paulo, Companhia das Letras,
- Agamben, G. (1997), *Homo sacer I: Le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris, Seuil
- Ager, A & Strang, A. (2010) *Refugee Integration: Emerging Trends and Remaining Agendas*. Journal of Refugee Studies, Oxford, 4 (23): 509-606.
- Aguado, T. (2003) *Pedagogia Intercultural*. Madrid, McGraw Hil
- Aguado, O. & Vélez, M. (1996) *Trabajo Social e inmigrantes: las intervenciones del trabajo social*” Cuadernos de Trabajo Social, nº4 111-119
- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Alencar, A. (2018). *Refugee integration and social media: A local and experiential perspective*. Information, Communication & Society, 21(11), 1588-1603
- Almeida, H. (2015). *Sustentabilidade da mediação social. Debates e desafios atuais*. In A. M. C. Silva; M. L. Carvalho & L. R. Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da Mediação Social: processos e práticas* (pp. 13-33). Braga: CECS
- Ander-Egg, E. (2000) *Metodologia y práctica de la Animación Socio-cultural* Madrid: Editorial CCS
- Ararteko (2006) *Respuesta a las necesidades básicas de las personas sin hogar y exclusión grave* Graficas Santamaria
- Arendt, A. & Agamben G. (2021) *Nós, Refugiados / Para lá dos Direitos do Homem*, Edições Antígona
- Assumpção, M. *As causas históricas do conflito na Síria*. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2015.
- Backes, D. S., Colomé, J. S., Erdmann, R. H., & Lunardi, V. L. (2011). *Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas*. *O mundo da saúde*, 35(4), 438-442.



- Baird, T. (2013). *Theoretical Approaches to Human Smuggling*. DIIS Working Paper, 10.
- Balibar, E. (1994), *Masses, Classes, Ideas: Studies on Politics and Philosophy Before and after Marx* Nova Iorque e Londres, Routledge
- Banks, A. (2006). *Cultural diversity and education: Foundations, curriculum, and teaching*. Boston: Allyn and Bacon.
- Barbosa, M. (2022) *As relações sociais e bem-estar nos refugiados e imigrantes*, Tese de mestrado em Psicologia Social e das Organizações, ISCET- Instituto Universitário de Lisboa;
- Barros, A. & Lopes, T. (2014) *Considerações sobre a pesquisa em história de vida* Vitória: EDUFES
- Barros, A. & Silva, L. (2002). *A pesquisa em História de Vida*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Barros, A. (2000) *De la représentation au pouvoir: une étude sur les trajectoires politiques dès dirigeants syndicaux au Brésil*. Tese de doutoramento. Presses de Septentrion, Lille.
- Baptista, I. (2016). Para uma fundamentação antropológica e ética da educação, a escola como lugar de hospitalidade. *EDUCA-International Catholic Journal of Education*, 2, 203-214.
- Baumeister, R. F., Brewer, L. E., Tice, D. M., & Twenge, J. M. (2007). Thwarting the need to belong: Understanding the interpersonal and inner effects of social exclusion. *Social and Personality Psychology Compass*, 1(1), 506-520.
- Baumeister, R. F. & Leary, M. R. (1995). *The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation*. *Psychological Bulletin*, 117(3), 497-529
- Bayoumi, M. (2022) *They are “civilised” and “look like us”*: the racist coverage of Ukraine. *The Guardian*, Consultado em 25/04/2023, disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/mar/02/civilised-european-look-like-us-racist-coverage-ukraine>
- Becker, H. S. (1999) *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Pioneira
- Beleza, T. P., da Silva, A. C. N., Gil, A. R., & Oliveira, E. (Eds.). (2020). *Olhares sobre as migrações, a cidadania e os direitos humanos: na história e no século XXI*. Petrony.



- Bentes, N., Lobato, L. & Neves, R. (2018). *Síria: da história à crise humanitária*. Porto Alegre, RS: Editora Fi
- Bhabha, H. (1990). *Nation and Narration*. London: Routledge
- Bird, E. & Dardenne, R., *Mito, registro e “estórias”*: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: Traquina, Nelson (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 263-277.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto editora.
- Bolger, N., & Amarel, D. (2007). *Effects of social support visibility on adjustment to stress: experimental evidence*. *Journal of personality and social psychology*, 92(3)
- Bosi, E. (2003) *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*, Atelie Editorial
- Bosi, A. (1999). *Machado de Assis: O enigma do olhar*, São Paulo, Ática
- Bosi, E. (1987) *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp
- Brandão, A. (2007). *Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica*. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Broadhead, W. E., Kaplan, B. H., James, S. A., Wagner, E. H., Schoenbach, V. J., Grimson, R., ... & Gehlbach, S. H. (1983). The epidemiologic evidence for a relationship between social support and health. *American Journal of epidemiology*, 117(5), 521-537.
- Brown, R. & Zagefka, H. (2011). *The dynamics of acculturation: An intergroup perspective*. In J. M. Olson & M. P. Zanna (Eds.), *Advances in experimental social psychology*, Vol. 44, pp. 129–184). Academic Press
- Cabete, A. (2010). *O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento*, (Tese de mestrado, Língua e Cultura Portuguesa) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora
- Cardoso, C. (1996) *Referências no Percurso do Multiculturalismo: Do Assimilacionismo ao Pluralismo*. Inovação.
- Carvalho, A. (2015). Os novos parâmetros antropológicos da ética da hospitalidade. *Cadernos de Pedagogia Social*, (Especial), 7-16.



- Carvalho A. (2019) A hospitalidade como princípio ético e prática social. *Revista percursos e ideias*, 9.
- Castels, S. & Miller, J. (2009) *The age of migration: international population movements in the modern world*. Nova York: Palgrave Macmillian
- Chauí, M. (1987) *Apresentação: os trabalhos da memória*, São Paulo: Companhia das letras
- Chamberlain, M. & Leydesdorf, S. (2004) “*Transnational families: memories and narratives*”, *Global Networks*, 4 (3): 227-241.
- Cierco, T. (2017). *Esclarecendo conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais*. *Revista Fluxos migratórios e refugiados na atualidade*
- CNE (2010) *Manual do dirigente* Secretaria Nacional Pedagógica, Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, Lisboa
- Cobb, S. (1976) *Social Support as a Moderator of Life Stress*. *Psychosomatic Medicine*, 38(5), 300-314
- Cochito, I. (2004) *Cooperação e Aprendizagem. Educação Intercultural*. Lisboa: ACIME
- Cortes, P. (2011) *El sentido de las historias de vida en investigaciones socioeducativas: Una revisión crítica*, Barcelona: Esbrina.
- Costa, A. L., Coimbra, S., Pinto, M., Teixeira, E. G., & Caramelo, J. (2021). Professionals’ key knowledge, competences and practices to promote social inclusion of refugees. *International Journal of Inclusive Education*, 25(1), 81-93.
- Costa, A. (2001), *Exclusões Sociais*, Fundação Mário Soares- Coleção Cadernos Demográficos, Lisboa, Gradiva
- Costa, C. (2017). *A Mediação Comunitária como Mecanismo de Inclusão de Refugiados*. (Trabalho de Projeto de Mestrado em Serviço Social), ISCTE do Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa
- Costa, L. (2018) *Estado Islâmico: análise de sua expansão na síria*. (Trabalho de Final de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro
- CPR (2021) *Relatório de atividades e impacto* (online), consultado a 27/12/2022, disponível



em:https://www.canva.com/design/DAE7DASigGo/zJG41wtoxV1C1nH7zIoBrA/view?utm_content=DAE7DASigGo&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=viewer#1

Dekker, R. & Engbersen, G. (2014). *How social media transform migrant networks and facilitate migration*. Global Networks, 14,

Delors, J. (1996). *Learning: The treasure within*. Paris: UNESCO Publishing.

Derrida, J. (1999) *Da Hospitalidade*, Palimage Editores

Diário de Notícias (2015) *Refugiados artigo politicamente (in)correto*, consultado 21/04/2023, disponível em <https://www.dn.pt/opinio/opinio-dn/paulo-pereira-de-almeida/refugiados-artigo-politicamente-incorreto-4760836.html>

Diário de Notícias (2017) “*Não sentimos que somos de extrema-direita*”, consultado 21/04/2023, disponível em <https://www.dn.pt/mundo/nao-sentimos-que-somos-de-extrema-direita-8791254.html>

Donne, J. (1987). *Devotions upon emergent occasions*. Oxford University Press.

Dunst, C. J. & Trivette, C. M. (1990). *Assessment of social support in early intervention programs*. In S. J. Meisels & J. P. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention*. Cambridge University Press.

El-Tayeb, F. (2011). *European others: queering ethnicity in postnational Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Evans, S. & Prilleltensky, I. (2007). *Youth and democracy: Participation for personal, relational, and collective well-being*. *Journal of Community Psychology*, 35(6), 681–692.

Farmer, P. (2004), “*An anthropology of structural violence: Sidney W. Mintz lecture for 2001*”, *Current Anthropology*, 45 (3)

Fassin, D. (2011) *Policing borders, producing boundaries: the governmentality of immigration in dark times* *Annual Review of Anthropology*, 40: 213-226

Ferreira, F. R. (2012). *A prevenção da violência e promoção da cultura de paz: o papel da saúde pública*. Consultado em 5/04/2023. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10071/Trabalho%20Individual%20Fernanda%20Ran%C3%B1a%20Ferreira.pdf>



- Fontana, A. & Frey, J., (1994) *The Art of Science*. Pp. 361-76 in *The Handbook of Qualitative Research*, edited by N. a. Y. L. Denzin. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. *Cad. Saúde Pública*, 24(1), 17-27.
- Forrest, R., & Kearns, A. (2001). *Social Cohesion, Social Capital, and the neighborhood*. *Urban Studies*, 38(12), 2125–2143. <https://doi.org/10.1080/00420980120087081>
- Franco, N. (2018) *A importância do brincar ao ar livre*. 19p. 2018. Trabalho de Licenciatura em Pedagogia - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, Brasil
- Freire, P. (2005), *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra
- Freire, P. (1991) *A Educação na Cidade*. São Paulo, Ed: Cortez,
- Galtung, J. (1996) *Peace by peaceful means. Peace and conflict, development, and civilization*. Oslo: International Peace Research Institute
- Gaulejac, V. (2005) *La société malade de la gestion: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial e harcèlement social*. Paris: Seuil.
- Gaulejac, V. (1996) *Histórias de Vida e escolhas teóricas*. Les Cahiers du Laboratoire de Changement Social (vol.1) Université de Paris
- Gil, A. (2021) *Imigração e direitos humanos* Petrony
- Jiménez, R. (2010) *Interculturalidade e Mediação*, Lisboa, ACIDI;
- Jiménez, R. (2001) *Modelos de mediación y su aplicación en mediación intercultural*, *Revista Migraciones* 10, 59-110
- Gleason, M. E., Iida, M., Bolger, N., & Shrout, P. E. (2003). Daily supportive equity in close relationships. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(8), 1036-1045.
- Grajzer, D. (2018). *Crianças refugiadas: um olhar para infância e seus direitos*. (Dissertação de Mestrado em Educação), Universidade Federal e Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil
- Guerra, I. (2002), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia (2ª edição)



- Grinberg, L.& Grinberg R. (1984) *Psicoanálisis de la Migración y de Exilio*, Madrid, Alianza
- Haguette, T. M. F., (1992) *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 3 ed. Petrópolis: Ed. Vozes
- Hagerty, B. M., Williams, R. A., Coyne, J. C., & Early, M. R. (1996). Sense of belonging and indicators of social and psychological functioning. *Archives of psychiatric nursing*, 10(4), 235-244.
- Hailbronner, Kay. (2001) *Em direcção a um Sistema Comum Europeu de asilo*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Hammes, J. (2009) *Conceitualização e antecedentes históricos da educação para a paz*. Educação Inclusiva e Educação para a Paz: relações possíveis, 9.EDUFMA São Luís, Brasil
- Hernández-Plaza, S., Alonso-Morillejo, E., & Pozo-Muñoz, C. (2006). *Social support interventions in migrant populations*. *British Journal of Social Work*, 36
- Huttunen, L. (2005). *'Home' and ethnicity in the context of warHesitant diasporas of Bosnian refugees*. *European Journal of Cultural Studies*, 8(2), 177-195.
- Ignatieff, M. (2003). *Human rights as politics and idolatry*. Princeton University Press.
- Innerarity, D. (2008), *Ética de la Hospitalidade*, Barcelona: Ed. Península
- Jares, X. (2007) *Educar para a paz em tempos difíceis*. São Paulo: Palas Athenas.
- Jares, X. (2002) *Educação para a paz: sua teoria e sua Prática*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed
- Jares, X. (2001) *Educação e conflito, Guia de educação para a convivência*. Edições ASA
- Jesus, A. (2015). *Intervenção social com crianças refugiadas Estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal*. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social), Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Miguel Torga. Coimbra
- JRS (2022). *Walkers - A Documentary* [YouTube channel]. Jesuit Refugee Service. <https://www.youtube.com/watch?v=1S2unpM0ihA>
- Justino, D. (2007) *Integração política e cívica – cidadania e civismo. Paryicipação política. Acesso á nacionalidade*. Estoril: Príncipia Editora



- Kirmayer, L. J., Narasiah, L., Munoz, M., Rashid, M., Ryder, A. G., Guzder, J. & Pottie, K. (2011). *Common mental health problems in immigrants and refugees: general approach in primary care. Cmaj*, 183(12), 959-967.
- Komito, L. (2011). *Social media and migration: Virtual community 2. 0.*. Journal of the American Society for Information Science and Technology, 62,
- Kong, F.& You, X. (2013). *Loneliness and self-esteem as mediators between social support and life satisfaction in late adolescence. Social Indicators Research*, 110(1)
- Le Blanc. G & Brugère. F. (2017), *La fin de l'hospitalité*, Paris: Flammarion
- Lechner, E. (2009). *Histórias de vida: Olhares interdisciplinares*. In Elsa Lechner (Org.), Introdução: O olhar biográfico. Porto: Edições Afrontamento
- Lévy, A. (2001) *Ciências clínicas e organizações sociais*, Belo Horizonte: Editora autêntica
- Maia, A. (2019) *Human Smuggling: trajetórias e narrativas* (Dissertação de mestrado em Psicologia, Especialização em Psicologia da Justiça e Comportamento Desviante), Universidade Católica do Porto, Porto
- Maldonado, M. (1997) *Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir*. São Paulo: Saraiva.
- Manhart, K. (2009). *Nada como um bom amigo*. *Mente & Cérebro*, Ed. esp. 21
- Marchetto (2013). *Educação para a Paz: um caminho necessário*. Editora Paulinas. Brasil
- Marques, J., Vieira, A. & Vieira, R. (2020), *Migrações, Minorias Étnicas, Políticas Sociais e (Transformações)*, Edições Afrontamento
- Matos, T. (2011). *A Inserção dos Refugiados Reinstalados no Mercado de Trabalho – Uma etapa num processo de integração? - Contributos para uma análise das dinâmicas de integração dos reinstalados em Portugal e na União Europeia*, (Dissertação de Mestrado em Geografia - População, Sociedade e Território), Universidade de Lisboa., Lisboa
- Merçon. A, Rodrigues. M & Santos. N. (2012) *Cultura e Educação Intercultural: A Integração das Minorias Étnicas em Portugal*; *Revista Democratizar*, V.VI, N.1, Rio de Janeiro, FAETEC;
- Mesa. M, (2019) *La Educación para la Ciudadanía Global: Una apuesta por la Democracia*, *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, 8(1), 15-26.



- Miranda, J. (1996) *Estereótipos sociais Definições e abordagens*; Revista Psicologia, XI, 2/3, Universidade Aberta
- Montessori, M. *A educação e a paz*. Campinas: Papyrus, 2004
- Moreno, (2007) *Dossiê: Famílias em Movimento*, Cad. Pagu (29)
- Morgado, J. (2010) Para um outro arquétipo de escola: a necessidade de mudar as políticas e as práticas curriculares, Educ. rev. 26 (2)
- Morse, J. M. (1994). *Emerging from the data: the cognitive process of analysis in qualitative enquiry*. In Morse, J. M. (Ed.), *Critical Issues in Qualitative Research Methods*, Thousand Oaks, Sage
- Nieto, S. (1992) *The Affirming diversity: The sociopolitical context of multicultural education*. New York: Longman
- Nogueira, M. L. M., de Barros, V. A., Araujo, A. D. G., & Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 466-485.
- Oficina Scout Mundial (2014). *Líneas Diretrices: Escultismo para niños en situación especialmente difícil*, Genebra, Suíça
- OIM (2009) *Glossario sobre a Migração*. Direito Internacional sobre a Migração, N.2 <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>
- Oliveira, A. & Galego, C. (2005), *A Mediação Sócio-Cultural: um puzzle em construção*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
- Oliveira, S. (2020). *A problemática dos refugiados e as necessidades de proteção das crianças*. (Trabalho de Licenciatura em Criminologia), Universidade Fernando Pessoa, Porto
- Ornelas, J. (2008) *Psicologia Comunitária Fim de Século* Edições
- Panea, J. (2005). *La imprescindible dignidad In Bioética y Derechos Humanos*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Santander Central Hispano
- Paraná, D. (1996) *O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula*. São Paulo: Ed. Xamã
- Perry, L. B. & Southwell, L. (2011). *Developing intercultural understanding and skills: Models and approaches*. *Intercultural Education*, 22(6).



- Pinho, A. (2022) *VIDAS À DERIVA Histórias de seres humanos detidos em situação irregular em Portugal*, Lisboa, Editorial Cáritas
- Pinto, S. (2022) *Entrevista à Secretária Nacional Pedagógica do Corpo Nacional de Escutas* (não publicado); Unidade Curricular de Dinâmicas de Desenvolvimento Local. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. Porto, Portugal
- Público (2021) Polónia usa canhões de água contra migrantes na fronteira. Consultado a 30/04/2023, disponível em: <https://www.publico.pt/2021/11/16/mundo/noticia/polonia-usa-canhoes-agua-migrantes-fronteira-1985121>
- Pureza, J. (2000) *Estudos sobre a paz e sobre a cultura da paz*, Revista Nação e Defesa, n. 95/96
- Pussetti, C. & Brazzabeni, M. (2011), “*Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo*”, *Etnográfica*, 15 (3)
- Quivy, R. & Campenhoud, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- Rangel, M., & Gonçalves, C. (2011). *A Metodologia de Trabalho de Projeto na nossa prática pedagógica*. Da investigação às práticas, I (3). 21-43.
- Ramos, N. (2011) *Educar para a Interculturalidade e cidadania: princípios e desafios*, Imprensa da Universidade de Coimbra, <http://hdl.handle.net/10400.2/5834>
- Ribeiro, M. (2017). *Políticas de acolhimento de refugiados recolocados em Portugal*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia), ISCTE do Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa
- Ricoeur, P. (1983) *Temps et récit*. Paris: Seuil
- Rigamonte, L. (2018) *Memória e refúgio: histórias de vida de refugiados sírios na cidade de são paulo (2014-2018)*. (Pos-graduação em Sociologia Política), Universidade Vila Velha, São Paulo, Brasil
- Rodrigues, A. (2017). *Integração de pessoas refugiadas em Portugal no âmbito do Programa de Recolocação Europeu*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento cooperação internacional), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa.



- Rodrigues L., Vilaça T, Ferreira P. (2020). *Potencialidades da mediação intercultural na integração social e bem-estar da comunidade migrante* In *Formação, Mediação e Supervisão Contextos Responsáveis pela promoção sustentável de comunidades pacíficas e inclusivas* (pp. 296-310). Braga: CIEC, Universidade do Minho.
- Rosa, J. G. (2006) *Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira
- Rudiger, A. & Spencer, S. (2003) *Social Integration of Migrants and Ethnic Minorities – Policies to combat discrimination*, OECD/ European Commission
- Ryff, C. D., Keyes, C. L. M. (1995). *The structure of psychological well-being revisited*. *Journal of personality and social psychology*, 69(4).
- Sani, A. (2002). *As crianças e a violência*; Coimbra; Quarteto;
- Santinho, C. (2011). *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCET-IUL;
- Santinho, C. (2013) *Afinal que asilo é este que não nos protege?* *Etnográfica* vol.17(1)
- Santos, Maria João (2014). *Desenvolvimento humano e mediação – construção de uma identidade*. AAVV. *Cultura e Participação: Animação Sociocultural em Contextos Iberoamericanos*. RIAP - Associação Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural – Nodo Português;
- SEF (2001) *Em direção a Um Sistema Comum de Asilo: Conferência Europeia sobre Asilo*, atas da conferência de 15 a 16 de junho de 2000, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Gabinete de Documentação e Direito Comparado, Procuradoria-Geral da República.
- Sherbourne, C. & Stewart A. (1991) *The MOS social support survey*, Social Science & Medicine, Elsevier
- Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2007). " Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, 1(1).
- Silva, D. F. (2017). *O fenómeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas*. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 34(1), 163–170. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0001>
- Silva, M. (2022) *As diferenças das formas de tratamento dos refugiados da Europa VS Oriente Médio: Uma análise da crise dos refugiados da Síria e da Ucrânia*, (Artigo de



Bacharelato em Relações Internacionais), Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, Brasil.

Siqueira, P. (2018). *Os direitos e garantias das crianças e adolescentes refugiados*. (Monografia de Bacharelato em Direito), Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Soguk, N., (1999) *States and strangers: Refugees and Displacements of Statecraft*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

Soja, E. (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Oxford: Blackwell

Sousa, L. (1999). *Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? Um estado sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*, (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais), Universidade Aberta, Lisboa

Spindola, M. (2018). *Uma análise da condição dos refugiados sírios à luz da dignidade da pessoa humana*. Revista Da ESMESC, 25(31), 61–83.

Suldo, S. M. & Huebner, E. S. (2006). *Is extremely high life satisfaction during adolescence advantageous?* Social indicators research, 78(2)

Teles, G. (2018) *PORTUGAL E A CRISE DE REFUGIADOS: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA Uma análise do plano de integração português de 2015 a 2017* (Dissertação Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Beira Interior, Covilhã

Thoits, P. A. (1995). *Stress, coping, and social support processes: Where are we? What next?* Journal of health and social behavior

Thoits, P. A. (1986). *Social support as coping assistance*. Journal of consulting and clinical psychology.

Time (2015) *U.N. Refugee Chief: Europe's Response to Mediterranean Crisis Is 'Lagging Far Behind'* Consultado em 24/05/2023, disponível em <http://time.com/3833463/unhcr-antonio-guterres-migration-refugees-europe/>

Tomás, C., & Gama, A. (2011). *Cultura de (não) participação das crianças em contexto escolar*. Educação, Territórios e (Des) Igualdades II Encontro de Sociologia da Educação.

Trevisan, G. (2008). *Intervenção comunitária e inclusão social: o educador e os actores*. Cadernos de Estudo, 14, 1-5.



- Trickett, E. J. (2009). *Community psychology: Individuals and interventions in community context*. *Annual Review of Psychology*, 60, 395–419
- UNHCR (2019) *The Three-Year Strategy (2019-2021) on Resettlement and Complementary Pathways*. UNHCR- UN
- UNHCR. (2021) *GLOBAL TRENDS Forced displaced in 2021*. UNHCR - UN
- UNHCR (2017). Pieter Ventevogel on Mental Health of Refugees [YouTube channel]. United Nations. <https://www.youtube.com/watch?v=xcN63zG0zOM>
- UNODC (2018). *Global study on Smuggling of Migrants 2018*. New York: United Nations.
- Vala, J. (1986). *A Análise de Conteúdo*. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp.101-128). Porto: Edições Afrontamento;
- Vasconcelos, T. (2011). *Trabalho de Projeto como "Pedagogia de Fronteira"*. *Da Investigação às Práticas*, I (3), 8-20
- Vieira, R. & Vieira, A. (2017) *Construindo pontes e travessias: das mediações sociais à mediação intercultural*, *Revista Medi@ções* vol.5, n.1
- Vieira, R. & Trindade, J. (2008). *Migration, culture and identity in Portugal*. *Language and Intercultural Communication*, 8(1).
- Visão. (2015). Eleições: PNR alertou contra “invasão islâmica” com burcas em Lisboa. Consultado em 24/04/2023, disponível em <https://visao.pt/lusa/2015-09-30-eleicoes-pnr-alertou-contra-invasao-islamica-com-burcas-em-lisboaf832078/>
- Von, C. (2003). *Cultura de Paz*. São Paulo: Editora Peirópolis
- Ward, C., Bochner, S., & Furnham, A. (2020). *The psychology of culture shock*. Routledge
- Wethington, E., & Kessler, R. C. (1986). *Perceived support, received support, and adjustment to stressful life events*. *Journal of Health and Social behavior*
- Wilkinson, R. & Marmot, M. (Eds.). (2003). *Social determinants of health: the solid facts*. World Health Organization
- World Scout Bureau (2017) *Diversidad y Inclusión*: Panama
- World Scout Bureau (2014). *Trienal plan 2014-2017*. Kuala Lumpur, Malaysia



Zarro, S. (2017) *Perspetivas de Integração por parte de Refugiados numa comunidade do Litoral de Portugal*, (Dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social), Instituto Politécnico de Leiria, Leiria

Anexos

Anexo A – Guião Entrevista – História de Vida

| Bloco | Objetivos Específicos | Tópicos /Questões |
|--|---|--|
| Conhecimento do participante | Caracterizar o participante Perceber a relação do participante com a sua terra natal | 1- Como se chama? |
| | | 2- Que idade tem? |
| | | 3- De onde vem? |
| | | 4- Há quanto tempo está em Portugal? |
| | | 5- Veio sozinho ou acompanhado? |
| | | 6- Com quem vive? |
| | | 7- Gostaria que fizesse uma pequena apresentação do seu país, de forma livre |
| Infância | Perceber a relação do participante com a infância Conhecer desde o ponto de vista do participante o conceito de “casa” | 8- Como recorda a sua infância? |
| | | 9- Como é constituída a sua família? |
| | | 10- Descreva a casa da sua infância? |
| | | 11- Pode descrever uma pouco a rua e o bairro que marcou a sua infância? |
| | | 12- Quais eram as suas brincadeiras preferidas? |
| | | 13- E da sua primeira escola, lembra-se? |
| | | 14- Podia descrevê-la? |
| | | 15- E professores, qual foi aquele que o marcou mais? |
| | | 16- Quais os nomes dos seus amigos de infância? |
| | | 17- O que mais gostava de fazer com eles? |
| | | 18- Como era a sua vida no seu bairro antes da guerra? |
| 19- Se pudesse escolher algo que recordasse e transportasse para a sua casa na Síria, o que seria? | | |
| Processo Migratório | Conhecer a perceção do participante sobre o seu próprio processo migratório: | 20- Como era a sua vida na Síria, pode descrever? |
| | | 21- De que forma a guerra afetou a sua vida na Síria? |

| | | |
|--------------------------------------|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Causas e motivações; - Momento antes da viagem; - Decisão do país de destino; - Chegada a Portugal | <p>22- Lembra-se do momento em que decidiu deixar a Síria? O que sentiu?</p> <p>23- Quais foram as principais razões?</p> <p>24- A sua família continua na Síria?</p> <p>25- A decisão da vinda para Portugal foi sua, ou não pôde escolher?</p> <p>26- Como descreve a sua viagem da Síria até Portugal?</p> <p>27- Por quantos países passou desde a sua Terra Natal até Portugal?</p> <p>28- Quais foram as principais dificuldades que sentiu durante a viagem?</p> <p>29- Como descreveria a sua experiência de chegada e receção/acolhimento em Portugal?</p> <p>30- Quais foram os maiores facilitadores/apoios e obstáculos que encontrou nesta experiência?</p> <p>31- Quais os aspetos e experiências mais positivos e mais negativos associados à migração?</p> <p>32- Quais foram as principais mudanças que esta experiência trouxe para si e para a sua vida?</p> |
| <p>Acolhimento e Inclusão</p> | <ul style="list-style-type: none"> Perceber interesse e motivação face à sua inclusão; Conhecer abordagem à inclusão; Explorar estratégias de inclusão adotadas; Perceber a autonomia do participante; Explorar as crenças do | <p>33- Quais são as principais diferenças que nota entre o seu país de origem e Portugal? (p. exe. na vida quotidiana, nos hábitos das pessoas, nas relações interpessoais, ...)</p> <p>34- Quanto tempo demorou o seu pedido de asilo a ser avaliado e aceite? Que estatuto legal lhe foi atribuído?</p> <p>35- Tem tido apoio de alguém? Quem é o responsável pela tua inclusão?</p> <p>36- O que acha que é preciso para estar incluído em Portugal?</p> <p>37- Como tem sido o seu processo de inclusão?</p> <p>38- Como se sente atualmente em relação à sua inclusão em Portugal?</p> |

| | |
|---|---|
| <p>participante face ao conceito de inclusão, bem como se, desde a sua perspectiva, existem especificidades relativas a Portugal;</p> <p>Conhecer perceção do participante sobre o seu próprio processo inclusão em Portugal;</p> | 39- O que sente que mais afeta a sua inclusão? |
| | 40- O que ajuda e o que é um obstáculo? |
| | 41- O que fazes para se incluir? |
| | 42- Praticava alguma religião no seu país de origem? |
| | 43- Sente que a pode praticar de igual forma em Portugal? Porquê? |
| | 44- Considera este um aspeto importante para a reconstrução da vida em Portugal? Porquê? |
| | 45- Fez alguma coisa para reconhecer as suas habilitações académicas ou para prosseguir a sua formação? Se sim, o quê? Se não, porquê? |
| | 46- Quais os maiores facilitadores e obstáculos que encontra/ encontrou na procura de um emprego? |
| | 47- Como fez para aprender a língua portuguesa e quais os maiores facilitadores e obstáculos nesse processo? |
| | 48- Conhece os seus vizinhos? |
| | 49- Faz parte de alguma associação ou grupo? Com outros refugiados? Com portugueses? |
| | 50- Quando começou a estar à vontade para estabelecer contactos com pessoas da comunidade onde vive e do resto da sociedade portuguesa? Porquê? |
| | 51- Considera que estabelecer este tipo de relações é importante para a reconstrução da sua vida em Portugal? Porquê? |

| | | |
|---------------------|--|---|
| | | Porquê? |
| | | 54- Considera que manter este tipo de relações é importante para a reconstrução da sua vida em Portugal? Porquê? |
| | | 55- Considera que tem de dar o exemplo para outros refugiados do seu ou de outro país de origem? Porquê? |
| | | 56- Sente que pode participar na tomada de decisões da sua comunidade e do país, que a sua voz é ouvida? Porquê? Isso é importante para si? |
| | | 57- Acha que se pode melhorar a participação dos refugiados nas suas comunidades e na sociedade portuguesa? Como? |
| | | 58- Se fosse você a decidir, o que é que todos os projetos de apoio a refugiados deveriam ter/fazer/incluir? |
| | | 59- Sente que foi bem acolhido pela comunidade onde mora e pela sociedade portuguesa? |
| | | 60- Já sofreu algum tipo de comportamento discriminatório por parte de portugueses? O que aconteceu? |
| | | 61- Houve alguma coisa em que tenha precisado de ajuda mas não a teve? |
| | | 62- Sente-se já parte da sua comunidade e da sociedade portuguesa? |
| | | 63- Acha que a sociedade portuguesa tem um papel a desempenhar na reconstrução da sua vida em Portugal? Qual? Porquê? |
| | | 64- Como se sente em Portugal? O que o/a faz sentir assim? |
| | | 65- Sente-se em casa? O que era preciso para se sentir mais em casa? |
| Expectativas | Conhecer a sua perceção sobre o seu futuro, o que isso | 66- Como vê o seu futuro? |
| | | 67- Que coisas é que quer fazer cá? |
| | | 68- Quais os seus maiores receios? |



| | | |
|----------------------------------|--|---|
| | implica, bem como os sentimentos que lhe estão associados; | 69- O Porto é o fim da sua viagem ou apenas mais uma etapa na sua vida? |
| | | 70- Qual o seu maior sonho? |
| | | 71- O que gostava que acontecesse no futuro? |
| Finalização da entrevista | Promover a finalização | Finalizar e agradecer a colaboração |

Anexo B - Explicação pormenorizada dos últimos quatro passos do projeto #APlace4All

| Passo do Projeto #APlace4All | Sessão do Projeto #APlace4All | Fase do Método de Projeto | Descrição da fase do método de projeto | Papel do Mediador |
|--|---|----------------------------------|---|---|
| Agora pensa | Conecta-te | 1ª Fase Idealização e Escolha | Ocorrem dois momentos importantes: a idealização em pequenos grupos (min.5 e max. 8) em que todos devem contribuir para o projeto; segue-se a apresentação dos projetos e a escolha do vencedor em grande grupo. | Papel de motivar, orientar e apoiar. É importante os pequenos grupos perceberem o que é um projeto, ou seja o que têm de apresentar. O mediador deve ir fazendo questões que ajudem a estruturar o projeto o melhor possível (o quê; porquê; quem; quando; onde e como) |
| A-há! | Círculo de Sonhos | 2ª Fase Preparação | A 2ª fase inicia-se pela preparação ou enriquecimento. Este enriquecimento permite integrar ideias dos outros projetos, analisar os objetivos propostos. Podem ser feitos pequenos ajustes, mas nunca modificando aquilo que é a essência do projeto escolhido. São distribuídas as tarefas, os papéis e as responsabilidades de cada um. Tudo o que ficar definido em grande grupo e que seja relevante deve ser registado no Painel de Projeto. O painel deve | Deve apoiar na definição de tarefas e zelar para que todos tenham um papel a desempenhar. Ao longo da preparação deve ir dando ferramentas necessárias para que possam desenvolver bem as suas responsabilidades. É importante o mediador ter noção que não deve fazer o trabalho pelos participantes, mas deve estar atento, lembrar e apoiar. |
| | Missão Planear | | | |

| | | | | |
|-------------------|--|---|---|---|
| | | | estar num local bem visível, permitindo o acompanhamento da evolução do projeto. | |
| Chega-te à frente | (Não tem nome pois assume o nome da iniciativa criada) | 3ª Fase Realização | A fase da realização é o auge de todo o processo, concretizando o esforço de cada um, permitindo que o que idealizaram seja realidade. Esta é a fase da realização concreta do projeto proposto. Não que seja o momento mais importante de todo o processo, mas é aquele em que se está a viver o planeado. Cada um tem a sua função/ tarefa e deve ser responsável por ela. Por vezes nem tudo corre como esperado, existem atrasos, tomam-se decisões difíceis, têm de se encontrar soluções para problemas inesperados – tudo isto deve ser uma verdadeira aprendizagem. | Na realização o principal papel do mediador é estar presente, ser capaz de apoiar e motivar cada um nas suas responsabilidades. Por vezes é na concretização que surgem as fragilidades dos elementos, não conseguindo gerir emoções. Há que estar lá para ajudar, não para impor e nem para assumir o comando, pois o projeto é dos participantes. |
| Viralizar | Celebrar | 4ª Fase Avaliação e Celebração | No fim há que avaliar, refletir, para se poder melhorar. Devemos considerar a avaliação essencialmente em dois momentos: um “a quente” logo no fim da realização e outro “a frio”, numa reunião | O mediador deve fomentar a avaliação de forma construtiva e objetiva, sem permitir julgamentos. Caso seja necessário, lançar para o debate aspetos importantes que ficaram esquecidos. O mediador |



| | | | | |
|--|--|--|--|---|
| | | | <p>posterior. A avaliação deve ser feita não só por aqueles que criaram o projeto, mas também por todos os participantes. A avaliação deve ser um momento criativo para que todos se sintam motivados a participar. Devem ser avaliados os objetivos iniciais, o desenvolvimento de cada fase, o empenho, o desenvolvimento das tarefas, a respetiva concretização, o que correu bem, o que pode ser melhorado no próximo projeto. A avaliação é também um momento de festa, celebrando tudo o que foi conquistado e apresentando o projeto ao resto da comunidade de acolhimento.</p> | <p>deve dar a sua opinião sobre o desenvolvimento do projeto e cumprimento dos objetivos propostos, fazendo sugestões de melhoramento e elogiando o trabalho realizado.</p> |
|--|--|--|--|---|



Anexo D – Guião Primeira sessão - Focus Group

| | |
|-------------|-------------------------------|
| Nome | É uma casa (...) com certeza! |
|-------------|-------------------------------|

| | |
|-----------------------|---|
| Objetivo geral | Debater o Conceito “Casa” e Sentimento de pertença. |
|-----------------------|---|

| | |
|----------------------------|--|
| Objetivo específico | <ul style="list-style-type: none">- Criação de um momento com o grupo sobre a figura “casa” (partindo do conceito familiar e depois seguir para o sentido mais abrangente);- Debater com o grupo a representação do sentimento de pertença- Fomentar o espírito crítico dos participantes;- Promover o crescimento individual de cada participante; |
|----------------------------|--|

| | |
|----------------------------|--|
| Descrição da sessão | <ol style="list-style-type: none">1. Iniciar a sessão com a audição da música” Build a home” dos Cinematic Orchestra;2. Questionar ao grupo o que é que aquela música os faz sentir;3. Entregar a cada participante uma folha em branco onde eles terão de desenhar e recortar uma casa e escrever, dentro da mesma, aquilo que aquela imagem os faz sentir;4. Grupo focal onde se procurará dar resposta às seguintes questões: O que é casa? Será que nos podemos sentir em casa se o mundo que nos rodeia está carregado de preconceitos sobre nós? O que é que te faz sentir em casa? O que é que não te faz sentir em casa?5. Dinâmica do “nó humano” – o grupo de mãos dadas terá que “dar um nó”. Um dos elementos do grupo terá de desatar o nó para poder entrar no grupo (através da força, diálogo...)6. Debate dando resposta às seguintes questões: O que é que o grupo sentiu? O que é que a pessoa que estava de fora sentiu? O que é pertencer a um grupo? O que é sentimento de pertença? O que é preciso para sentires que pertences a grupo? |
|----------------------------|--|

| | |
|---------------------------------------|---------------|
| Duração da sessão | 30/40 minutos |
| Número máximo de participantes | 15 elementos |

| | |
|------------------------|--|
| Material sessão | <ul style="list-style-type: none">Papel cenário;Papel cavalinho;Marcadores;Tesouras;Música;Colunas; |
|------------------------|--|